



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 06/2023

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2023

INICIADA ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 50 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	06
ANTES DA ORDEM DO DIA	09
ORDEM DO DIA	39
ENCERRAMENTO	125

ATA N.º 06/2023ABERTURA

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 -** Apreciação e votação da Ata n.º 04/2023 de 25 de setembro de 2023
- 2.2 -** Leitura resumida do expediente
- 2.3 -** Pedidos de informação e esclarecimentos
- 2.4 -** Declarações de âmbito político e de interesse municipal
- 2.5 -** Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 -** Debate entre Grupos Municipais
- 3.2 -** Discussão da matéria em análise no debate temático sobre o “Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela” realizado em 30/11/2023 e votação de propostas de deliberação
- 3.3 -** Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município
- 3.4 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Orçamento para 2024, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos
- 3.5 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município da Covilhã
- 3.6 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação de IMI para o ano de 2023
- 3.7 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação da Derrama para o ano de 2023
- 3.8 -** Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Suspensão da aplicação no ano de 2024 da Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo

- 3.9 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Revisão da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Covilhã
- 3.10 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)
- 3.11 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de 4.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã – Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública e Versão Final
- 3.12 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior – Covilhã - Aquisição por Lotes, do Fornecimento de Energia Elétrica em MT, BTE, BTN e IP
- 3.13 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Obra de Alteração e Ampliação da EB1 do Canhoso
- 3.14 - Tomada de conhecimento do Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Teixoso e Sarzedo – Fornecimento de Refeições na EB – Ano Letivo 2022/2023

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores(as): **Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas em substituição da Senhora Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote em substituição do Senhor Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maças Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição do Senhor José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia em substituição do Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não estiveram presentes os Senhores Deputados Municipais Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Eng.º Luís da Silva Rodrigues e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote. -----

--- Relativamente à **Ordem de Trabalhos**, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que tinham sido entregues, pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV, uma **Moção** e um **Voto de Protesto** fora do prazo estabelecido no Regimento da Assembleia Municipal. Colocada a admissão das propostas a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- De seguida, colocada à votação, a **Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Foi atribuída a palavra à Senhora **Soraia Pinto** que, após cumprimentar todos os presentes, parabenizou a Câmara Municipal, especialmente a Senhora Vereadora, “pelo prémio atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia ao Museu da Covilhã, classificando-o como o melhor museu do ano e também me congratular com o facto de estar entre os dois finalistas do Prémio Nacional de Turismo de 2023 e pela nomeação do mesmo a melhor Museu Europeu de 2024.” -----

Seguidamente, referiu que vinha falar sobre cultura e não do “mau estado da estrada que liga Casegas ao Sobral, nem do mau estado em que se encontram todos os arruamentos no interior da freguesia, nem da falta de investimento em equipamentos de ginástica e de promoção de prática de desporto ao ar livre e muito menos falar do projeto morto à nascença da Requalificação da Escola Primária onde hoje se encontra a sede dos Galitos e funciona o Centro de Saúde. E não percebi muito bem o porquê de ser adiado um projeto que era o Centro de BTT.” -----

Expôs a situação da Casa Museu João dos Santos referindo que “o edifício onde se encontra atualmente a funcionar a Junta de Freguesia e os Correios foi um edifício doado por diferentes herdeiros. Na altura sempre se falou que foi para que se fizesse ali uma casa museu, se fizesse ali um espaço eventualmente para expor as diferentes peças que existem de artesanato, a maior parte delas na posse de particulares que sem um espaço não iriam doá-las e não iriam sequer expô-las.

Entretanto, eu congratulo-me porque no primeiro e segundo mandato da atual Presidente um dos pontos tinha sido a devolução da Casa Museu para o fim para o qual ela foi doada e fiquei um bocadinho apreensiva porque, na última campanha, não fazia parte dos pontos essa recuperação da casa. -----

Entretanto, tive a oportunidade de consultar recentemente, mais precisamente ontem, uma ata de 31/01/1998 em que diz efetivamente que a intenção dos herdeiros é que a casa tenha não outra utilidade que a pública. -----

Tive o cuidado de fazer alguma pesquisa, e desde já os parabéns pela excelente equipa técnica que me providenciou uma série de documentação que eu não vou estar aqui a mencionar, e houve atas de 1999 que, em todas elas, são referidas que o dinheiro que foi da Câmara foi para a requalificação da casa para fins de museu. Isso está bem explícito. Está sempre referido Casa Museu João dos Santos em todo o lado. Acho que há aqui coisas que não ficam bem porque as imprecisões que aparecem nos sites de turismo, nos sites de divulgação da aldeia e do próprio Concelho da Covilhã referem como existindo um espólio, como existindo uma exposição na Casa Museu, como existindo aquela casa para as pessoas visitarem e acontece que quando lá chegamos não é isso que encontramos. -----

Uma das coisas que me tem sido explicada pela Senhora Presidente foi que, de facto, não conseguem voltar para a sede da Junta, a qual corresponde a morada amplamente divulgada em todos os locais. -----

Pedi ajuda ao Senhor Presidente e aos restantes Membros da Câmara para que, numa próxima retificativa que façam do Orçamento, se lembrem do Sobral. Ajudem a Senhora Presidente a recuperar a sede e devolvam a Casa Museu para os fins a que efetivamente ela foi doada. Reparem

que funciona lá os CTT's que é uma empresa privada. Devolvam a casa para os fins em que ela foi levada. Tenho a certeza que, com as capacidades da Senhora Presidente e com todos os seus conhecimentos na área da museologia, quem sabe não iríamos fazer daquela casa eventualmente uma Casa Museu com um prémio semelhante ao que temos atualmente aqui na Covilhã!" -----

- Concedida a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou agradecendo a presença e as questões colocadas pela Muniçipe. -----

Seguidamente, referiu que está a assistir às "obras que estamos a levar a efeito desde o cruzamento do Ourondinho até Casegas, com a probabilidade de, no início do ano de 2025, terminarmos essa estrada. Na prática, liga desde o cruzamento do Ourondinho que entronca com a Estrada Nacional que liga Unhais da Serra e que provém do Tortosendo e vai até ao Sobral de São Miguel. -----

Portanto, temos honrado os compromissos que temos assumido. Aliás, não tinha assumido este compromisso das Pedras Lavradas e já lá estão. Estamos a falar de cerca de sete quilómetros de estrada de uma estrada que estava profundamente degradada e hoje tem um acesso nobre, seguro e fluído desde o Sobral de São Miguel até às Pedras Lavradas e vice-versa. -----

Não é despiciendo este trabalho que aí foi feito, assim como as intervenções em muitos dos arruamentos, em muros de suporte, em regularização de leito da ribeira, ... um sem número de intervenções que foram feitas e que continuaremos naturalmente a fazer. -----

Tenho assistido (e isso já é mais do foro da Senhora Presidente da Junta) à sua ação diária no que diz respeito a determinadas intervenções que tem feito de recuperação e reabilitação de fornos comunitários. O Sobral está, na minha opinião, cada vez mais bonito e há poucos dias fui lá inaugurar um parque infantil, o que também não é de desvalorizar, sendo certo que mais não fiz do que ir cumprir uma obrigação que tinha assumido a benefício do bem-estar das nossas crianças.

Quanto à recuperação da sala, à finalidade, para além do equipamento que já referiu, efetivamente concordo que é um equipamento de qualidade, um equipamento consentâneo, aliás harmonizado, que está com o xisto nas paredes, com a visualização da ribeira através de uma vidraça que proporciona uma imagem quase idílica de um sítio onde se pode estar a trabalhar ou a conviver, ou a recriar ou produzir arte, ou a ler simplesmente um livro (que também lá se pode fazer). A verdade é que ali teve lugar uma homenagem que é das coisas mais bonitas que a gente pode fazer, que é agradecer a todos os senhores presidentes da Junta do Sobral de São Miguel, desde a existência da criação daquela freguesia e, portanto, homenagear quem dá o seu tempo com altruísmo, generosidade, entrega, sacrifício muitas vezes do nosso tempo de descanso, de lazer, de convívio com os nossos amigos e familiares. -----

Ela não foi criada para este efeito, mas também serviu, no bom sentido do termo, para esse efeito e o melhor museu é aquele que homenageia os que deram, de facto, o seu tempo ao povo e aos Órgãos da Junta. -----

Portanto, o que temos que fazer é prosseguir este trabalho, este caminho e dizer que o Sobral é referenciado nas Aldeias de Xisto como um exemplo a seguir por outras aldeias como sendo não propriamente percursora, mas encarnando o espírito da preservação, da requalificação, da

valorização do nosso património histórico e arquitetónico, para além de o tornar ainda por cima funcional. No fundo está ali a preservação da memória e dos saberes da aldeia. Este é o melhor museu do mundo que podia existir numa aldeia tão bonita, tão prazenteira quanto é o Sobral de São Miguel. -----

Quanto à recuperação da escola, ela ainda não avançou porque ainda lá está uma associação, como sabe. Deve-se conversar com quem ocupa e parcimoniosamente, cordialmente, com correção, com urbanidade, conversar e dizer-lhes “olhe, vamos arranjar-vos outro sítio e os senhores ajudem-nos lá a ajudar o povo, para que possamos recuperar a nossa escola.” -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aberto um segundo período de “Intervenção do Público” no qual interveio a Senhora **Paula Cristina Brito Batista** que, após cumprimentar todos os presentes, usou da palavra dizendo “para encararem a sua intervenção como forma de “melhorarmos todos” e “para evitarmos situações no futuro que se passaram hoje aqui, a bem da transparência e a bem de comunicarmos o que se passa nesta Assembleia, porque isto é tudo novo, este novo funcionamento tem trazido problemas e estamos todos a adaptar-nos. -----

O que se passou aqui esta manhã foi que a Comunicação Social esteve às escuras toda a manhã porque tínhamos uma ordem de trabalhos que não correspondia à vossa ordem de trabalhos e, portanto, desde o 5.1 ao 5.11, não sabíamos o que é que estava a acontecer, não sabíamos o que é que estavam a votar e muito menos as votações. Não soubemos o que é que se passou aqui porque não tínhamos documentos. -----

Por hoje já resolvemos porque já falámos com todas as bancadas e todas as bancadas já enviaram as moções, as propostas, ... -----

Portanto, para evitarmos que isto aconteça no futuro era: sempre que houvesse alterações à ordem de trabalhos, Senhor Presidente, se assim o entender e se a Mesa assim o entender, deixávamos os nossos contactos dos órgãos de Comunicação Social para nos enviarem essa nova ordem de trabalhos e contamos que as bancadas ou que a Mesa, como entenderem, nos enviem os documentos para não estarmos sem saber o que é que se está a passar porque foi o que aconteceu infelizmente aqui.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que tinham “a noção que os senhores jornalistas estavam um bocado à “nora”. -----

Perguntei ao nosso secretariado e o que me responderam é que, de facto, tudo está na plataforma e precisava de ser procurado. -----

Houve aqui, de facto, alguma descoordenação, mas isso é uma questão de se falar e penso que isso não vai ter problema nenhum.” -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 04/2023 DE 25 DE SETEMBRO DE 2023

--- Submetida à apreciação e não tendo havido inscrições, a **Ata n.º 04/2023 de 25 de setembro de 2023**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha (PS), Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP), Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote (Paul), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

Não votou ainda o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: (Doc.01) -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** *“Afirmei e encontra-se registado na página n.º 20, a propósito da Moção apresentada pelo Sr Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo sobre a eventual utilização do Pavilhão do Unidos FC do Tortosendo pela Escola Básica do Tortosendo para as aulas de Educação Física, entre outras apreciações, que era necessário -----*

Recordar que a Escola não tem um pavilhão hoje a funcionar, mas já teve um pavilhão incluído no Orçamento de Estado. O concurso já estava a decorrer aquando até da construção do pavilhão na Escola da Serra da Gardunha e, por intervenção do então Presidente da Câmara, do Presidente do Unidos e do Senhor Presidente da Junta, esse concurso foi anulado, prejudicando os alunos durante 20 anos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo fez uma segunda intervenção, registada na ata na página 21, e -----

referiu que "o Senhor Deputado Reis Silva está a aproveitar o tempo da sua intervenção para dizer inverdades. -----

----- *Fazia parte do Executivo e vir dizer que a Junta de Freguesia foi contra a construção do pavilhão é uma mentira que tem que ser aqui desmascarada nas palavras que foram aqui ditas.* -

Procurando esclarecer o assunto, registo nesta declaração de voto as afirmações feitas pelo Sr Carlos Pinto, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, publicadas na imprensa desportiva

regional em 20 de Setembro de 2005, com foto onde se identifica o Sr Carlos Pinto e o Sr Carlos Abreu, Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo, a propósito da inauguração da remodelação do Pavilhão do Unidos FC do Tortosendo: -----

"Por fim Carlos Pinto elogiou o passado do Unidos este pavilhão que tantas glórias e títulos já deu ao Unidos do Tortosendo e contra algumas vontades está como novo, apenas ficaram as paredes e está criado aqui um dos melhores pavilhões da região. Alguns queriam que aqui ao lado se edificasse outro pavilhão fazendo crescer o despesismo que prolifera, para que esta obra esteja a ser inaugurada muito contribuiu a Direção do Unidos, o seu Presidente da Junta, Carlos Abreu, um homem que luta como nenhum pelo Tortosendo e suas coletividades e o ex presidente David Silva, já que foi ele que conduziu todo este processo" -----

Ora, e qual foi o processo? Foi a remodelação do pavilhão do Unidos (que bem precisava) e inviabilizar a construção do Pavilhão na Escola Básica do Tortosendo querendo obrigar a Escola, os pais e encarregados de educação a utilizar o Pavilhão do Unidos porque estava interessado no aluguer a pagar pelo Ministério de Educação. -----

Na época já era um valor interessante para o financiamento do Unidos, em 2001 já eram 1.400 €/mensais. -----

Registrar, ainda, que o Sr David Silva era Presidente do Unidos em Março de 2003 quando a Câmara Municipal comunicou ao Presidente do Conselho Executivo, Dr José Alfredo Costa Rodrigues, por ofício com data de 28 de Maio de 2003 que concordava "em ser construído um pavilhão que complete as estruturas necessárias à atividade escolar na componente física." -----

O que levou o Sr Carlos Pinto a mudar de opinião? -----

Em 2003 o Unidos do Tortosendo, com a Presidência do Sr David Silva, investiu 15.000 € no Pavilhão reconhecendo, apesar desse investimento, que o Pavilhão precisava de obras de fundo. Estas declarações constam também de um Jornal Regional a propósito da visita de técnicos da Direção Regional de Educação do Centro para análise das condições existentes no Pavilhão. -----

Ora, entre 2003 e 2005 a Câmara Municipal investiu no Pavilhão 125 000 €, afirmando-se na peça jornalística que a escola iria regressar ao Pavilhão. -----

Até o Diretor Regional de Educação da época, o Dr José Silva, afirmou, em 2005, que o Pavilhão do Unidos do Tortosendo reúne todas as condições para a prática da educação física dos nossos alunos. E na mesma peça jornalística afirmava o Sr Carlos Pinto que "alguns politíqueiros queriam que, provavelmente, as crianças do Tortosendo continuassem sem as condições para a prática da educação física. A construção de um pavilhão a 50 metros deste não tinha razão de ser e era um desperdício de dinheiros públicos. Ainda bem que a DREC já respondeu positivamente à utilização do pavilhão do Unidos." -----

Fica assim clara a estratégia seguida. Convencer o ME que era um desperdício construir o pavilhão na Escola, investir no Pavilhão do Unidos e assegurar uma receita considerável para a coletividade.

A estratégia foi esta. E o Sr Carlos Pinto não esteve sozinho, nem foi ele que conduziu o processo. -

Mas a escola não queria, e não regressou... e já lá vão 20 anos. -----

E as crianças e os professores lá foram trabalhando ao ar livre, sempre que as condições climáticas o permitiram, durante 20 anos. -----

Ficou o investimento no Unidos mas... a renda do aluguer não aconteceu, a receita prevista gorou-se, com graves prejuízos para a coletividade, até hoje, e principalmente, um elevado prejuízo para as crianças do Tortosendo e freguesias da área pedagógica da Escola Básica do Tortosendo não terem beneficiado de melhores condições, durante 20 anos, da prática da educação física, do desporto escolar e atividade física em geral. -----

--- Tendo sido citado o seu nome, o Deputado Municipal **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** solicitou o uso da palavra para “agradecer ao Prof. Reis Silva o facto de, passados 20 anos, vir aqui agradecer aquilo que fiz à frente do Unidos do Tortosendo. Mas também dizer que não lhe fica bem vir a uma Assembleia Municipal usar o bom nome do Unidos do Tortosendo para fazer política. Longe vão os tempos em que o Partido Comunista usava aquela Casa.” -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Senhor Presidente da Junta de Freguesias da Boidobra a solicitar esclarecimentos sobre: Parques Infantis; Obras na Quinta Branca; Obra de Requalificação do Espaço Público na Rua e Praceta Conde José Calheiros; Obra de Requalificação do Cruzamento do Eixo TCT com a EM 507; e Obra de Eliminação do Estrangulamento Rodoviário na Passagem de Nível da EM 507 -----
- Email Deputado Municipal, Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes, a requerer suspensão de mandato (de 26/09/2023 a 14/12/2023) -----
- Email do Gabinete do Senhor Presidente da República a acusar a receção da "Moção pela qualidade do Serviço de Correio Público nos territórios de baixa densidade populacional" -
- Email do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da "Moção pela qualidade do Serviço de Correio Público nos territórios de baixa densidade populacional" -
- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção da "Moção pela qualidade do Serviço de Correio Público nos territórios de baixa densidade populacional" -
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da "Moção pela qualidade do Serviço de Correio Público nos territórios de baixa densidade populacional" -----
- Email da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação a acusar a receção da "Moção pela qualidade do Serviço de Correio Público nos territórios de baixa densidade populacional" -----

- Email do Deputado Municipal, Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva, a remeter Requerimento 7_2023_Articulação entre transportes urbanos e interurbanos no Concelho da Covilhã -----
- Ofício da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local a solicitar elementos do Processo de Desagregação da União das Freguesias de Barco e Coutada -----
- Ofício da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local a solicitar elementos do Processo de Desagregação da União das Freguesias de Casegas e Ourondo -----
- Ofício da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local a solicitar elementos do Processo de Desagregação da União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho -----
- Email do Senhor Presidente da União das Freguesias de Casegas e Ourondo a enviar mapas solicitados pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local _Processo de Desagregação -----
- Email do Senhor Presidente da Junta de Freguesias do Tortosendo a remeter, para conhecimento, situação dos Médicos de Família no Tortosendo -----
- Email da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local a informar não ser necessário qualquer elemento adicional – Processo de Desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio -----
- Email da União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho a remeter documentos solicitados pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local_Desagregação -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que referiu ter dois pedidos de informação e um pedido de esclarecimento. -----

“O pedido de informação ao Senhor Presidente da Câmara relaciona-se com os 50 anos do 25 de Abril. Para quando a constituição da Comissão Organizadora? Estamos na última Assembleia de 2023. O ano de 2024 inicia-se daqui uma semana e, portanto, penso que já tarda a constituição desta Comissão Organizadora. Fica a questão. -----

Em relação à fatura da água, o Senhor Presidente da Câmara tem afirmado em vários locais e em vários fóruns (já o afirmou também aqui na Assembleia Municipal) que iria anunciar em dezembro

a redução prometida da fatura da água. A questão é se vai acontecer ou não e se a Câmara Municipal tem essa boa notícia para a população do Concelho.” -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** fez um ponto de ordem à Mesa para solicitar um esclarecimento. -----

“Tenho ideia que este ponto da nossa ordem de trabalhos, pedido de informação e esclarecimentos, é um ponto dedicado a pedir informação e esclarecimentos ao Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Deputado Vítor Reis Silva está a laborar num erro, que é entender e interpretar que este ponto da ordem de trabalhos serve para pedir informação e esclarecimentos ao Presidente da Câmara. -----

A interpretação que eu faço é que este ponto é para pedir esclarecimentos ao senhor Presidente da Assembleia, mas corrijam-me se, porventura, estiver errado.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** esclareceu que, estando perante o início do novo Regimento, “os tais pedidos de esclarecimento limitam-se à formulação concisa da pergunta e da resposta sobre dúvidas resultantes da intervenção que tenha acabado de ocorrer e as intervenções e pedidos de esclarecimento são consideradas para a contagem do tempo global de cada grupo municipal, contrariamente ao que estavam a dizer.” -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** abordou a questão das grelhas do tempo do Regimento. -----

Tive a oportunidade de trocar uns emails com a Mesa da Assembleia no sentido de a própria Mesa, de acordo com o Regimento, verificar se existe ou não existe essa lacuna, se havia alguma desconformidade ou não com os tempos. Verifiquei que a “Covilhã Tem Força” praticamente tem o mínimo de intervenção e a questão é que o CDS, tendo um grupo municipal constituído por 13 membros (13 eleitos) e o PCP tem 3 eleitos também no grupo municipal, apresenta nas grelhas tempos diferentes.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** interrompeu a intervenção dizendo que “isso já foi esclarecido e, se quiser, voltamos a esclarecer por escrito. -----

Aquilo que nos leva neste momento a ter a alterar o Regimento é exatamente isso. É que, num ponto que normalmente é de 60 minutos, passamos 3 a 4 horas e assim continuamos a passá-las.

Tudo aquilo que tiver, pede o esclarecimento e a Mesa faz o esclarecimento por escrito. Aliás, já lhe foi feito.” -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que tem procurado, nos seus mandatos, “deixar a aldeia do Sobral uma aldeia mais bonita. Durante este período, melhorámos arruamentos, criámos e mantemos percursos pedestres, temos requalificado fornos comunitários, apoio na manutenção de alguns moinhos, criámos o espaço que é de todos e para todos que é a Casa do Saber Fazer e, no que diz respeito à preservação e à memória coletiva, tudo temos feito e não tenho dúvidas que, para além de termos tornado a nossa Freguesia mais agradável, não só para quem lá vive, mas também para os visitantes, estamos hoje muito bem colocados na rede da qual fazemos parte que é as Aldeias do Xisto. -----

Creio que temos conseguido manter este objetivo, não só na questão da requalificação do edificado, mas sobretudo na preservação da memória coletiva e temos conseguido levá-la além da nossa Freguesia. -----

Venho pedir a ajuda do Senhor Presidente da Câmara porque há um problema que persiste e que a Junta de Freguesia não tem conseguido resolver. Tem a ver com a questão da iluminação pública.

Julgo que não é apenas um problema nosso, até porque falo com os meus colegas presidentes de Junta, e todos temos o mesmo problema. -----

Fazemos as devidas reclamações, mas os serviços E-Redes não cumprem. Fazemos a identificação, eles dão como dada, como resolvida, mas as ruas continuam às escuras. É triste chegarmos ao Natal e haver escadarias, haver becos e até ruas principais sem iluminação. Mais de um terço da iluminação pública da Freguesia do Sobral está, neste momento, às escuras. -----

Disponibilizamo-nos para acompanhar os serviços. A empresa vai e nem sequer refere que está na aldeia. Mudam as lâmpadas que entendem mudar e muitas vezes são interpelados na rua e dizem-nos: “temos três lâmpadas. Foram identificadas 14 lâmpadas. Teremos três lâmpadas para mudar na Freguesia do Sobral. Temos aqui mais quatro, mas são para a freguesia vizinha.” -----

Portanto, venho pedir ajuda ao senhor Presidente para que nos ajude a resolver esta situação. Temos feito as comunicações com o conhecimento do Município. -----

Pedir a ajuda ainda para outra questão ligada à iluminação pública que se mantém no Pereiro há cerca de 3 anos. Identificámos a necessidade da colocação de um poste com um candeeiro para a iluminação pública e, até à data, não conseguimos que o poste tivesse sido colocado. -----

Portanto, Senhor Presidente, tal como a Rua do Vale da Cavada, foi aprovada a colocação da iluminação pública em fevereiro do ano passado numa reunião de Câmara e, até à data, não temos conhecimento de quando será colocada a iluminação pública naquela rua. -----

Queremos uma aldeia bonita, mas não queremos uma aldeia escura. Queremos uma aldeia segura.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Vivemos tempos instáveis e perturbadores na nossa vida quotidiana. -----

A acrescentar às preocupações e constrangimentos que a guerra da Ucrânia com a Rússia trouxe à Europa, eis que, a 7 de outubro, assistimos ao desencadear de outro conflito no Médio Oriente com o ataque de Palestínianos, através de vários grupos armados a populações israelitas que vivem em território dos Palestínianos. Um ataque violento com centenas de vítimas e a recolha de centenas de reféns levados para a Faixa de Gaza. Faixa de Gaza que não é mais do que uma prisão a céu aberto com uma área onde vivem mais de 2.300.000 pessoas, cercada por muros e vedações israelitas, com duas entradas/saídas controladas pelo exército israelita. São 2.300.000 pessoas dependentes da ajuda humanitária. -----

Israel desencadeou uma ofensiva contra os grupos armados palestínianos, contra o Hamas, dizem. Uma ofensiva que destrói e mata a torto e a direito. Destrói edifícios, residências, escolas e hospitais. Mata tudo o que mexe. -----

Vítimas da guerra são cerca de 20.000, dos quais 40 a 45% são crianças, mais de 120 funcionários da ONU, dezenas de jornalistas. Uma mortandade. O genocídio de um povo a merecer a nossa solidariedade. -----

Um conflito que tem dezenas de anos e que a direita radical de Israel, com os seus aliados, ditos da civilização ocidental, Estados Unidos e Reino Unido à cabeça, não querem resolver. -----

O objetivo de Israel é claro: ocupar o território de Gaza e expulsar os palestínianos. -----

Mas, ao dia 7 de outubro no Médio Oriente, seguiu-se o 7 de novembro em Portugal: a demissão do Primeiro-Ministro, precipitada pelas investigações judiciais, envolvendo o Governo, o Chefe de Gabinete e 75.000 €, não é separável das opções e da política de direita do governo do PS. -----

A decisão de dissolver a Assembleia da República e convocar as eleições antecipadas para 10 de março corresponde a um momento de clarificação da situação e representa uma oportunidade para se abrir caminho a uma outra política ao serviço dos trabalhadores e do povo. -----

A maioria absoluta do PS nas eleições legislativas de 2022 significou, tal como o PCP então alertou, a ausência de resposta aos problemas e ao aumento da instabilidade social para milhões de portugueses. -----

O número de desempregados sobe há mais de cinco meses. -----

O número dos sem-abrigo aumentou de forma preocupante. -----

Na habitação, a Lei das Rendas, que o PS não quis rever, está a lançar na rua milhares de inquilinos.

O custo de vida aumenta com a especulação na alimentação, na energia, nas comunicações e nas prestações bancárias para habitação. -----

Ouvimos e lemos que existem sectores com 11 e 20 milhões de lucro por dia. -----

A crise não é para todos. Uma contradição que urge resolver. -----

Na Educação persistem os problemas com as carreiras e salários dos professores e assistentes técnicos e operacionais. São milhares os alunos que não têm aulas a pelo menos uma disciplina. --

Na Saúde é a falta de médicos com urgências a encerrar, profissionais desmotivados em *burnout* e fatigados, filas imensas nos Centros de Saúde, milhares de cidadãos sem médico de família e tempos de espera inoportáveis. -----

Mas temos contas certas e reduzimos o défice. -----

Por que não se investe nos serviços públicos, no pessoal, nos equipamentos e nas infraestruturas públicas? -----

As finanças públicas têm excedentes, mas os serviços colapsam e a população perde direitos. -----

É como a história do burro: quando estava a dar lucro por economia na alimentação, morreu. -----

A principal questão que está colocada nas próximas eleições legislativas é de, com o reforço do PCP e da CDU, romper com a política de direita e abrir caminho a uma política alternativa e uma alternativa política capaz de assegurar as soluções que o país precisa.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “Portugal tem, neste momento, a maior carga fiscal de sempre. Cada contribuinte pagou em 2022 mais 833 € em impostos. -----

A Roménia já cresce mais do que Portugal. Já nos ultrapassou depois da Estónia, da Letónia e de Hungria nos terem ultrapassado. -----

Tivemos o menor investimento público de sempre – ainda menos do que nos tempos da Troika, mas já sem a Troika. -----

As urgências encerram-se. A Direção Executiva do SNS fala no pior mês de sempre para o SNS. As listas de espera aumentam. Os médicos fogem para o privado ao ritmo a que o Governo critica os privados e gere o SNS com motivos ideológicos. Mais de 1 milhão e meio de portugueses não têm médico de família, depois de nos terem prometido que todos os portugueses teriam médico de família. -----

Os salários reais caíram 4% e o salário médio está a ser apanhado perigosamente pelo salário mínimo. -----

Os resultados do PISA mostram que os nossos alunos estão a ficar para trás, que estão a aprender menos, que a pandemia os prejudicou mais do que a média europeia e isto ataca sobretudo as famílias mais pobres e mais vulneráveis. 40% dos nossos alunos estão em Ação Social Escolar. -----

A Habitação está com os maiores preços de sempre e a construção está aos níveis mais baixos de sempre. -----

A Justiça – os maiores atrasos também de sempre. Qualquer cidadão que queira pôr uma ação contra o Estado, como é seu direito e muitas vezes seu dever, tem de esperar em média 52 meses

para ter uma sentença. Não falo de 52 dias. Não falo de 52 semanas. Falo de 52 meses para ter uma decisão em primeira instância. -----

A TAP ora é nacionalizada, ora é privatizada e é gerida por *WhatsApp*. -----

As entidades reguladoras são ocupadas por ex-ministros do Partido Socialista. -----

O Banco de Portugal, ocupado por um ex-ministro do Partido Socialista que se candidatou a querer ser Primeiro-Ministro depois da sequência de eventos que levou à demissão deste Governo e de demissões no Governo podíamos falar e gastaria todo o meu tempo em todos os Secretários de Estado e Ministros que tiveram de se demitir e de ser remodelados. -----

A taxa de risco de pobreza subiu este ano para 17%. -----

A culpa não é nem do Passos, nem da direita, nem do neoliberalismo. 18 dos últimos 25 anos foram governados pelo Partido Socialista. É disto que nos vamos livrar nas próximas eleições. É disto que o país precisa de superar nas próximas eleições. -----

Acabo de entrar na Covilhã, onde mais uma vez um cartaz do CDS foi vandalizado e rasgado. Conheço a sensação. Já foi a minha cara a ter sido grafitada. Vandalizar cartazes não é apenas o instrumento de quem não acredita na Democracia, é a arma dos cobardes e é, sobretudo, um instrumento daqueles que sentem que está a chegar ao fim o tempo da sua impunidade. -----

O tempo chegou ao fim e é por isso que os senhores se veem na circunstância de ter que apresentar um voto de louvor a quem acaba de sair. Acaba de sair porque se acabou a festa!" -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.02)** -----

“Esta é a nossa primeira AM ordinária após a implantação, no País, da maior crise de regime da nossa democracia. Muito se poderia hoje dizer sobre a queda de um governo, de maioria absoluta, que foi apodrecendo, com demissões, casos e casinhos e suspeitas graves de corrupção no seio do governo, ao mesmo tempo que ia empobrecendo o país. -----

Aqui poderíamos, muito rapidamente e sem abordar muitas outras situações perguntar o que o PS Covilhã tem a comentar sobre o resultado das investigações da PGR que culminou com a descoberta de 75 mil euros num escritório da casa oficial do 1º Ministro de Portugal, mais precisamente no escritório do chefe de gabinete do 1º ministro e seu melhor amigo? o que têm o PS Covilhã a dizer sobre isto? -----

Mas hoje o mais importante será, que também nós, acompanhemos a agenda política nacional. Agenda que rapidamente passou para a eleição de novos protagonistas políticos, na missão de serem líderes partidários e as próximas eleições legislativas. -----

Começo por felicitar, de uma forma democrática, o PS Covilhã na pessoa do Eng. Hélio Fazendeiro, aqui cumprimentado na qualidade de mandatário distrital da candidatura do atual líder do Partido Socialista. Parabéns, pela vitória expressiva no Distrito e em particular na Covilhã. PNS ganhou na Covilhã com mais de 80% dos votos, certo? -----

Uma vitória desta dimensão para além de validar a aposta feita, responsabiliza e compromete o PS Covilhã com o legado de PNS. -----

Sim! porque como ele próprio diz: tem muita experiência de governação e têm trabalho feito para apresentar. -----

Vamos lá então analisar esse legado: -----

PNS o homem que torrou milhares de milhões de euros na TAP - **3,2 mil milhões de euros** -----

PNS o homem que autorizou uma indemnização choruda a Alexandra Reis - **500 mil euros** -----

PNS o homem que geriu dossiers de centenas de milhares de euros por WhatsApp e não se lembrava; -----

PNS o homem que "decidiu", nas costas do Primeiro-Ministro, o novo Aeroporto de Lisboa e levou, deste, um puxão de orelhas público, na mais vexatória exibição da sua irresponsabilidade; -----

PNS o homem que nada fez pela habitação e por outras tantas infraestruturas do País, como por exemplo a ferrovia, áreas que tutelou; -----

PNS o homem que nada fez; -----

PNS o homem que deixou de servir para Ministro é agora candidato a Primeiro-Ministro -----

E como tal PNS é o Homem a quem Portugal tem de pedir contas por 8 anos de Governação. Porque por um lado AC já saiu de cena e por outro porque efetivamente ele estava lá sentado numa das cadeiras do Conselho de Ministros. -----

Assim PNS e o PS têm de explicar aos portugueses: -----

- Porque é que o país foi ultrapassado por quase todos os seus concorrentes europeus, em PIB per capita; -----

- Porque é que temos, em termos absolutos, a maior dívida de sempre: **281, 1 mil milhões de Euros** em junho de 2023, mais 1.9 mil milhões face ao mês homólogo, mais 17% que em 2015; -----

- Porque é que temos a maior carga fiscal de sempre: **36.4% do PIB**; -----

- Porque é que o número de pobres ou de portugueses no limiar da pobreza, descontados os apoios sociais, aumentou: **4 milhões de Portugueses**, não fossem os apoios sociais, estariam neste grupo;

- Porque é que o SNS colapsou (PNS negociou a nova lei de bases da saúde com o BE e o PCP, foi o princípio do fim): **1,7 milhões de Portugueses sem médico de família** (o maior número de sempre);

- Porque é que a escola pública foi abandonada à ideologia e perdeu qualidade no ensino, prejudicou as aprendizagens, perdeu estabilidade no funcionamento e funcionalidade no elevador social; -----

- Porque é que a segurança e a administração interna, designadamente com a extinção do SEF, com as suspeitas que o Ministério Público lançou sobre Polícia Judiciária e o desinvestimento na Polícia de Segurança Pública, ficaram comprometidas; -----

- Porque é que a eficácia da Justiça e o combate à corrupção nunca foram preocupações deste Governo; -----

- Porque é que as infraestruturas de transportes ficaram nos antípodas das proclamações ambientais; -----

- Porque é que hoje ter uma casa para morar é um luxo. E não é um luxo só em Lisboa, mas em todo o país. E não é um luxo só para os jovens, mas para toda uma sociedade que não seja da classe rica; -----

- Porque é que hoje Portugal é um país nivelado por baixo, com uma população de eternos remediados dependentes do estado para sobreviver. **Se não fossem os apoios sociais 42% da população seria pobre.** -----

E acho que me fico por aqui, porque como diz Luís Montenegro, para cadastro, acho que já temos mais que suficiente. -----

Mas não sejamos injustos, em oito anos de governação o Partido Socialista diz que finalmente aprendeu a lição do PSD das contas certas. E que conseguiu reduzir o Peso da dívida relativamente ao PIB (passou de 125,5% para 111,2%), e ao mesmo tempo, pasmem-se!!! conseguiu aumentar rendimentos. Foi magia? não!!! foi chico-espertismo. Foi enganar os Portugueses, porque deu com uma mão e tirou com a outra, sendo que a mão que tirou é muito maior do que aquela que deu. --

A mão, aqui referida, é a maior carga fiscal de sempre. Uma carga fiscal que ridiculariza o "brutal aumento de imposto" do antigo ministro das finanças, Vítor Gaspar, de um país em pré-bancarrota.

Basta perguntar a qualquer cidadão se hoje vive melhor do que vivia em 2015, se hoje encontra um país melhor daquele que tinha em 2015. Se responder sinceramente vai responder NÃO!!! -----

Mas o PS conseguiu mais, vamos fazer-lhe justiça: reforçou o poder no controlo dos poderes, mitigando a sua desejável separação. Falo na crise das incompatibilidades, nos casos de corrupção, nas suspeitas de tráfico de influências e no alarmante nepotismo que nós aqui na Covilhã tão bem conhecemos. -----

Caros deputados, Caro executivo, caros Covilhanenses foi por tudo isto que um governo de maioria absoluta caiu Por " indecente e má figura ". -----

E é este o legado que o PS Covilhã tem de defender. Boa Sorte" -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** Feitos os cumprimentos, iniciou a sua intervenção declarando que "o Partido Socialista na Covilhã sempre condenou todo e qualquer ato de vandalismo. -----

A liberdade ganha com a democracia e com o 25 de Abril. Custou muito a ganhar com o Partido Socialista à cabeça e somos os primeiros a condenar todo e qualquer tipo de vandalismo, toda e qualquer afronta à liberdade de expressão dos partidos e das pessoas. -----

E, portanto, quero dizer ao senhor Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes que lhe fica muito mal vir a esta tribuna aproveitar um ato de vandalismo que foi feito num cartaz do seu anterior partido, para sub-repticiamente dizer que alguém desta Assembleia ou dos partidos que estão

nesta Assembleia tiveram alguma coisa a ver com isso. Não é verdade e eu espero que tenha a oportunidade de se retratar. -----

Depois, quero também dizer à Senhora Deputada Vanda Ferreira que é, de facto, notável encerrar a sua declaração com uma citação de Pedro Passos Coelho (da triste e má figura) porque compreendo que disso os senhores percebem. Também compreendo muito bem da dificuldade do PSD e da intervenção que a Senhora aqui produziu porque optou, com toda a legitimidade, por falar de política nacional, mas em vez de aproveitar o espaço e o tempo que esta Assembleia dispõe para poder dizer aos Covilhanense e aos Deputados Municipais o que é que o PSD, neste preâmbulo das eleições legislativas, tem a propor, a Senhora Deputada vem aqui dizer mal e apoucar opositor político, nomeadamente o Partido Socialista. -----

Compreendo-a muito bem porque, quando não temos nada de positivo a dizer sobre nós próprios, dizemos às pessoas que os outros são piores. E, portanto, é natural que o PSD, com o seu líder Luís Montenegro que não tem nada de especial, de positivo, de novo e de melhor a propor aos portugueses, vá fazer esta campanha e vá querer conduzir este momento de eleição para as próximas eleições legislativas, procurando apoucar, procurando diminuir, procurando amedrontar os portugueses com aquilo que são as propostas do Partido Socialista. -----

Quero dizer-lhe que temos muito orgulho em toda a governação que o Partido Socialista fez desde o 25 de Abril de 74 no país, mas em especial nestes 8 anos, porque o país que encontramos em 2015 é muito diferente para melhor do país que temos hoje em 2023. -----

Os portugueses lembram-se de quais eram as propostas que a direita nos fazia, dizendo que não havia alternativa ao empobrecimento programado que a direita do PSD e do CDS, com o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes como membro do Governo, fez. -----

Os portugueses lembram-se do corte de salários, do corte de pensões, do corte de direitos, do corte de Feriados. E quando o Partido Socialista chegou ao Governo em 2015, o Partido Socialista demonstrou que não só é possível devolver esperança, rendimento e condições de vida aos portugueses, como é sobretudo possível cumprir todas as metas e objetivos financeiros assumidos com a União Europeia. -----

A dívida e as contas certas que a Senhora Deputada evoca não podem ser colocadas ao peito como medalha de sucesso da vossa governação. São medalhas de sucesso da governação do Partido Socialista em que, pela primeira vez desde sempre, tivemos um superavit orçamental. Essa é uma marca do Partido Socialista, tal como é uma marca do Partido Socialista as creches gratuitas, o transporte escolar gratuito, o aumento das pensões, o aumento do salário mínimo, o aumento do rendimento mínimo, o aumento dos rendimentos, o aumento do emprego. -----

Aquilo que vos quero dizer para concluir é que tenho muito orgulho, como já disse, naquilo que é o trabalho e naquilo que são os resultados da governação do Partido Socialista. Tenho a certeza absoluta também que o Partido Socialista, com a nova liderança de Pedro Nuno Santos, é o referencial de esperança e o garante de desenvolvimento, de afirmação e de progresso de Portugal. -----

Estou muito convencido que os portugueses reconhecerão não só o mérito da governação destes 8 anos do Primeiro-Ministro António Costa, como vão validar e vão conceder novamente a

confiança ao Partido Socialista para que continue a desenvolver Portugal por inteiro, Portugal como um todo, onde ninguém fica para trás.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 - “VOTO DE LOUVOR -----

Guarda Nacional Republicana – Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) do Posto de Intervenção de Proteção e Socorro em Cortes do Meio -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Dr. João Casteleiro, -----

A Freguesia de Cortes do Meio vem pelo presente apresentar um voto de louvor à GNR - Unidade de Emergência de Proteção e Socorro de Cortes do Meio em reconhecimento do espírito de missão e sacrifício demonstrado ao longo dos últimos anos, no combate aos incêndios rurais do nosso concelho, sendo a sua primeira intervenção no teatro de operações altamente determinante na salvaguarda de pessoas e bens. -----

Agradecemos e evidenciamos as qualidades morais e pessoais de todas as mulheres e homens do posto de intervenção de Cortes do Meio, que com determinação, empenho e coragem, têm combatido os incêndios, para além dos limites físicos e psicológicos, garantindo a segurança das nossas comunidades. -----

Venho, na qualidade de Presidente da Freguesia de Cortes do Meio, propor que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 22 de dezembro de 2023, aprove o voto de louvor supracitado.”
(Doc.03) -----

--- Foi interveniente o **Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, Senhor Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** que, após cumprimentar todos os presentes, justificou a presente proposta de Voto de Louvor por achar ser “de elementar justiça este voto à Unidade que está sediada em Cortes do Meio, que dá um apoio fundamental ao Concelho da Covilhã e tem sido uma Unidade que tem feito as primeiras intervenções em praticamente todas as ocorrências, nomeadamente na questão dos incêndios florestais. -----

Já aqui agraciámos o trabalho dos bombeiros, dos sapadores florestais e de outras entidades que no terreno têm feito esse combate e julgo que nos temos esquecido desta Unidade que, de facto,

tem feito um trabalho exemplar, não só na freguesia onde está sediada, mas em muitas das nossas freguesias do Concelho. -----

Este voto é um reconhecimento do trabalho que esta Unidade faz, mas também uma chamada de atenção para a necessidade de lhe criar melhores condições. Eu sei que a Câmara Municipal, em bom tempo, criou um projeto do Centro de Proteção Civil para aquele espaço, onde funciona também o Centro de Meios Aéreos. Infelizmente, não houve ainda a capacidade de se colocar em marcha, mas julgo que era importante a Câmara Municipal olhar para as condições desta Unidade e eventualmente, julgo eu, com pouco investimento dar-lhe melhores condições. -----

Julgo que é, como disse, de elementar justiça este reconhecimento que tem não só na nossa freguesia, mas noutras. Feita esta primeira intervenção, tem-se evitado muitas ocorrências que poderiam ser muito complexas e muito graves na nossa mancha florestal.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Guarda Nacional Republicana – Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) do Posto de Intervenção de Proteção e Socorro em Cortes do Meio** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.2 - “PROTESTO” -----

A transmissão online das reuniões do órgão máximo deliberativo do concelho não é tema novo de debate na Assembleia Municipal da Covilhã. Tem sido amplamente debatida a transmissão online das Assembleias Municipais como forma de aproximar o órgão máximo deliberativo do município aos cidadãos e de aumentar a responsabilização dos eleitos perante os eleitores, facilitando ainda o acesso dos representados à atividade dos seus representantes. -----

A própria Associação Nacional das Assembleias Municipais emitiu uma recomendação para que todas as Assembleias Municipais transmitissem as suas sessões através de meios digitais. -----

As atas 03-A/2021, 01/2022, 02/2022, 05/2022 são alguns exemplos (do corrente mandato) que provam da vivacidade do debate sobre a transmissão online das sessões do órgão, bem como da insistência por parte de várias forças políticas em dar luz a esta realidade. -----

A título de exemplo, na sessão de 25 de fevereiro de 2022, foi rejeitada — com 21 votos contra (PS), 3 abstenções (Dr. João José Casteleiro Alves, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha e Afonso Manuel Mousaco Gomes) e 16 votos a favor (PCP, PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Peso e Vales do Rio) — uma moção proposta pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP que pretendia o seguinte: -

- A filmagem e transmissão online de todas as sessões da Assembleia Municipal a realizar no futuro, através do site institucional e da página de Facebook do Município da Covilhã; -----*

- O armazenamento das filmagens referidas na alínea anterior no site do município da Covilhã, para consulta futura. -----

O Partido Socialista, justificando o seu voto contra, afirmou que “está disponível para analisar este assunto no âmbito do Regulamento Municipal de Funcionamento da nossa Assembleia Municipal” (página 29 da ata 01/2022). -----

Ora, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 26 de junho de 2023, aprovou o seu novo Regimento. Deste regimento consta que as reuniões são de “caráter público”, devendo “ser filmadas e difundidas online pelos Serviços do Município”. -----

A corrente sessão, seis meses após a aprovação do novo Regimento, não deu ainda este passo para colocar a Covilhã no cumprimento mínimo dos requisitos do século XXI. -----

Por conseguinte, nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 14.º, da alínea d) do número 1 do artigo 45.º e ainda do artigo 59.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, este órgão, reunido em plenário, a 22 de dezembro de 2023, e sob proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, delibera aprovar um protesto pela não entrada em vigor, até à corrente data, da transmissão digital das reuniões do órgão máximo deliberativo do município.” (Doc.04) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que, “da mesma forma que devemos estar neste Órgão para colaborar por causas comuns, devemos estar para apontar o dedo e exigir explicações quando algo não é cumprido. -----

Há meio ano foi aprovado aqui um Regimento da Assembleia Municipal. Depois do Partido Socialista estar 9 anos a dizer que era preciso um regimento para a transmissão *online* das Assembleias Municipais e depois de lhes ter sido dito que não era necessário um regimento para a transmissão via digital destas sessões do Órgão, insistiram que era necessário um novo Regimento para que tal acontecesse. -----

Há meio ano foi aprovado esse Regimento com o meu voto a favor e o voto a favor da bancada do PSD que finalmente abriu portas a essa transmissão, dando o argumento. -----

A questão que aqui faço é: está a Assembleia de hoje a ser transmitida? Se estiver, retiro de imediato este voto. Se não, por que não? É a razão justificável ou não? -----

Já é tempo de sermos consequentes e o Partido Social Democrata apresenta aqui um Voto de Protesto por ainda não estar em funcionamento a transmissão *online* das Assembleias Municipais.

Daqui a pouco, passa a próxima Assembleia ordinária, deixamos de ter Vítor Pereira na Covilhã e nunca esteve exposto a uma sessão digital transmitida para todos os cidadãos poderem ver.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que “estão a ser feitos todos os procedimentos pelos serviços técnicos da Câmara Municipal. Portanto, penso que não tem sentido neste momento qualquer voto de protesto.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado relativamente a esta questão: se o gesto obscuro que há bocado fez, que seria também para os Covilhanense estultos caso estivesse a ser transmitida esta Assembleia *online*, era só para mim em particular ou para os Deputados todos que estavam aqui atrás.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Protesto** foi **rejeitado por maioria com 24 votos contra (PS e DMI's), 1 abstenção (Barco e Coutada) e 13 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferro, Peraboa e Tortosendo).** -----

Não votaram os Senhores Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrarem ausentes da sala. -----

2.5.3 - “Moção” -----

Pela Continuação do Processo de Desagregação de Freguesias -----

Fez esta semana um ano que a Assembleia Municipal da Covilhã aprovou, por unanimidade, a desagregação de 4 das Uniões de Freguesia do Concelho da Covilhã: Peso e Vales do Rio; Casegas e Ourondo; Barco e Coutada; Cantar-Galo e Vila do Carvalho. -----

Com essa aprovação histórica, os Partidos Políticos (PS, PSD, CDS, PCP e MPT) e Grupos de Cidadãos Independentes representados nesta Assembleia pretenderam acima de tudo corresponder à vontade das populações envolvidas, reconhecendo a Lei aprovada em 2013 pelo governo de Pedro Passos Coelho como um erro que prejudicou em grande medida as freguesias agregadas. -----

Há um ano iniciava-se então um processo na Assembleia da República com vista à restauração da merecida autonomia a centenas de freguesias portuguesas, e em que se incluem 8 freguesias do município da Covilhã. -----

Ao longo de 2023, um Grupo de Trabalho composto por deputados dos vários partidos representados no parlamento analisaram cada pedido de desagregação, tendo já concluído 25 desses pedidos e apontado para depois das Eleições Europeias o término do processo. -----

Dado o atual cenário de dissolução da Assembleia da República e Eleições Legislativas em Março de 2024, é fundamental que todos os partidos se comprometam com a continuação deste processo no próximo quadro legislativo, a bem das populações que viram renascer a esperança da restituição da sua freguesia em Dezembro passado. -----

Desta forma, a Assembleia Municipal da Covilhã vem renovar a sua posição em defesa da desagregação das freguesias mencionadas anteriormente, exortando todos os partidos com assento parlamentar na Assembleia da República a garantirem perante os eleitores que darão seguimento ao processo iniciado em 2022, tendo em vista a conclusão do mesmo a tempo de

produzir efeitos para as Eleições Autárquicas de 2025, conferindo assim a desejada representação às populações afetadas. -----

Em caso de aprovação, esta moção deve ser enviada aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem como aos Partidos Políticos nela representados.” (Doc.05) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Apresentar uma contraproposta nos termos do Regimento, para que mereça a minha aprovação (e deve merecer a aprovação de todas as bancadas), que é exatamente a mesma proposta do Partido Socialista, cortando a segunda parte do segundo parágrafo, ou seja, a seguir à segunda vírgula, para que seja um texto consensual entre as bancadas.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Vamos manter como está. Se realmente não consideram um erro ter agregado freguesias, só têm que fazer declaração de voto e dizer que concordam com o resto e que não concordam com essa parte.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Sendo assim, apenas aqui sublinhar que o Partido Socialista coloca os Grupos Municipais da Covilhã nesta Assembleia todos a dizer neste documento que consideram que a agregação de freguesias foi um erro. -----

Ora, a bancada do Partido Social Democrata, aqui nesta Assembleia, votou favoravelmente os casos que considera como é qualquer política pública, citando o Senhor Presidente da Câmara aqui há um tempo atrás, “pode ter coisas boas, pode ter coisas más.” -----

O Partido Socialista, ao mesmo tempo que tenta colocar um rótulo de assunção de erro nas outras bancadas, não fala sobre si próprio. Passo a explicar: aprovámos aqui propostas de 4 desagregações de freguesia, mas na Covilhã foram feitas 10. Ao só termos 4 propostas de desagregação, está-se tacitamente a assumir que as outras 6 ou 5, porque há uma especial, não foram um erro. -----

Portanto, com base nisto, não iremos votar favoravelmente esta proposta.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “O que é importante salientar é que o PSD Covilhã não considera um erro a agregação que foi feita em 2013. Não considera um erro e, portanto, é frisar perante as populações das freguesias envolvidas, apesar de estarem a votar favoravelmente, que consideram que foi positiva a agregação das freguesias feita em 2013. -----

Mas dizendo que estão a favor agora da desagregação, ou seja, não estão a corrigir um erro e agora sim é que estão a fazer um erro, espero que, durante a próxima campanha eleitoral para as legislativas, os partidos sejam claros quanto a esta matéria e assumam o compromisso de analisar

o processo em curso antes de mais. Depois, espero que os candidatos pelo nosso círculo eleitoral também não demonstrem qualquer hesitação na intenção de levar o processo a bom porto. -----

Se realmente, neste momento, são a favor da desagregação, se por alguma razão essa hesitação surgir, os Senhores Deputados Municipais sejam os primeiros a denunciá-la e a exigir aos seus partidos respeito pelas nossas populações e pelas decisões dos seus mais diretos representantes.”

--- Colocada à votação, a presente ***Moção Pela Continuação do Processo de Desagregação de Freguesias*** foi ***aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV e DMI’s), 4 abstenções (PPD/PSD) e 3 votos contra (CDS-PP)***. -----

Não votaram os Senhores Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrarem ausentes da sala. -----

- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- ***Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)***: “A bancada do CDS gostaria de realçar que, relativamente a este ponto, por um lado o PS está há 8 anos para proceder a este processo de desagregação e por outro lado, não nos podemos esquecer que num Governo em gestão não conseguimos compreender este pedido neste momento.” -----

2.5.4 - “Voto de Louvor -----

Profissionais de Saúde do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de louvor aos Profissionais de Saúde do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira. -----

Como é do conhecimento público, a classe médica tem vindo a reivindicar melhores condições de trabalho no Serviço Nacional de Saúde. Consideramos essa reivindicação não só legítima, mas de todo o interesse para a comunidade, tendo em vista o fortalecimento do SNS e com isso a prestação de serviços de saúde de qualidade e tendencialmente gratuitos a toda a população. -----

No entanto, nos últimos meses, as formas de luta da classe médica evoluíram, levando grande parte dos profissionais desta classe a optarem pela recusa a mais horas extraordinárias além do legalmente previsto, resultando no fecho de urgências por todo o país e, com isso, ao drástico deterioramento da capacidade de resposta do SNS às pessoas que necessitam com urgência dos seus préstimos. -----

Não pretendemos neste contexto apreciar os métodos de reivindicação da classe, nem os seus possíveis limites no domínio da ética. -----

Pretendemos, no entanto, salientar o facto do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira ser a única unidade hospitalar de referência da Beira Interior, e das poucas no país, que tem conseguido

manter sempre as portas da urgência abertas a quem dela precisa, procurando, dentro das naturais limitações, continuar a assegurar serviços de saúde em tempo útil à população que serve. -----

Numa altura em que nos deparamos com o fecho constante dos serviços na ULS da Guarda, e por vezes na ULS C. Branco, os Profissionais de Saúde do CHUCB têm sido capazes, certamente a grande esforço pessoal, de dar resposta não só à população que servem, a da Cova da Beira, mas também aos utentes vindos da Guarda, Mêda, Almeida, C. Branco, Vila Velha de Ródão, etc. -----

Ainda que provavelmente no limite da sua capacidade, o Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, graças à extraordinária dedicação e exemplar sentido de serviço público dos seus profissionais de saúde, tem sido a salvaguarda de toda uma região. -----

Com este voto de louvor, pretendemos reconhecer todo o esforço despendido pelos Profissionais de Saúde do CHUCB nestes tempos difíceis e, em nome de toda a população do concelho da Covilhã, agradecer-lhes a sua inexcelável dedicação à comunidade.” (Doc.06) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor aos Profissionais de Saúde do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)**: “Relativamente a este ponto, é claro que o Grupo Municipal do CDS olha para este voto de louvor como apenas hipocrisia política. Este voto seria aprovado por nós se fosse um voto de louvor à paciência dos médicos, embora concordemos com aquilo que aqui está.” -----

2.5.5 - “Voto de Louvor -----

25º Aniversário da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior -----

A faculdade de ciências da saúde comemora o seu 25º aniversário. -----

A percepção que era necessário existir um desenvolvimento dos recursos humanos no domínio da saúde, consciencializou e motivou a aprovação da criação da faculdade de ciências da saúde, promovendo grandes e benéficas alterações no curriculum médico, de modo a que houvesse uma renovação e crescimento atualizado na área da saúde na Beira Interior, projetando este conhecimento para todo o país. -----

Este mérito deve-se a grandes personalidades da nossa cidade, nomeadamente a antigos reitores, a destacados profissionais de saúde covilhanenses, bem como a governantes da época oriundos do interior, todos eles grandes impulsores desta conquista para a região. -----

É também de enaltecer o papel do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira na concretização deste projeto, no nascimento e crescimento de uma estrutura deste nível com um modelo organizacional e inovador. Foi e é sem dúvida, a instituição que permite o desenvolvimento a nível da assistência, ensino e investigação na área da saúde. -----

Como única Faculdade de Medicina no interior do país, a FCS assume crucial relevância na formação de jovens e fixação destes em territórios desfavorecidos como o nosso, sendo uma mais-valia para a prestação de cuidados de saúde de qualidade e excelência na Covilhã e concelhos vizinhos, demonstrando desta forma que é possível existir saúde e fazer pela saúde no interior, muitas vezes desvalorizado e esquecido. -----

A bancada do Partido Socialista apresenta este voto de louvor como forma de reconhecimento pela extraordinária importância que a Faculdade de Ciências da Saúde representa para a nossa cidade, para a Beira Interior e para o país, desejando que esta prossiga o caminho de excelência que tem vindo a trilhar na formação de jovens no que à vertente da saúde diz respeito.” (Doc.07) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Faculdade de Ciências da Saúde** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.6 - “Voto de Louvor -----

“A 7 de novembro de 2023, inesperadamente e em circunstâncias ainda por esclarecer, o Primeiro-Ministro António Costa apresentou à Sua Excelência o Senhor Presidente da República a sua demissão de Primeiro-Ministro de Portugal. -----

Eleito em 2015, o seu Governo tomou posse a 26 de novembro de 2015. -----

A sua Governação fica marcada por vários resultados e eventos muito impactantes. -----

Dos resultados mais importantes destacam-se a redução da dívida pública do Estado Português para valores inferiores a 100% do PIB nacional, a estabilidade das contas públicas e a redução do défice para valores negativos, o aumento substancial das exportações da economia nacional, a redução da taxa de desemprego para valores historicamente baixos, a redução da taxa de pobreza e pobreza infantil, a criação de importantes medidas de apoio à demografia, como sejam a criação de creches gratuitas, o aumento das prestações sociais à infância e a gratuitidade do transporte escolar, a priorização do combate às alterações climáticas, a transição energética e promoção de uma economia verde entre muitas outras que por economia de tempo não é viável elencar. -----

A estes resultados nacionais, acresce a afirmação internacional de Portugal no mundo e o reforço da sua influência mundial com a eleição de António Guterres como Secretário-Geral da ONU em 2017, de António Vitorino como Diretor-Geral da Organização Internacional para a Migração e de Mário Centeno como Presidente do Eurogrupo em 2018. -----

Dos eventos mais marcantes e impactantes que António Costa enfrentou como Primeiro-Ministro, registam-se os fenómenos meteorológicos extremos que deram origem aos incêndios e consequentes catástrofes humanitárias em 2017, combate à pandemia COVID-19, a crise energética e financeira inflacionista, a invasão russa da Ucrânia e o agravamento do conflito israelo-palestiniano. -----

A todos eles soube responder com serenidade, com competência e inegável capacidade de liderança constituindo-se sempre como um referencial de estabilidade, de confiança e de esperança para Portugal. -----

Pelos serviços prestados a Portugal enquanto Primeiro-Ministro, no momento em que termina o exercício do cargo executivo, a Assembleia Municipal da Covilhã quer reconhecer e louvar o seu espírito de missão e de serviço público, o seu sentido de Estado e a abnegação de entrega à causa coletiva do desenvolvimento de Portugal, o que porventura e muitas vezes aconteceu, como acontece sempre nestes cargos, com prejuízo da sua vida pessoal e familiar. -----

Sendo aprovado este Voto deve ser enviado para o Senhor Primeiro-Ministro António Costa e para o Partido Socialista.” (Doc.08) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “É evidente que não podemos acompanhar o voto favorável e vamos votar contra. Aliás, a minha intervenção política foi clara no diagnóstico e na identificação dos problemas criados porque temos mais problemas criados do que resolvidos. - Portanto, a avaliação que fazemos da atuação quer do Primeiro-Ministro, quer do Governo é negativa.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Gostaríamos apenas aqui de realçar que achamos contraproducente este voto de louvor, ainda mais quando é uma matéria relativamente até à demissão do próprio Primeiro-Ministro que ainda não está encerrada naquela que é a sua via mais lata. -----

Portanto, nesse sentido e sobretudo por esse motivo também, votamos contra este voto.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “O Primeiro-Ministro atual ainda está em funções de gestão. O Governo vai estar em funções até à tomada de posse subsequente às eleições do próximo dia 10 de março. Quer dizer que vai estar em funções até mais ou menos abril. Ou seja, independentemente do conteúdo, consideramos que seria mais pertinente e quero fazer essa pergunta aqui ao Partido Socialista se está disposto e disponível a adiar a votação deste documento para depois do Governo cessar funções. -----

De outra forma, estamos em pré-campanha eleitoral e não pode ser entendida a votação deste documento de outra forma hoje que não seja a de fazer campanha eleitoral. Estou a acreditar aqui na boa vontade do Partido Socialista e que estará disponível a discutir isto mais para a frente.” ----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Aquilo que o Partido Socialista procurou sinalizar nesta proposta de voto de louvor que fazemos à nossa Assembleia é o destaque e o reconhecimento de 8 anos de governação do Senhor Primeiro-Ministro António Costa. Mas, mais do que os 8 anos da governação, aquilo que foi o tempo, a disponibilidade e a entrega que ele durante todo este período fez à causa pública e ao Governo de Portugal e que, naturalmente, do ponto de vista partidário, nós próprios, o Partido Socialista reconhece muito positivamente. -----

Aquilo que queremos de alguma forma louvar é a forma como ele conduziu os destinos do país, sendo que o facto e a circunstância, que o senhor Deputado Ferrinho Lopes aduz, de ele ainda estar em funções num governo de gestão, como ele muito bem sabe, a capacidade de governar está profundamente limitada àquilo que são os atos de gestão. -----

Em bom rigor, o Senhor Primeiro-Ministro e o Governo do Partido Socialista já não pode tomar nenhuma decisão que vá, por exemplo, de encontro à aplicação e a execução daquilo que é o seu programa político e de governo. -----

Portanto, aquilo que quisemos de alguma forma sinalizar é o reconhecimento que fazemos à dedicação que o Senhor Primeiro-Ministro entregou ao serviço do país nestes 8 anos, nomeadamente nas alturas mais difíceis por que passámos. Não podemos esquecer, como é dito no voto de louvor, a tragédia de 2017, aquelas circunstâncias meteorológicas que levaram à perda de vidas humanas nos incêndios, aquilo que aconteceu em 2020 com a pandemia e a forma exemplar internacionalmente reconhecida como o país, coletivamente, naturalmente (não foi só ele, mas todos nós ultrapassámos isto), mas também a forma como temos feito o combate a esta circunstância inesperada da crise da energia inflacionista. -----

E, portanto, creio que não há nenhuma razão para adiarmos este voto na medida em que o Governo, neste momento, é apenas um governo de gestão que está inibido de continuar e prosseguir a execução do seu programa político.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao Primeiro-Ministro Doutor António Luís Santos da Costa** foi **aprovado por maioria com 24 votos a favor (PS e DMI's), 3 abstenções (Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferro, Peraboa e Tortosendo) e 11 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e os Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Orjais, Barco e Coutada).** -----

Não votaram os Senhores Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD) e Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrarem ausentes da sala. -----

- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “A Junta de Freguesia absteve-se nesta votação. A Junta não se quer no que são assuntos políticos. Naturalmente, o nosso agradecimento pelo trabalho feito pelo Senhor Primeiro-Ministro e acrescentar, porque a GNR no Tortosendo vai ter um posto, um agradecimento especial ao seu Ministro da Administração Interna José Luís Carneiro.” -----

2.5.7 - “Voto de Louvor -----

Beira Serra – Associação de Desenvolvimento -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e distinta mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, -----

Prezados funcionários do Município, -----

Senhoras e Senhores jornalistas, -----

Estimado público, -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

No passado dia 20 de dezembro, ocorreu na Assembleia da República o lançamento do Jogo da Constituição. E se este facto, por si, já é relevante, visto que se trata de um jogo sobre a Constituição da República Portuguesa, direcionado especialmente para crianças dos 8 aos 12 anos, ele ganha ainda mais importância para a Covilhã, para os Covilhanenses e para esta Assembleia Municipal pelo facto de ter sido idealizado, projetado e corporizado pela Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, uma organização sem fins lucrativos que nasceu a partir da união de juntas de freguesias, sindicatos e organizações sociais da região da Cova da Beira, sediada na Freguesia da Boidobra, no Concelho da Covilhã, e que como a própria entidade faz questão de referir é “marcada pela profunda ligação e envolvimento com as pessoas e os territórios da Covilhã, Belmonte e Fundão”. -----

O Jogo da Constituição, tem como principal objetivo dar a conhecer os valores que versam na Constituição da República Portuguesa de forma divertida e descomplicada, consciencializando os jovens de forma subtil para importância de conhecerem os seus direitos e deveres, promovendo a cidadania ativa, e apresenta por isto uma componente cívica, lúdica e ao mesmo tempo pedagógica, sem precedentes, por se tratar de uma novidade que será seguramente referência a nível nacional. -----

É um hábito assistirmos ao surgimento destas iniciativas por parte de entidades estabelecidas nos grandes centros urbanos e este é também um caso de sucesso por contrariar essa tendência. -----

A novidade é algo que transforma os corpos vivos a partir de dentro, do interior, e através deste paralelismo, podemos afirmar que estamos perante mais um caso de sucesso do bom trabalho que as instituições sediadas no interior de Portugal fazem e da sua preponderância para o desenvolvimento do território nacional como um todo. -----

Através deste voto de louvor, em nome da bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, aproveito para partilhar o desejo que este projeto possa vir a ser apoiado pelo Município futuramente, pois será uma mais-valia para as nossas crianças, pelas competências que poderão adquirir através da sua utilização. -----

Como reconhecimento do supramencionado, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, enalteça a Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, pelo mérito da conceção do Jogo da Constituição, louvando este nobre feito.”
(Doc.09) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Beira Serra – Associação de Desenvolvimento** foi **aprovado por unanimidade.** -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.8 - “VOTO DE LOUVOR -----

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) da Covilhã é uma instituição de reconhecido mérito na defesa dos direitos dos Cidadãos com Deficiência Mental e suas famílias. De inegável trabalho na construção de uma sociedade Covilhanense sensível à problemática da Deficiência, a APPACDM da Covilhã assume uma evidente e preponderante ação diária para um Concelho da Covilhã cada vez mais orientado para os valores da inclusão e da solidariedade. -----

Como exemplo do trabalho de excelência e relevo social desenvolvido, da cultura ao desporto, por parte da APPACDM da Covilhã, tivemos recentemente a organização da Décima Edição dos Jogos Adaptados da Cova da Beira entre os dias 21 e 23 do passado mês de novembro. -----

Um evento que contou com mais de 350 participantes, entre atletas, treinadores e voluntários, oriundos de 20 instituições nacionais, que participaram em 5 modalidades distintas, sendo elas: Basquetebol, Futsal, Badminton, Natação e Ténis de Mesa. -----

Realizados no Concelho da Covilhã, os X Jogos Adaptados da Cova da Beira são não só um relevante evento nacional de desporto para o Deficiente Mental, mas acima de tudo um evento que assume ao Deficiente Mental um papel socialmente valorizado e respeitado. -----

Desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor à APPACDM da Covilhã, pela organização dos X Jogos Adaptados da Cova da Beira com o desejo que mais edições se voltem a realizar no nosso concelho. -----

Sendo aprovado, deve este voto de louvor ser remetido à Direção da APPACDM da Covilhã.”
(Doc.10) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.9 - “Voto de Saudação” -----

A **Associação Portuguesa de Imprensa - API** é a organização nacional de representação da Imprensa portuguesa, fundada a 23 de abril de 1960, que há cerca de 20 anos celebra, a 7 de dezembro, o Dia Nacional da Imprensa e que este ano celebrou no Município da Covilhã. -----

Esta celebração ganha especial importância e preponderância numa altura em que se aproximam os 50 anos do 25 de Abril de 1974 e num tempo global de incertezas, num mundo onde os sinais de intolerância e de afronta às liberdades e aos Direitos Humanos são cada vez mais frequentes. -----

A Imprensa livre, forte e independente é um dos pilares essenciais da Democracia e da Liberdade dos povos, enfrentando hoje grandes desafios, com especial impacto e relevância para a Imprensa regional. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 22 de dezembro, aprova um voto de saudação e louvor à Associação Nacional de Imprensa saudando o trabalho que desenvolve, fazendo votos de uma vida longa na prossecução da sua missão e na defesa de uma Imprensa forte, respeitadora das normas deontológicas que regem a profissão e de um contributo indispensável de informação isenta e credível de todos os portugueses. -----

Se aprovado, este Voto de Saudação deverá ser enviado à Associação de Imprensa Nacional.”
(Doc.11) -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** que propôs “a adição, a este voto de saudação, de uma manifestação por parte da Assembleia Municipal. Quando fala dos meios da imprensa nacional também devíamos referir a menção da falta de meios que a comunicação social local portuguesa tem por todo o nosso território, ao longo de toda a história democrática. E, portanto, não associarmo-nos só ao voto nacional, mas também ao local.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Saudação à Associação Portuguesa de Imprensa - API** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.10 - “Voto de pesar pelo falecimento de António José Fernandes Fazenda, de 75 anos. -----

Dedicou grande parte da sua vida ao futebol, tendo-se destacado como goleador do Sporting Clube da Covilhã, onde iniciou a sua carreira ainda nos juniores na época de 1965-1966. -----

Mais tarde, integrou a equipa principal por 13 épocas, nos campeonatos nacionais da segunda e terceira divisões. -----

Como atleta, passou por vários clubes da região e, já com estatuto de treinador, dirigiu várias equipas de futebol de formação no Sporting Clube da Covilhã e na Associação Desportiva da Estação. Liderou também a equipa do Águias do Canhoso no Campeonato Distrital da Associação de Futebol de Castelo Branco. -----

A partir de 1990 e durante mais de uma década, foi colaborador da Rádio Cova da Beira como comentador desportivo. -----

Pelo seu contributo em prol do desporto e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Doc.12) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo falecimento de António José Fernandes Fazenda** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.11 - “Voto de Pesar -----

António de Abreu -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de pesar pelo falecimento do senhor António de Abreu, no dia 6 de outubro de 2023, aos 89 anos de idade. António de Abreu ficará eternamente ligado ao associativismo da nossa cidade da Covilhã, nomeadamente na qualidade de Sócio Fundador do Centro de Cultura e Desporto Oriental de S. Martinho.” (Doc.13) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo falecimento de António de Abreu** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

2.5.12 - “Moção -----

Considerando que o povo palestino aguarda há décadas pela concretização do seu legítimo e inalienável direito a um Estado soberano, independente e viável. -----

Considerando que desde 1947, com a Resolução 181, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabelece o princípio da existência de dois Estados – o da Palestina e o de Israel –, princípio reafirmado por órgãos da Organização das Nações Unidas ao longo das mais de sete décadas que desde então decorreram, e que Israel se recusa a cumprir. -----

Considerando que a questão palestina foi objeto de decisões do Tribunal Internacional de Justiça, de que é exemplo o pronunciamento em 2004 sobre o muro ilegal construído por Israel, decisões que Israel se recusa a cumprir. -----

Considerando que as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU – respetivamente adotadas em 22 de novembro de 1967 e 22 de outubro de 1973 – reafirmaram a concretização da justa aspiração do povo palestino à efetiva criação do Estado da Palestina. -----

Considerando que em 1988 a Organização de Libertação da Palestina declarou o estabelecimento do Estado da Palestina, de acordo com as fronteiras anteriores a 1967, tal como preconizado pelas resoluções das Nações Unidas. -----

Considerando que, apesar de ser clara a determinação da criação do Estado da Palestina à luz dos princípios da Carta das Nações Unidas e das múltiplas resoluções adotadas no seu âmbito, há mais de sete décadas que esta determinação continua por cumprir. -----

Considerando que ao longo de décadas a política de ocupação por parte de Israel, suportada por sucessivas administrações dos Estados Unidos da América, procura inviabilizar e impedir a real existência do Estado da Palestina, submetendo o povo palestino às mais diversas formas de violência e opressão, que se prolongam até hoje. -----

Considerando que as inúmeras ações militares e os seus muitos milhares de vítimas, a metódica construção de colonatos – que mais do que duplicaram desde os acordos de Oslo, igualmente não cumpridos por Israel –, bem como a ocupação efetiva de território palestino, a limitação do acesso a recursos naturais e a atividades económicas, a destruição de infraestruturas e equipamentos, a restrição da mobilidade da população palestina, o bloqueio à Faixa de Gaza, a construção do muro ilegal, constituem – entre muitas outras ações sistemáticas – formas com que Israel procura inviabilizar e impedir de facto a existência de um Estado da Palestina soberano, independente e viável, e que são responsáveis pelas dramáticas condições de sobrevivência a que ao longo de anos foram e continuam a ser submetidas as populações palestinianas. -----

Salientando que uma solução justa para o conflito passa pelo reconhecimento e criação do Estado da Palestina e pela efetivação do direito ao retorno dos refugiados palestinianos conforme determinado pelas resoluções pertinentes da ONU, assim como pelo desmantelamento dos colonatos, o fim dos bloqueios – nomeadamente à Faixa de Gaza – e a libertação dos detidos. ----

Salientando que 138 países já reconheceram o Estado da Palestina, ou seja mais de 70% dos Estados-membros da ONU, sendo que 10 dos quais são países que integram a União Europeia. ----

Salientando que a Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 7º que nas suas relações internacionais o Estado português se orienta, entre outros, pelos princípios do respeito pelos direitos dos povos, designadamente à autodeterminação à independência e ao desenvolvimento. -----

Salientando que o reconhecimento da Estado da Palestina, conforme preconizado nas resoluções das Nações Unidas, é uma decisão soberana da exclusiva competência do Estado português. -----

Salientando que tal reconhecimento, o que este releva da importância e da necessidade do respeito dos princípios da Carta da ONU, assim como da solução política para o conflito que o direito internacional há muito determina, são tão mais relevantes quando se verifica um brutal agravamento no conflito e responsáveis israelitas colocam abertamente o objetivo da violenta expulsão da população palestiniana da Faixa de Gaza e de outros territórios palestinos ocupados. -----

Considerando o desenvolvimento da situação nos próximos dias, a solidariedade com o povo palestiniano tem de prosseguir, sendo urgente: -----

-um cessar-fogo imediato e permanente; -----

-pôr fim a novos bombardeamentos e ataques israelitas; -----

-assegurar que o massacre acabe de uma vez por todas; -----

-impedir a expulsão dos palestinianos das suas casas e terra; -----

-garantir a ajuda humanitária e a reconstrução da Faixa de Gaza; -----

-pôr fim à violência dos militares e colonos israelitas na Cisjordânia; -----

-pôr fim a 17 anos de desumano cerco da Faixa de Gaza; -----

-libertar todos os detidos; -----

É preciso que, após muitas décadas de promessas incumpridas, seja concretizado um Estado Palestino independente, com controlo soberano das suas fronteiras e recursos. -----

A Palestina e o Médio Oriente precisam de paz, o que passa pelo reconhecimento e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestiniano. -----

Levando em conta que o assunto se encontra em apreciação na Assembleia da República na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 22 de Dezembro de 2023, expressa a sua solidariedade com o povo da Palestina e apela à Assembleia da República e ao Governo o reconhecimento do Estado da Palestina. -----

Caso seja aprovada deverá esta moção ser enviada -----

- Para -----

O Senhor Primeiro Ministro -----

O Ministério dos Negócios Estrangeiros -----

A Assembleia da República -----

A Embaixada da Palestina -----

A Embaixada de Israel -----

A Embaixada dos EUA -----

A representação da ONU em Portugal -----

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) -----

Os proponentes -----

Vitor Reis Silva -----

Monica Ramôa -----

Marco Gabriel" (Doc.14) -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que explicou que “a moção aponta factos históricos das resoluções do Conselho de Segurança da ONU e outras medidas e aquilo que, no fundo, se propõe é que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 22 de dezembro, expresse a sua solidariedade com o povo da Palestina e apele à Assembleia da República e ao Governo o reconhecimento do Estado da Palestina, isto pelo facto de o assunto estar a ser tratado na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **rejeitada por maioria com os 4 votos contra (CDS-PP e Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo), 3 votos a favor (CDU – PCP/PEV) e 32 abstenções (PS, PPD/PSD e DMI's)**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “A abstenção do Partido Socialista deve-se sobretudo à circunstância de o documento nos ter chegado durante a Assembleia e de não ter sido possível ao Grupo Municipal do Partido Socialista fazer uma devida apreciação do seu conteúdo, até na medida em que a sua apresentação foi, e bem, sintetizada e resumida. -----

Isto não quer dizer, pelo contrário, que o Partido Socialista não esteja favorável à resolução imediata do conflito israelo-palestiniano, ao cessar-fogo imediato naquela zona do globo e à preservação e defesa dos direitos fundamentais e dos direitos humanos naquele conflito. -----

A nossa abstenção deve-se, não por alguma divergência ou por alguma contestação daquilo que é o conteúdo da moção, mas pela circunstância de não ter sido possível analisarmos com tempo o documento que nos é proposto.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “20.000 vidas depois, entre as quais 8.000 crianças, ... Isto é urgente. E, se é urgente, consegue-se ler uma moção num minuto ou consegue-se ler uma moção em dois minutos? Isso é mera hipocrisia o que acabou de ser dito.” -----

2.5.13 - “Voto de Protesto” -----

Ao longo dos dois mandatos anteriores e no presente mandato têm sido inúmeras as intervenções dos eleitos do PCP e de outros Grupos Municipais que questionam o Sr Presidente da Câmara Municipal quanto à inexistência de resposta aos requerimentos e pedidos de informação enviados à Câmara nos termos regimentais. -----

Este comportamento do Sr Presidente da Câmara Municipal é inadmissível e revela falta de consideração e respeito pelas funções e atividade dos eleitos municipais e a falta de cultura democrática e transparência na gestão municipal. -----

*A alínea d), do nº 2, do artigo 25 (**Competências de apreciação e fiscalização**) da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro é clara, compete a cada membro da assembleia municipal:* -----

d) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores; -----

Também a alínea f) refere que compete á Assembleia Municipal -----

f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização; -----

Quanto aos prazos para a resposta aos pedidos de informação aplica-se, como é evidente o Código do Procedimento Administrativo. -----

Levando em conta que o comportamento descrito viola os normativos legais, que é sistemático, contínuo e deliberado, o que dificulta o exercício da competência de apreciação e fiscalização dos eleitos, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária em 22 de Dezembro de 2023 delibera aprovar o presente voto de protesto pela ausência de resposta aos requerimentos e pedidos de informação apresentados pelos diferentes Grupos Municipais, nos termos da Lei. -----

Os proponentes -----

Vitor Reis Silva -----

Monica Ramôa -----

Marco Gabriel” (Doc.15) -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que referiu que o presente Voto de Protesto tinha a ver “com uma questão recorrente que é a falta de informação ou prestação de informação por parte da Câmara Municipal, do Senhor Presidente da Câmara aos requerimentos e aos pedidos de informação dos eleitos desta Assembleia Municipal. -

Faço aqui a citação daquilo que se encontra na Lei quanto aos direitos dos eleitos da Assembleia Municipal de solicitar e receber informação através da Mesa e a pedido de qualquer membro sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a execução de deliberações anteriores. -----

Refiro a competência da própria Assembleia Municipal, a questão dos prazos onde se aplica o Código do Procedimento Administrativo e, por último, digo que levando em conta que o comportamento descrito viola os normativos legais, que é sistemático, contínuo e deliberado, o que dificulta o exercício da competência de apreciação e fiscalização dos eleitos, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária em 22 de dezembro de 2023, delibera aprovar o presente voto protesto pela ausência de resposta aos requerimentos e pedidos de informação apresentados pelos diferentes grupos municipais nos termos da lei.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Protesto** foi **rejeitado por maioria com os 29 votos contra (PS e DMI's) e 10 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP e CDU – PCP/PEV)**. -----

Não votou o Senhor Daniel Nave Tavares (União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto) por se encontrar ausente da sala. -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** solicitou o uso da palavra para “perguntar se as faltas de educação que se verificam neste Órgão são alvo de retração de quem as pratica porque há bocado fiz uma pergunta particular ao Senhor Deputado Hugo, não digo enquanto líder do PSD, que não misturo o PSD com a sua falta de educação, mas era, de facto, importante que ele se retratasse ou pelo menos identificasse a quem é que queria dirigir aquele gesto.” -----

A presente sessão foi interrompida pelas 12:45 horas para almoço e reiniciou pelas 14:30 horas. --

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do PPD/PSD indicou para discussão o tema “Políticas de atração de investimento” e o Grupo Municipal do Partido Socialista apontou o tema “Resíduos”. -----

3.1.a) POLÍTICA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS -----

--- A Deputada Municipal **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema: **(Doc.16)** -----

“Neste ponto da ordem de trabalhos a escolha do tema por parte do PS não surpreendeu o PSD. -- Depois de na última reunião de câmara onde o Sr. Presidente avançou com a descida do preço da fatura da água, no concelho, que prometia há já uma década, para ser o bombom de despedida a dar aos Covilhanenses antes de poder ABANDONAR o concelho... o tema escolhido tornou-se mais do que evidente. Era necessário dar palco a tamanho feito!!! -----

Quanto ao PSD já acho que surpreendeu com o tema escolhido. Um tema que aparentemente será "um passeio no parque" para o PS, tal foram os anúncios de novos e brutais investimentos para o concelho. -----

Esses anúncios têm sido feitos ao longo dos últimos tempos nas várias intervenções públicas do Sr. Presidente Vítor Pereira, mas também, e pasmem-se, muito antes destes anúncios públicos e formais, na página pessoal de Facebook de um dos vereadores do executivo. -----

A sua sorte Sr. Vereador Serra dos Reis é que o Drº Vítor Pereira não terá, digo eu, o génio tempestivo que teve António Costa no caso do aeroporto, se não tinha já levado, um puxão de orelhas em público. -----

Dito isto, sim!!! nós queremos mesmo discutir este tema e sabem porquê? e agora falando diretamente para srs vereadores : Sr(s) Vereadores os Covilhanenses são inteligentes e sabem que investimento anunciado, por este executivo socialista, não é, nem será garantia de investimento realizado. -----

Por isso e em virtude de nos anúncios privados e públicos não podermos questionar a informação passada, em formato de propaganda política, este é o local para exigirmos que todas as dúvidas se esclareçam. -----

A melhor forma de compilar todas as promessas feitas e ainda não realizadas foi ir mesmo à página de Facebook do Srº Vereador Serra dos Reis: -----

Então vejamos, -----

- Construção de uma Residência sénior na Covilhã (05/02/23) -----*
- Dois Hotéis 4* no Tortosendo - Avenida Viriato (22/10/22) -----*
- A Requalificação da Garagem de São João (11 /05/23) -----*
- A Construção do Hospital da CUF (17 /05/23) -----*
- A Construção do Hospital Privado da Covilhã (06/06/23) -----*
- A Requalificação da Torre de Santo António (24/08/23) -----*
- A Requalificação do Bairro da Alegria (22/10/23) -----*
- A Construção de uma Fábrica de diamantes sintéticos (29/11/23) -----*
- No CITY Center Covilhã (29/11/23) -----*

- O Mercadona -----
- Duas marcas comerciais de renome nacional -----
- O Hotel B&B -----
- Um Hotel 5* -----
- A requalificação da Fábrica Alçada e Rosa (15/12/23) -----
- A requalificação da tinturaria Petrucci (15/12/23) -----

Estes são tudo investimentos anunciados entre finais de 2022 e 2023 e que ainda não passaram disso: de anúncios. -----

Se estamos enganados então informem por favor este órgão: em que fase estão todas estas promessas de investimento. -----

Independentemente das respostas, que imagino serem variadas consoante o investimento em causa, relembro que isto tudo é investimento privado, da iniciativa única de privados, não se conhecendo nenhum investimento, ainda assim, desta natureza, que tenha vindo para a Covilhã pela proatividade e capacidade de atração de investimento deste executivo. Aliás para corroborar o que disse basta analisarmos a importância que o executivo dá ao gabinete de empreendedorismo e promoção do desenvolvimento, onde apenas trabalha 1 técnico. -----

E o Investimento público onde está? não está!!! ou melhor está sim!!! está nos consecutivos saldos de gerência que passam de ano para ano a bater números records, rumo a 2025. -----

Mas para além de tudo o que já questionámos também nos preocupa o adiamento constante e permanente da resolução de problemas que no nosso entender são autênticos entraves à captação de investimento para o Concelho: -----

- Em que ponto está o nosso PDM? A eterna questão do PDM como entrava ao crescimento de investimento. -----

- Como está a questão do alargamento do Parque Industrial do Tortosendo? Fundamental para o desenvolvimento do município; -----

- Sabendo que existem terrenos livres, no Parque Industrial do Tortosendo, de que forma esta ser cumprido o seu regulamento? Que estabelece um período de tempo aos investidores para a construção; -----

- Onde está o "Dossier do investidor" da CMC? Documento imprescindível para que todos os que pretendam investir no concelho conheçam os custos, mas também os benefícios de aqui investir. Aliás sugestão feita pelo PSD, desde o início do nosso mandato, sem qualquer concretização. -----

- Onde estão as políticas fiscais municipais convertidas em autênticas políticas públicas de atração de investimento? Como é o caso da derrama que após muitos anos de insistência, por parte do PSD, para a sua redução, só em 2023 se concretizou. Por esse facto perdeu-se durante este tempo vários investimentos, para concelhos limítrofes. -----

Pois é!!! afinal a área do Investimento no Concelho também não é um ponto forte deste executivo. E já nem vamos referir, porque é de conhecimento público, as empresas que por inércia desta câmara foram parar a concelhos vizinhos. -----

Sr. Presidente da AMC, Sr. Presidente da CMC, Srs Vereadores e colegas deputados municipais, todos sabemos que todo este investimento anunciado e que sinceramente desejo e espero que se concretize, veio para a Covilhã pela iniciativa e mérito exclusivo dos seus promotores. -----

Porque a Covilhã tem por si só características únicas que a tornam uma escolha rápida e fácil para muitas iniciativas empresariais. -----

Senão vejamos: -----

- Tem uma grande centralidade, apesar dos constrangimentos da sua interioridade; -----

- Tem um recurso natural, embora subaproveitado, exclusivo de Portugal continental: A nossa Serra da Estrela -----

- Tem uma Universidade e uma Academia de grande prestígio nacional e internacional; -----

- Tem um Centro Hospitalar Universitário reconhecido; -----

- E tem tido ao longo da sua história, muita gente resiliente e de espírito empreendedor -----

Então, se só por isto nós conseguimos atrair o que estamos a atrair imaginem se tivéssemos um executivo camarário, que como muitos outros, apostasse a sério nas políticas públicas de captação de investimento e andasse pelo país e pelo mundo a "Vender" a Covilhã." -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): “Uma autarquia, um concelho, uma área do concelho, estão sempre dependentes das políticas mais gerais da administração central e, digamos, da implementação que é feita também pelo próprio Governo. -----

É evidente que todos os executivos municipais aproveitam para anunciar junto da população muito daquilo que são iniciativas particulares e de empresas que decidem investir no nosso concelho. Sinceramente, não vejo mal nenhum a esse anúncio, pelo menos essa informação que é dada da intenção e daquilo que está a ser realizado, caso contrário estaríamos aqui muitas vezes a falar da falta de transparência ou da falta de informação como há pouco apresentei no voto de protesto. -

Esse anúncio, como é evidente, terá que ter os seus limites, valorizar, de facto, o investimento, informar a população da sua realização ou da intenção, mas como é evidente não passa disso e não passa de informação porque temos que dar o seu a seu dono quando a iniciativa é de um particular que quis investir, que descobriu que é um bom negócio construir residências ou lares de estudantes na cidade da Covilhã, por ausência de investimento público e também da Universidade e também do Município pela carência habitacional, com o aumento do número de alunos da Universidade, existindo falta de lugares em residências públicas e oferta pública. É evidente que

esse espaço é ocupado pelo privado que vê aí uma oportunidade de negócio, o que é legítimo que aconteça – é o mercado, de certa forma, a funcionar. -----

Mas também as políticas municipais podem ser elas próprias facilitadoras do próprio investimento e da atração do investimento com a atualização do Plano Diretor Municipal (temos ainda o primeiro plano da 1ª geração, quando existem outras câmaras municipais que vão na 3.ª e 4.ª geração), sendo o Plano Diretor Municipal a definir as regras, as condições, as áreas, as áreas de localização de um conjunto de investimentos e a questão das ARU's e da sua implementação. Estive a ler aqui um exemplo de Cacilhas que, em 2011, já tinha ARU's. O município de Almada foi dos primeiros. -

Esse instrumento possibilita a revitalização das zonas habitacionais e permite quer investidores externos quer os próprios proprietários serem motivados, através da redução das taxas das licenças, a investir no concelho e, neste caso, na reabilitação e revitalização das áreas urbanas. ---

Os parques industriais são uma outra forma de, através da oferta de espaços infraestruturados, atrair empresas e de instalação de empresas, mas há muito que fazer para criar condições para a instalação. -----

Portanto, quer as políticas a nível da administração central, quer as políticas locais com as decisões que tomam são, de facto, políticas que possam possibilitar a instalação de empresas e a captação de novos investimentos. -----

E volto ao início da minha intervenção. O anúncio e a informação muitas vezes dependem da forma como se faz e como se anuncia, mas acho normal que essa informação seja dada à população.” ---

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Relativamente a estes debates, gostava de dizer que era bom que, quando fosse introduzido o tema, também fosse elaborada uma proposta porque os temas são tão latos que podemos vir para aqui falar toda a tarde sobre variadíssimas coisas e, no fundo, não estarmos muitas vezes a colaborar para a realidade das questões e para aquilo que é o interesse para a Covilhã e para os Covilhanenses. -----

Dizer que este título não se deveria chamar “políticas de atração de investimento”, mas sim “falta de atração de investimento por parte do Município”. -----

Na verdade, o investimento privado deve-se mais aos que trabalham diariamente nas empresas e no comércio, assim como aos investidores privados que apresentam propostas e não a uma intervenção direta do Município para a captação desse investimento. -----

Atente-se à quantidade de empresários que ainda aguardam pela resposta de um email por parte do seu Chefe de Gabinete da Câmara. -----

Será que os diamantes sintéticos serão mesmo uma realidade ou continuamos na senda das falsas promessas e da campanha que, pelos vistos, já começou? -----

Atente-se ao caso e ao livro que foi publicado recentemente e, para mim e para o CDS, é exatamente aquilo que poderíamos dizer da Covilhã que é: Covilhã ao contrário, remetendo esta questão para aquilo que fizeram com o Tinte Velho e que é realmente a destruição do património

e do importante marco desta cidade. É este o exemplo de política que é praticada pelo Partido Socialista. -----

No entanto, como os Senhores dizem, são os Senhores que governam e só esperamos até ao fim do mandato não ter mais nenhuma surpresa destas. -----

Mas não vamos ficar aqui só pela crítica. Dizia o Senhor Presidente: “é preciso trabalhar. Vocês têm que trazer aqui realmente propostas.” Trago-lhe uma: fazemos uma proposta ou um repto, neste caso à Câmara, para que se comprometa a acompanhar o investimento privado a apenas 10% dos valores que anuncia em infraestruturas e serviços às empresas e aos cidadãos. É que fazer festas com dinheiros dos outros é fácil, mas é preciso estar à altura das expetativas criadas.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Saudar e agradecer ao PSD a indicação deste tema que é muito oportuno e feliz porque desde logo, como foi apresentado, dá para entender e compreender a quantidade de investimentos que têm acontecido na Covilhã, o que é uma coisa verdadeiramente notável porque a oposição ao Executivo Municipal diz que a Covilhã está parada, que não se desenvolve, que regrediu, o que é também uma coisa notável, um atestado pelo menos de inconsciência que é feita aos investidores que todos eles, com a Covilhã parada, a regredir e desacreditada, resolvem arriscar o dinheiro que têm nos seus bolsos ou a sua capacidade de investimento para vir apostar numa cidade que está, segundo eles, parada, a regredir, enfim, a definhar. -----

Isto, obviamente, “*não bate a bota com a perdigota*”, como diz o Povo. Não bate com a realidade e são apenas dados estatísticos. Pegando no INE e no Pordata, percebemos que em relação à população, pela primeira vez desde 2018, a Covilhã conseguiu inverter o saldo migratório, isto é, estamos hoje a conseguir atrair pessoas, desde 2018 até 2022 (últimos dados que existem), e temos mais pessoas a entrar no território do que aquelas que perdemos. São, naturalmente, pessoas que vêm atrás da Covilhã que eles descrevem. -----

Na Educação, temos um aumento da idade e da habilitação dos nossos trabalhadores de 9,5 anos em 2013 para 10,5 de formação, isto é, não só temos mais trabalhadores, como eles são mais qualificados. -----

Depois, na Saúde, temos um número de empresas que, em 2013, era de 271. Em 2021 (último ano em que há referência), é de 456 – quase o dobro do número de empresas relacionadas com o setor da saúde e do bem-estar no nosso Concelho. -----

Na Proteção Social, a prestação do desemprego em 2013 abrangia 1.443 beneficiários do subsídio de desemprego. Em 2022 são de 459 – um terço dos beneficiários do subsídio de desemprego. O subsídio de desemprego social, em 2013, era de 84 beneficiários. Em 2022 eram 18. O Rendimento Social de Inserção que em 2013 era 1.742 indivíduos, em 2022 eram 1.132 indivíduos. -----

Mas, nas condições de vida, por exemplo, o poder de compra em 2013 era de 86% e em 2021 era de 86,9%. Subimos no poder de compra. -----

Mercado de trabalho nas empresas não financeiras – Em 2013, tínhamos 4289 empresas. Em 2021, temos 4755, cerca de mais 400 empresas. -----

O ganho mensal dos trabalhadores em 2013 era de 854,50 €. Em 2019, último dado que consegui encontrar no Pordata, era de 987,09€, sendo que em 2020, 2021, 2022 e 2023, como todos sabemos, houve um aumento substantivo e substancial do salário mínimo nacional que, de certeza absoluta, dá um salto grande nestes valores, nestes indicadores do ganho mensal por trabalhador.

O volume de negócios das quatro maiores empresas no nosso concelho era, em 2013, de 20%. Em 2021 representa 17,8%, o que significa que as quatro maiores empresas, apesar de terem crescido, representam percentualmente um impacto menor na nossa economia. -----

Desempregados – A média anual dos desempregados, de acordo com o IEFP, em 2013 era 3.590 indivíduos. Em 2022 eram 1.248. É menos de metade daquilo que existia em 2013. -----

Depois tenho aqui o pessoal ao serviço das empresas, a distribuição como é feita nos diversos setores de atividades e vemos, naturalmente, um incremento muito substancial naquilo que é os serviços, o turismo, o comércio e a indústria. -----

Ao nível dos impostos na administração local – Em 2013, o IMI representava 4.770.000 € nas receitas municipais e o IMT 974.000 €. Em 2019, e quis cingir-me apenas aos dados da Pordata e, portanto, não fui pegar nos nossos relatórios de contas que temos nesta Assembleia, o IMI era de 6.087.000 € e o IMT de 1.715.000 €. O IMI, como sabem, é o Imposto Municipal sobre Imóveis, dos imóveis que estão no território; e o IMT é o Imposto Municipal sobre as Transações Comerciais que se fazem aqui. Tivemos um aumento substancial na receita do IMI, na ordem dos 20% e no IMT na ordem dos 40%, comparativamente àquilo que era em 2013. -----

Tudo isto, de acordo com o PSD, significa uma má capacidade de execução, uma má capacidade de atração de investimento, uma má performance da economia. -----

Temos depois o Turismo e as dormidas onde em 2013 tínhamos, por cada 100 habitantes do território, uma média de 389 dormidas e em 2022 quase duplicamos para 648 dormidas por cada 100 habitantes do nosso Concelho. Subimos de 8,8% em 2013 para 15,2% o número de hóspedes estrangeiros. Isto é, somos hoje um destino turístico mais capacitado e mais atrativo para os estrangeiros. -----

As empresas do turismo, do sector do alojamento, da restauração e afins eram, em 2013, 370. Em 2021, são 411. Os proveitos do alojamento, em 2013, eram 8.880.000 €. Em 2022 são 17.360.000 €. Mais do que duplicaram os proveitos do alojamento e das empresas do terceiro setor do Turismo.

Cultura e Desporto – Em 2013, a Câmara Municipal gastava 6,3% do seu Orçamento em Cultura e Desporto. Em 2019, a Câmara Municipal gastou 10,5% do seu Orçamento. As empresas do sector da Cultura e do Desporto, em 2013, eram 98 empresas. Em 2021, são 131 empresas. -----

Equipamentos culturais – Em 2013, tínhamos quatro ecrãs de cinema, zero recintos culturais e um museu. Em 2021, temos quatro ecrãs de cinema, um recinto cultural e três museus, sendo que um deles, como já aqui foi muito bem referenciado hoje, ganhou não só o prémio de Museu do Ano de Portugal, como está candidato ao melhor Museu da Europa. -----

Estes exemplos consubstanciam-se depois com empresas concretas e, antes de enumerar um conjunto delas que aqui tenho, queria comentar aquilo que a senhora Deputada Vanda nos disse em relação aos parques industriais. Não sei a que investimentos é que a senhora se refere que não

concretizámos. Os investimentos de Blumenau, a fábrica das visitas de captação de investimento, a fábrica de aviões do Conde Drácula, ...? -----

De certeza que dessas não sabemos dizer nada, mas sei dizer-lhe da Retail e da Mepisurfaces que foram empresas Gazela na Região Centro em 2021. A Mepisurfaces tinha 22 trabalhadores em 2013 e tem mais de 500 hoje. Sei falar-lhe da It Center, da Noesis, da Pharmapoli, no CIEC, onde temos hoje mais de 50 pessoas a trabalhar em cowork e onde temos mais de seis empresas. Sei falar-lhe da Parkurbis que tem hoje mais de 45 empresas e 300 trabalhadores. -----

Mais do sector privado, que já aqui foi falado, da saúde e que a Senhora Deputada reconheceu que é hoje um *cluster* importante que nos distingue em relação aos outros, já para não falar da reabilitação urbana, para não falar dos projetos de empreendedorismo, ..." -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** "Agradeço os comentários da bancada do Partido Socialista porque, na verdade, parece que vivemos no "Alice na Covilhã das Maravilhas". -----

Quem ouve isto realmente parece que não se lembra: -----

- Do milhão de euros a mais pago para as obras do Teatro Municipal, investimento público em excesso; -----
- Da diferença entre os valores iniciais e finais das obras da Escola Secundária Frei Heitor Pinto e dos problemas em excesso que vimos agora muito recentemente; -----
- Das 21 obras vencedoras do Orçamento Participativo da Covilhã que estão por executar há 8 anos; -----
- Do pacote de medidas de habitação, mas da cobrança de rendas em excesso e que a Câmara Municipal não sabe ainda o que fazer ao património devoluto, que investimento fazer e quantas casas na realidade detém em todo o seu património municipal; -----
- Do investimento anunciado para a piscina coberta que até hoje ainda não viu realidade, apenas muitas notícias; -----
- Do pavilhão multiusos falado pelo Presidente da Câmara em todas as suas cinco candidaturas à presidência da Câmara, mas que ainda não encontrou realidade nesta Covilhã das Maravilhas; -----
- Que ainda não vimos o retorno do dinheiro, aí sim, investido (é verdade), na Inatel, apenas para cobrir dívidas, obras e restauros; -----
- Que não nos lembramos do anúncio, e estou a citar de uma notícia que estou a ver agora, de "um investimento de milhões que vai criar centenas de postos de trabalho na Covilhã e começa a funcionar em 2023". Estamos no final de 2023. Onde é que está esse investimento? Não está!; -----
- Que não nos lembramos de, em 2021, anunciarem o novo lar com investimento também de 10 milhões e criação de 60 postos de trabalho. Ainda não o vimos começar a laborar; --
- E, por fim e já que falamos de investimento, algum investimento público também necessário, o Presidente da Câmara disse que, e estou a citar, "é necessário resgatar a AdC para domínio público mesmo que à força". Dez anos não foram suficientes para fazer isso!

Continuam ainda 9 milhões de indemnizações compensatórias por pagar que está em situação de ilegalidade à luz da Lei 50 de 2012. -----

Portanto, o investimento deve ter sido nas ciclovias. Essas sim vemos nos paralelos, nalgumas estradas e até vemos inclusive a pintura de estacionamento antes de terminar a última passagem de alcatrão. Esse investimento vemos, mas é desperdiçado porque investimento que seja realmente útil e que tenha um retorno direto e efetivo na vida dos cidadãos não vemos. -----

Podia ainda terminar com a recente compra da sede do Parkurbis, mas acho que posso deixar isso para uma discussão futura.” -----

3.1.b) RESÍDUOS -----

--- A Deputada Municipal **Eng.^a Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema: **(Doc.17)** -----

“A temática dos resíduos, sejam eles sólidos ou líquidos, nomeadamente o seu encaminhamento e tratamento impacta de forma significativa no nosso quotidiano, principalmente quando estes serviços falham ou são insuficientes, ou ainda quando o seu custo atinge valores elevados e obriga entidades e utentes a assumir as ineficiências destes sistemas. -----

Interessa perceber quais são as entidades presentes no território, de que forma se organizam, quais as suas responsabilidades, de forma é que se articulam e de que forma a sua gestão comercial influencia a atividade dos seus parceiros comerciais. -----

No que concerne aos resíduos sólidos, a sua gestão, em Portugal e na Europa, assenta essencialmente nos seguintes pressupostos: -----

1) *Recolha de resíduos -----*

2) *Tratamento de resíduos -----*

3) *Valorização de resíduos -----*

A Recolha é da responsabilidade das Entidades em Baixa/Municípios e das Entidades em Alta. -----

O Tratamento e Valorização dos Resíduos são da responsabilidade exclusiva das Entidades em Alta. -----

No caso do Concelho da Covilhã, a entidade em baixa são as Águas da Covilhã (cujo capital social foi alienado a privados em 49%, em 2008, pelo executivo PSD de então), e a entidade em Alta é a Resiestrela, empresa cujo capital social detido pela EGF - Empresa Geral de Fomento, empresa subholding do grupo Águas de Portugal, foi privatizado pelo Governo PSD/CDS, de Passos Coelho, a 30 de setembro de 2015, a 4 dias das eleições legislativas, tornando-se desta forma a Resiestrela numa empresa maioritariamente privada. -----

Esta privatização materializou a medida prevista no respetivo Programa de Governo PSD/CDS de Passos Coelho, de abertura ao setor privado do Grupo Águas de Portugal, promovendo claramente a autonomização do setor dos resíduos, serviço público essencial, do estado. -----

Numa altura em que tanto se discute a diferença ideológica de direita e esquerda, este é um claro exemplo do que a direita preconiza para o nosso país em setores fundamentais da nossa economia e da nossa vida quotidiana. Um serviço deficitário a um custo mais elevado. -----

Se olharmos para os valores efetivamente aplicados desde a sua privatização, a Resiestrela aumentou de 41,24€/ton de resíduos depositados em aterro, no ano 2015, para 76,64€/ton previstos para 2024. Um aumento de 86% que em termos de valores globais representa mais de 598 000 euros pagos pela AdC à Resiestrela, sem que este valor tenha sido imputado aos covilhanenses. -----

Se os valores apresentados já nos parecem elevados, é importante dizer aqui, que os mesmos se devem à intervenção da Entidade Reguladora (ERSAR), porque por vontade da empresa teríamos para 2024 uma tarifa/tonelada 94,95€/ton, o que corresponderia a um aumento de 130% em relação a 2015 e um valor absoluto de 907 780€. -----

A tarifa efetivamente aplicada à deposição de resíduos em aterro é das mais elevadas em termos nacionais, contrapondo com a performance em termos de indicadores de serviço. -----

É certo que os valores da reciclagem do nosso país, da nossa região e do nosso concelho, estão muito aquém das metas estabelecidas pela União Europeia e pelo PERSU 2030 e que estes resultados não podem ser apenas imputados à Resiestrela, à AdC, ou à Câmara Municipal, passam sobretudo por uma questão educacional, de responsabilidade ambiental e dever cívico de todos e de cada um de nós. -----

Em termos práticos, a responsabilidade da AdC passa pela recolha dos resíduos indiferenciados, verdes, têxteis, monstros e óleos alimentares usados, ficando afeto à Resiestrela somente a responsabilidade da recolha dos fluxos de cartão, embalagens e vidro. -----

Sendo o tratamento e a valorização destes resíduos responsabilidade exclusiva da Resiestrela. ----

O município da Covilhã tem estado na linha da frente pela diversidade de metodologias de recolha, a exemplo: recolha proximidade, recolha porta-a-porta, recolha seletiva de têxteis, óleos alimentares usados, verdes e ainda a recolha especial a pedido dos promotores, sem itinerário. ---

Antes mesmo de ser uma obrigatoriedade, já o Município da Covilhã se destacava pelo facto de ter implementado novas metodologias de recolha separativa e valorização. Nomeadamente na valorização dos resíduos têxteis, implementado no ano 2014 e através do qual já foram valorizadas 510 toneladas de resíduos têxteis, evitando a deposição em aterro de 450 toneladas e a emissão de 18.653 toneladas de CO2. -----

No caso dos óleos alimentares usados, foram recolhidos e encaminhados para valorização através de biocombustível, cerca de 35.000 litros. Nos resíduos verdes com proveniência nas podas e outras atividades de tratamento dos espaços verdes, foram encaminhados para produção de energia em Central de Biomassa cerca de 2.000 toneladas. -----

A recolha especial a pedido dos promotores, consiste na aplicação de uma metodologia poluidor-pagador, similar à metodologia PAYT - "Pay-As-YouThrow". Ou seja, os produtores de resíduos contratam diretamente com o prestador de serviços uma recolha dedicada em função do volume de resíduos produzidos. Este sistema está em prática há vários anos no Município da Covilhã e

apresenta-se como uma medida mais proporcional e direta ao tipo de atividade e até à sazonalidade. -----

Na preparação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) as metas e objetivos traçados pelo Município, estão em linha com os parâmetros definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo sido, a par com o Município de Fornos de Algodres, os únicos que mereceram aprovação e destaque no compromisso assumido entre a Resiestrela e a Associação de Municípios da Cova da Beira. -----

Estas metas foram especialmente importantes na definição da estratégia da recolha dos biorresíduos, onde a candidatura apresentada pela AdC – Águas da Covilhã, EM, para a sua recolha, foi aprovada com distinção, tendo obtido melhor notação no conjunto das operações submetidas à CIMBSE. -----

Na sequência da aprovação desta candidatura em janeiro de 2024 irá iniciar-se a instalação de um biocompostor para tratamento na origem, bem como a implementação de itinerários de recolha de proximidade em sete locais, como projeto piloto. Apontando assim para a recolha seletiva de aproximadamente 200 toneladas em 2024. Este projeto prevê a distribuição de 2.600 contentores domésticos, bem como a distribuição para utilização de sacos bio compostáveis, que potenciam o conforto da utilização e manuseamento destes resíduos. -----

O Município da Covilhã está no bom caminho para o cumprimento dos objetivos definidos no PERSU 2030, tal como já reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). -----

Em relação ao saneamento, resíduos líquidos, no concelho da Covilhã a entidade em baixa são as Águas da Covilhã e a entidade em Alta são as Águas da Serra, empresa à qual o executivo do PSD em 2005, concessionou as águas residuais em alta, por um período de 30 anos (2005-2035), numa postura do "orgulhosamente sós", em detrimento de um sistema multimunicipal onde estão todos os municípios vizinhos. -----

Um negócio apresentado em 2005 como vantajoso para o município, veio a revelar-se ruinoso para os covilhanenses. -----

Se tomarmos como exemplo o ano de 2023, as Águas da Covilhã (AdC) pagam às Águas da Serra 1,28€/m³ de águas residuais enquanto que por exemplo o município do Fundão paga às Águas do Tejo 0.56€/m³, menos metade do valor praticado no concelho da Covilhã. Apesar da redução do preço da tarifa da água e da suspensão dos aumentos nos últimos 10 anos, a tarifa de saneamento continua a ter um peso decisivo no montante global da fatura da água aplicada aos covilhanenses. -----

Face à clara responsabilidade da gestão do PSD com o apoio do CDS nesta opção de concessão do saneamento em alta às Águas da Serra, não se percebe a desresponsabilização que existe na opção da direita relativa a esta matéria. -----

O grupo parlamentar do partido socialista compreende que esta matéria é complexa, e que necessita de ser tratada com responsabilidade, na procura da melhor solução para o nosso futuro coletivo. Temos consciência que desde 2013 se assistiu a uma inversão clara da trajetória tarifária ascendente, a suspensão dos aumentos apesar dos aumentos generalizados de matérias primas, dos valores de inflação ou dos custos de deposição em aterro, representam uma clara redução da fatura da água. Recordamos aqui que o Município da Covilhã passou do sexto município mais caro

do país em 2014 para o 24º em 2021. Estamos satisfeitos, não! Mas reconhecemos o esforço feito por todos nesta conquista. -----

Daí que apelamos ao Sr. Presidente e ao seu executivo que como disse "a bem ou mal" nos traga uma solução para a tarifa do saneamento." -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Em relação à questão da temática dos “Resíduos”, é uma temática muito vasta, levando em conta até a tipologia e a diversidade do conjunto de resíduos nos vários sectores. -----

Concordo aqui com a intervenção há pouco do elemento do CDS que disse que, com o tema, devia ser acompanhado um texto base que poderia ser a base da discussão levando em conta as intenções de quem propõe o mesmo tema. -----

Os resíduos é uma ambição hoje dos privados em vários sectores, quer em baixa, quer em alta, quer na recolha, quer no tratamento, porque é uma área de serviço público que os privados descobriram que, de facto, poderiam aqui retirar dividendos do desenvolvimento desta área, seguindo um pouco a tendência do abandono das atividades produtivas para este tipo de exploração de serviços e para, enfim, a exploração e também a utilização no âmbito do mercado dos mercados financeiros. -----

O PSD privatiza. Vem-nos o PS a dizer que isto deveria ser serviço público, devia ser empresas públicas. Estamos de acordo. Contudo, durante os governos do PS não se verifica também grande esforço no sentido de reverter as privatizações e, de facto, recolocar esse serviço no setor e no âmbito público porque, sendo um serviço à população, os privados, como é evidente, não fazem serviço público. Os privados, na sua atividade por natureza, desenvolvem a sua atividade para retirar lucro. -----

Nunca entendemos e eu, pessoalmente, nunca entendi o critério de ligar as taxas de resíduos ao abastecimento de água. Não parece mais adequado. Há outros países que encontraram outras soluções e outras formas de recolher, de aplicar uma taxa ou de compensar algo com a recolha dos resíduos sem essa ligação ou afetação dos resíduos à fatura de água. -----

Contudo, em vários sectores e em várias áreas dos resíduos, a recolha é deficiente. Não só aquela em que é feita (e estou a falar no nosso concelho) a recolha de resíduos domésticos, como também a recolha de outros resíduos de papel, papelão, etc. e a recolha de resíduos de construção civil que não existe e que deveria existir nas várias freguesias contentores específicos para colocação destes resíduos que normalmente nas pequenas obras nas habitações eles acontecem. Quanto aos resíduos líquidos, fica para fase posterior face ao tempo.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Relativamente a este tema dizer, em primeiro lugar, que fomos brindados com alguém nomeado com informação que nós não temos

acesso e como tal achamos que esta temática devia ter sido introduzida com mais alguma informação e até para todos podermos falar com esses mesmos dados. -----

Relativamente aos resíduos, aquilo que podemos dizer relativamente à empresa que presta serviços, nomeadamente a AdC, é que não conseguimos perceber onde é que está a qualidade dos serviços prestados quando, por exemplo, vamos a um parque ou a um jardim e temos lá as caixinhas para as pessoas tirarem o saquinho para colocarem os dejetos dos animais e, pura e simplesmente, quase não existem; -----

Ou quando chegamos a um sítio e temos a recolha de lixo por fazer durante não sei quanto tempo ou até mesmo a limpeza dos espaços públicos da qual não temos conhecimento de um plano que seja um plano que os cidadãos possam efetivamente acompanhar. -----

Dizer só que parece-nos, e esperemos não estar enganados, que este tema foi aqui proposto para finalmente hoje anunciarem aqui a baixa da fatura da água.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Realmente é mesmo a “Covilhã das Maravilhas”. Conseguimos ouvir aqui que a Covilhã está na linha da frente relativamente à gestão de resíduos.

A Europa tem feito significativos progressos nas questões ambientais nos últimos anos e, mais concretamente, na gestão de resíduos urbanos, sendo pioneiros numa transição inevitável para uma economia circular, uma nova forma de encarar o modo de vida sustentável com o menor impacto ambiental possível. Não é uma opção. Passou a ser uma obrigação como a única forma de garantir a qualidade de vida que ambicionamos e alcançamos, sem condenar as gerações futuras a pagar a fatura. -----

Foram definidas metas. Foram criados cenários, lançados programas e implementadas várias soluções. A realidade mostra-nos diariamente que todas elas foram irreais, otimistas e que o caminho será sempre muito mais curto do que alguns cientistas chegaram a antecipar. -----

Mas em que ponto estamos? O que fizemos até agora e o que estamos a fazer hoje? -----

Um dos indicadores preocupantes é precisamente o dos resíduos urbanos. -----

O INE contabilizou 4,8 milhões de toneladas de resíduos recolhidos em 2015, correspondente a 460 quilos *per capita*, número que aumentou para 5,3 milhões em 2020, equivalente a 513 quilos *per capita*. -----

Na Covilhã, desde 2015, passámos de 370 para 425 quilos por habitante, um crescimento de 15% em apenas 6 anos. -----

Na recolha seletiva estamos pior. Enquanto Portugal se situa nos insuficientes 22% de recolha seletiva, a Covilhã não chegou aos 15%. Como lembravam, o valor realmente é muito alto na deposição em aterro. Provavelmente se tivesse uma escolha seletiva mais elevada, menos se depositava em aterro, mas não estamos a fazer esse caminho. -----

De 20.000 toneladas de resíduos recolhidos, menos de 3.000 toneladas são recolhidas seletivamente. -----

Podemos depois vir anunciar planos, constituir hipotéticos cenários de que atingiremos as melhores metas em 2050, no futuro, em que muitos de nós já cá não estaremos para que o presente nos pareça mais suave. Mas o presente mostra que já estamos atrasados e o trabalho de limpar a casa não foi feito. -----

Saibamos ter a humildade de assumir que estamos mal, que não cumprimos os objetivos, que quase tudo está por fazer. -----

Admitir os erros passados e presentes será a melhor forma de preparar um futuro em que, de forma preocupante, o relógio já está a contar. -----

Gostaria também de perguntar ao Senhor Presidente se é mesmo desta que a água vai baixar, se a promessa que ouvimos arrastar ao longo dos anos se vai concretizar antes da sua ida para Lisboa.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “antes de tecer qualquer consideração acerca desta temática, dar uma nota ao Senhor Deputado António Freitas para que evite utilizar linguagem que ofende as mulheres. O Senhor utilizou aqui uma expressão que é profundamente ofensiva da dignidade, da autonomia, do empoderamento, da igualdade, da dignidade das mulheres. -----

Disse aqui “festas com as mulheres dos outros”. É utilizar linguagem ofensiva da dignidade das mulheres. Não sei se tem alguma filha mulher, mas é filho, tem mãe e todos nós temos na família. Rogo-lhe para que evite essas expressões. Se calhar saiu sem querer.” -----

- O Deputado Municipal **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)** interrompeu o Senhor Presidente da Câmara para dizer que a expressão que foi utilizada tinha sido “com o dinheiro dos outros” e questionou o Senhor Presidente, no caso de estar errado, se iria pedir desculpa. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** respondeu que pede desculpas quando se engana ou quando está errado. “Tenho uma diferença relativamente a muita gente. Sou genuíno e verdadeiramente humilde. Não sou pavão, nem ensimesmado, nem altivo, nem pesporrente, nem arrogante. Acho que 99% dos que aqui estão conhecem-me e sabem que assim sou. Mas presunção e água benta cada um toma a que quer, como diz o Povo. -----

Eu ouvi aqui um chorrilho de apoucamento da Covilhã que já não passa. Deus vos dê saúde para continuarem a fazer este tipo de política porque este tipo de política não colhe junto dos nossos concidadãos. Acabaram de fazer um exercício notável de apoucamento da Covilhã. -----

Agora há uma coisa que os senhores podem repetir à exaustão, mas há uma coisa que não evitam é o papel de intermediador, facilitador, de insistência em busca de investimento, de captação de empresas, de criação de postos de trabalho e de riqueza. -----

Há pouco foi dado aqui um exemplo. Cheguei à Covilhã e havia uma empresa chamada Mepisurfaces. Tinha 22 trabalhadores. Estamos a falar há 10 anos. Contactei membros do Governo da altura; fui a Paris; falei com a AICEP; falei com o então Secretário de Estado da

Internacionalização; ouvimos os empresários; aquilatámos da bondade e proveniência do capital; ... Fiz tudo o que tinha ao meu alcance para posicionar essa empresa, dar-lhe credibilidade, a credibilidade que efetivamente tem. Alguém acha que esses senhores vieram para aqui por acaso e estão aqui mais de 500 postos de trabalho? -----

Claro que a Câmara não ia lá pôr o capital. Vocês querem que seja a Câmara que vai lá pôr o capital? Não. Fiz o meu trabalho de casa, como fiz noutros exemplos. -----

E dos diamantes também vos posso contar... E ainda bem que um Vice-Presidente da CCDR e um distinto Vice-Reitor me acompanhou ou eu os acompanhei a eles porque aqui não há protagonistas (estamos todos em equipa) para captar um investimento desta natureza e, portanto, não tentei apoucar aquilo que conseguimos porque também não queremos apoucar aquilo que vocês fizeram.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “em defesa da honra dizer que se, de facto, embora não me lembre, ainda que tivesse dito, tê-lo-ia dito com base na minha formação em Sociologia. -----

Como o Senhor Presidente sabe, tenho duas filhas e, portanto, se falarmos aqui de identidade de género e tudo mais, poderíamos ter aqui muito para falar, mas apenas para dizer que existe um provérbio português muito parecido e que, ainda que eu fizesse e utilizasse esse provérbio, jamais estaria no papel que o Senhor Presidente me estava a pôr.” -----

3.2 – DISCUSSÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE DO DEBATE TEMÁTICO SOBRE O “PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA” REALIZADO EM 30/11/2023 E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** Apresentou uma recomendação que, a seguir, se transcreve (**Doc.18**) -----

“RECOMENDAÇÃO -----

O Plano de Revitalização da Serra da Estrela, na sua parte relativa ao Concelho da Covilhã, não mereceu deste órgão qualquer conhecimento prévio sobre as propostas apresentadas pelo executivo camarário. -----

Em virtude da ausência de informação e transparência, visa-se salvaguardar planos e promessas que se arrastam há mais de uma década, de interesse fundamental para a Serra da Estrela e para o concelho da Covilhã, tais como: -----

- 1. A necessidade estratégica do aumento da capacidade de armazenamento de água nas Penhas da Saúde é hoje reconhecida, tanto no abastecimento às populações como no aumento*

da reserva instalada para apoio aos meios de combate a potenciais incêndios. É assim urgente a conclusão do projeto da nova barragem ou alteamento da existente Barragem do Viriato, à semelhança do projeto anterior que chegou a ter o visto do tribunal de contas e financiamento garantido; -----

2. As Penhas da Saúde é um dos principais polos de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela, completamente estrangulado por falta de ordenamento e definição de novas áreas de desenvolvimento urbano dando origem a maior oferta de alojamento e comércio, novas áreas de lazer e desporto. Recomenda-se assim a atribuição de prioridade estratégica ao Plano de Ordenamento da Penhas da Saúde assumindo a sua importância para o desenvolvimento económico do turismo na Covilhã e Serra da Estrela; -----

3. A estrada EN339, reconhecida como principal porta de entrada da Serra da Estrela, tem de garantir melhores condições de circulação e segurança. Recomendamos que seja assegurado o novo asfaltamento com alargamento da via e regularização das bermas, em complementaridade com a criação de uma via pedonal e ciclável em paralelo, com renovação da rede de distribuição elétrica e de telecomunicações já aqui proposta em moção aprovada por unanimidade por esta Assembleia. -----

Assim, sob proposta do Grupos Municipal do Partido Social Democrata, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 22 de dezembro de 2023, recomenda que a Câmara Municipal: ----

1. Conclua o projeto da nova barragem ou alteamento da existente Barragem do Viriato; -----

2. Atribua prioridade estratégica ao Plano de Ordenamento da Penhas da Saúde; -----

3. Pugne pela conclusão do novo asfaltamento da estrada EN339, com alargamento da via e regularização das bermas, em complementaridade com a criação de uma via pedonal e ciclável em paralelo, com renovação da rede de distribuição elétrica e de telecomunicações.” -----

- Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS): “Antes de abordarmos um pouco aquilo que foi e é a proposta **(Doc.19)** (que já é do conhecimento de toda a Assembleia e que se não tiver oportunidade de apresentar nestes primeiros 3 minutos, irei apresentar seguidamente), de facto, estarmos a discutir o Programa de Revitalização, infelizmente, surge fruto de uma tragédia que certamente qualquer Covilhanense viveu de uma forma muito íntima e de uma forma que infelizmente nos vai perdurar em muito no tempo. -----

Uma tragédia que, depois daquilo que se passou no município da Covilhã, temos dado provas que, de facto, sobre as tragédias, elas precisam de ser debatidas, discutidas e faladas sem populismos e sem demagogia. -----

É importante relembrar neste momento aquilo que tem sido o trajeto desde o grande incêndio de agosto de 2022 até ao dia de hoje. Relembrar que no Município da Covilhã (único município que tenho informação) tivemos o responsável da Proteção Civil a explicar aquilo que realmente aconteceu. Foi nesta Assembleia Municipal que tivemos a oportunidade depois de verificar que aquilo que o Senhor Comandante Luís Marques tinha dito em setembro se veio a verificar no

relatório de peritos sobre o incêndio da Serra da Estrela sobre, nomeadamente, algumas causas e alguns acontecimentos ao longo desse mesmo incêndio. -----

No Verão de 2023 tivemos a capacidade de constituir a Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e de Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Uma comissão a que não vou estar a dar muito ênfase por fazer parte, mas como sendo parte dela não posso deixar de reconhecer publicamente o trabalho sério e honesto que este grupo de trabalho está a desenvolver na pessoa do Senhor Presidente António Carriço. -----

Um trabalho sério que não merece a deslealdade e a falta de respeito manifestada pelo Senhor Deputado Lino Torgal no último debate temático onde se referiu a informação privilegiada, truncando a mesma para mais um número de baixa política que nos tem vindo a habituar. -----

Este debate deu a oportunidade para conhecermos as propostas do Município para um programa que se quer de todo o território. Uma oportunidade que tivemos nesta Assembleia que os munícipes da Covilhã tiveram, em que as propostas de termos o IC6 como Green Road, o aproveitamento hidráulico das Cortes, uma infraestrutura aeroportuária nos Lamaçais, os acessos rodoviários tão reclamados por Cortes do Meio, Unhais e Verdelhos, as rotas e percursos pedestres e cicláveis, a nível da Proteção Civil a existência do Centro Municipal, uma unidade de formação e unidades locais, o aposto investimento na mobilidade e acessibilidade à Serra da Estrela e um Plano de Pormenor Intermunicipal para a Torre. Foram propostas apresentadas e como contributo ao Plano de Revitalização. -----

São propostas que, enquanto bancada municipal, subscrevemos não só pelo seu conteúdo importante para a Covilhã, mas para também todo o território. -----

Hoje voltamos a ter espaço nesta Assembleia para que os diferentes representantes políticos apresentem as suas propostas e visões para um programa de revitalização estruturante não só para a Covilhã, mas para a Região. Um programa onde, mais do que dar respostas a anseios individuais, devemos procurar uma articulação de desenvolvimento coletivo, mas, acima de tudo, um programa que não pode sair do papel.” -----

Transcreve-se de seguida a proposta referida no primeiro parágrafo da intervenção: **(Doc.19)** -----

“PROPOSTA -----

O Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) decorre da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2022, constituindo-se como um Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Território, com foco em diferentes domínios temáticos, identificando medidas e projetos a implementar no curto e médio prazo, que deverão promover o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e diversificação da base económica da região, combatendo a perda demográfica e tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos, preservando e valorizando o seu principal ativo patrimonial, o PNSE e todo o seu ecossistema. -----

O PRPNSE assume assim relevante importância e expectativa estratégica na coesão e desenvolvimento do território, onde o trabalho desenvolvido pelos municípios que integram o PNSE,

CIMBSE e demais entidades envolvidas ao longo dos últimos meses é revelador de um projeto coletivo e articulado entre os diversos agentes que integram o PNSE. -----

A situação política nacional vivida atualmente, não pode por isso tirar relevo à importância estratégica e necessidade e execução que o PRPNSE assume para o território, reconhecida como prioritária pelo ainda Governo da República. -----

Assim e sendo público que a proposta do PRPNSE elaborada pelos seis municípios que integram o PNSE já foi entregue ao Governo da República, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 22 de dezembro de 2023 sob proposta do grupo municipal do Partido Socialista da Covilhã, delibera propor ao Governo Português que aprove o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela reforçando o compromisso estratégico necessário na sua execução por parte do futuro Governo, exortando ainda que todas as forças políticas com assento parlamentar se comprometam a dar corpo e ação a um programa do território da Serra da Estrela para a Serra da Estrela. -----

Sendo aprovada a presente deliberação deve ser dada a conhecer ao Governo Português e a todas as Bancadas Parlamentares presentes na Assembleia da República.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** Em defesa da honra, referiu “já que foi falado do meu nome, a intervenção que eu fiz na última Assembleia apenas se cingiu a referir relatórios que são do conhecimento público e já agora perguntava se também punha na consideração ao Presidente da Comissão o fazer a inscrição do tema da Regeneração da Serra da Estrela sem lhe dar conhecimento a ele próprio. Talvez seja uma amostra ou uma prova de muita consideração.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Sobre a questão do Plano e a questão das resoluções que estão em análise quer do PS, quer do PSD, como já foi referido na sessão do dia 30, foi uma peça bem montada de propaganda para divulgar um Plano e um conjunto de ações que a maioria, ou melhor dizendo, quase a totalidade dos Membros desta Assembleia desconhecem e continuamos a desconhecer o plano. -----

Hoje desconheço o que é que está plasmado no Plano, o que é que está inscrito para além daquilo que nos foi dito e estamos dependentes daquilo que nos foi dito, obras estruturais que desapareceram das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal ao longo dos últimos 10 anos, mas que parece que há agora uma oportunidade de se incluir ali neste Plano e talvez seja desta vez que nós agora vamos avançar com elas. -----

Depois avançam-se números de milhões de euros como se fossem os números finais, caso o Governo aprovasse o Plano e caso o Governo aceitasse na globalidade daquilo que está previsto. Não acreditamos nisso. -----

O Plano foi entregue à Ministra da Coesão. O Governo não o aprovou em tempo útil. Portanto, tudo ficará dependente para a próxima legislatura. -----

Portanto, estamos a discutir o quê? Estamos a discutir no ar. Estamos a discutir sem ter por base um documento. Estamos a discutir algo que desconhecemos. Sinceramente, a nossa bancada sente-se muito desconfortável em estar a discutir aquilo que se desconhece.” -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP):** “À semelhança daquilo que aconteceu na última Assembleia, concordar com o PCP. Começo a ter algum receio da minha presença e da minha prestação porque em todas as assembleias começo a concordar muito com a prestação do PCP, mas este é um tema que efetivamente nos une porque, no vazio total da informação como estamos mais uma vez a assistir neste ponto, torna-nos próximos naquilo que é a ausência total de informação. Portanto, tal como o senhor Deputado Municipal do PCP aqui acabou de dizer, a verdade é que estamos a discutir um ponto que foi utilizado na última Assembleia Municipal extraordinária que custou ao erário público cerca de 5.000 € e onde, na verdade, aquilo que temos em cima da mesa foi a oportunidade política do Partido Socialista e do Senhor Presidente da Câmara fazer um anúncio consecutivo de medidas que, na sua grande maioria, acabam por ser medidas que não estão inscritas no próximo Orçamento do Estado. -----

Aquilo que assistimos foi mais uma vez a propaganda, mais uma vez uma Assembleia Municipal sem nenhuma informação escrita sobre o ponto e propostas que o Senhor Presidente da Câmara fez na Comunidade Intermunicipal e num terceiro patamar, que me parece bastante importante, soubemos, na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal, que este Programa, discutido amplamente entre vários municípios, está no éter naquilo que é a execução orçamental do próximo Governo. -----

E, portanto, arriscaria a dizer se não valeria a pena repensar o porquê deste ponto aqui na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal. Não é nada mais, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do que uma forma encapotada de numa Assembleia Extraordinária, e hoje num ponto, de fazer propaganda política porque é muito interessante ver aqui a prestação do Deputado Pedro Bernardo, que eu respeito porque pertenço à mesma Comissão, mas na verdade, como todos sabemos, a Comissão ainda não concluiu os seus trabalhos, as atas da Comissão ainda não foram apresentadas a esta Assembleia Municipal e, portanto, mais uma vez digo aquilo que disse há 15 dias, na última Assembleia, sobre o relatório e prestação do CDS na Comissão de Inquérito que foi aprovada por esta Assembleia Municipal, não irei dizer absolutamente nada porque isso está refletido na ata e em assembleia própria. -----

E mais uma vez estou aqui de acordo com o PCP. Portanto, estou mesmo preocupado.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que o Deputado Municipal estava “a fazer uma autocrítica: concordou, como representante, com o tema. O tema foi aprovado na reunião e não houve ninguém que se opusesse aos temas que foram propostos.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP)** respondeu que não tinha estado presente nessa reunião, porém o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu

que “não esteve presente porque faltou e então tem que aceitar o que lá está. Essa não é desculpa. Não pode alegar que não esteve porque foi aprovado por todos os elementos que lá estavam.” ---

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Penso que já tivemos aqui vários momentos. Temos aqui mais um. Alguns partidos desesperam por tempo, há outros que abdicam dele para apresentar propostas e, de facto, essa é uma responsabilidade que fica para cada um deles. -----

A nossa preocupação e a existência deste tema é que todos aqueles que fazem parte desta Assembleia digam de sua justiça aquilo que pretendem para o Programa de Revitalização da Serra da Estrela. E aquilo que infelizmente constatamos é que tivemos dois momentos em que o CDS não foi capaz de apresentar uma proposta. Aquilo que eventualmente se apresenta como um contributo do CDS nos últimos meses para aquilo que é a Serra da Estrela e, neste caso, para a Covilhã, foi o pedido de demissão, por parte do Presidente da concelhia do CDS, do Senhor Comandante Luís Marques no início do Verão, num ato de deslealdade e desonra em plena época de incêndios. -----

Foi o único contributo que o CDS deu ao longo destes últimos meses e, mais uma vez, tiveram a oportunidade e, mais uma vez, abdicaram dela conscientemente porque não existe proposta, não têm conteúdo, não são de confiança. -----

A partir desse momento, existe também aqui uma análise sobre a proposta do PSD que tem que se louvar. Apareceu alguma coisa e na expectativa que houvesse aqui alguma inovação, algum contributo importante e a fazer jus àquilo que é a responsabilidade do PSD, não posso esconder que fico um pouco desiludido sobre a mesma porque, no que constata à questão do aproveitamento hídrico, dizer “uma barragem nas Cortes ou o alteamento da barragem do Viriato, quer dizer “façam qualquer coisa, não interessa, ...”. Temos que ter uma responsabilidade sobre aquilo que é o seu contributo. -----

Tivemos aqui uma responsável da COBA a dizer claramente que a barragem das Cortes é necessária para a Serra da Estrela, não só a Barragem das Cortes como a Barragem da Atalaia. Portanto, há coisas concretas, há dados técnicos que foram apresentados e, portanto, obriga-nos a ter alguma substância naquilo que é a nossa intervenção. -----

Para além de que depois, em relação ao Plano de Ordenamento das Penhas da Saúde, como é sabido, isto é algo que está a ser debatido em sede de revisão do PDM e que acreditamos que durante o próximo ano será uma realidade. -----

Pedir a uma Câmara Municipal que faça investimento numa estrada nacional é simplesmente demagogia. Todas estas razões e todos estes factos levam-me a dizer que o PS irá votar contra esta proposta de recomendação do PSD. -----

Mas o PS, para além de corroborar aquilo que foram as propostas do ponto de vista estratégico do Plano de Revitalização que foram apresentadas, apresenta também uma proposta. -----

Este Plano de Revitalização assume uma relevante importância e expectativa estratégica na coesão e desenvolvimento do território onde o trabalho desenvolvido pelos municípios que integram o Parque Natural da Serra da Estrela, CIMBSE e demais entidades envolvidas ao longo dos últimos

meses, é revelador de um projeto coletivo e articulado entre os diversos agentes que integram o Parque Natural da Serra da Estrela. -----

A situação política nacional vivida atualmente não pode, por isso, tirar relevo à importância estratégica e necessidade que a execução do Plano de Recuperação do Parque Natural da Serra da Estrela assume para o território, reconhecida como prioritária pelo ainda Governo da República.

Assim, e sendo público que a proposta do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, elaborada pelos seis municípios que integram o Parque Natural da Serra da Estrela, já foi entregue ao Governo da República, o Grupo Municipal do Partido Socialista da Covilhã propõe a esta Assembleia Municipal que o Governo Português aprove o Programa de Revitalização, reforçando o compromisso estratégico necessário na sua execução por parte do futuro Governo e exortando ainda que todas as forças políticas com assento parlamentar se comprometam a dar corpo e ação a um programa do território da Serra da Estrela para a Serra da Estrela. -----

É a nossa proposta. Este é o nosso desejo e a nossa vontade: -----

Que, de facto, este Programa de Revitalização da Serra da Estrela seja uma realidade, que não seja algo que fique no papel, que seja algo que traga ao território investimento, que traga uma sustentabilidade, que humanize a Serra da Estrela. Essa é que é a preocupação que o Partido Socialista, ao contrário daqueles que não apresentaram nada.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez um ponto de ordem à Mesa solicitando uma clarificação. “Estamos a discutir os dois documentos em simultâneo, ou seja, não temos a oportunidade de responder teoricamente agora, mas se estivéssemos a discutir cada proposta de cada vez, teríamos sempre a oportunidade de, no fim, responder ao que foi dito. -----

A proposta do PSD foi visada agora. Sei que estamos a discutir as duas em conjunto e por isso queria perguntar ao Senhor Presidente se há possibilidade de respondermos ao que foi comentado sobre a nossa proposta.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que que lhes haviam sido dados seis minutos para falar e não o quiseram fazer. -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** contra-argumentou dizendo que “ainda não tinha sido feito nenhum comentário à nossa proposta. Agora foram feitos comentários.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que o Grupo Municipal do Partido Socialista era o último a falar. “Se quiserem fazer algum comentário, têm dois minutos.” --

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Uma das coisas que agora ouvimos todos do Deputado Pedro Bernardo é que realmente o Plano não pode sair do papel. -----

Uma das perguntas que faço é que estamos há duas sessões da Assembleia Municipal a falar do Plano, o Senhor Deputado vem falar do Plano e continuamos sem saber qual é o Plano. Mas ninguém percebe que o elefante não está na sala? -----

Entretanto, relativamente à proposta da barragem, não vem aqui um deputado do PSD ou um grupo municipal do PSD a dizer que quer uma barragem. É uma promessa do Senhor Presidente da Câmara há 10 anos! Então não é legítimo perguntar ao Senhor Presidente?! Não é uma pergunta que posso fazer ao Senhor presidente da Câmara, que anda há 10 anos a prometer a solução da barragem? Isto não é legítimo? -----

Da EN 339, volto a repetir isto (que é a terceira vez que o faço). Este Executivo Municipal está eleito para defender os Covilhanenses. Penso eu que sabem disso. A Estrada Nacional, que é a principal porta de entrada da Serra da Estrela, é a pior entrada neste momento da Serra da Estrela. Vão ver as bermas, não há marcações horizontais, é um perigo. Então recomendo a esta Câmara que zele pela nossa cidade, pela nossa Serra e vêm dizer que não é assunto. Afinal a EN 339 não é assunto da Câmara? Tenho muita pena então.” -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** “As discussões devem ser vivas, frontais, leais, diretas, com equívocos, sem equívocos, ... Elas existem e não faço mau juízo de pensar que a oposição é contra a Covilhã. O problema é que utilizam o relambório, perdoem-me a expressão popular, de que “isto está parado, está congelado, está estagnado, as águas estão paradas, ninguém dá uma pedrada no charco.” E logo que se dá uma pedrada no charco, “Alto lá que não foram eles.” Isto para contextualizar a grande parte deste nosso debate. -----

Quando fizemos este debate temático, que foi proposto e consensualizado, vieram aqui os mais variados intervenientes, técnicos, especialistas nas áreas mais diversificadas explicar, ao pormenor possível no âmbito da economia de uma Assembleia Municipal, o que é que estava a acontecer. --

Expliquei que o documento à data não era público, nem o podia ser a pedido do conjunto dos meus colegas membros do Conselho Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela porque faltava afinar pormenores. E costumo dizer que o pior serviço que se pode prestar a situações destas em que estamos, no fundo, na prática, a negociar com o Governo, porque, quer queiramos quer não, há sempre pormenores e é natural que não se queira, não estando ele ultimado, trazê-lo a público.

Se não tivéssemos aqui trazido aqueles especialistas, aqueles conhecedores, pessoas que participaram na elaboração daquele documento, que prestaram os esclarecimentos que os senhores solicitaram, se não tivessem cá vindo “Aqui d'el Rei! Estão a esconder isto na gaveta, não vêm cá, não querem saber disto para nada, isto é tudo um caos.” -----

Vieram cá, explicaram, disseram, sistematizaram, responderam a todos os senhores e qual é o mal? Onde é que está o problema? O problema? -----

O problema está na falta uma Resolução do Conselho de Ministros. Ora os 600 milhões €, que são uns trocos, como se costuma dizer (digo eu com ironia) não se discutem com leveza e de um dia para o outro. -----

E ninguém previa o que aconteceu em termos de queda do Governo e tudo o mais. Já agora, só falta imputar-nos a nós a queda do Governo e ele não poder funcionar na sua plenitude para concretizar, em termos de resolução, aquilo que temos consensualizado na Comunidade Intermunicipal! -----

Os Senhores farão como entenderem. Eu continuo na minha. Deus vos dê muita saúde em quaisquer circunstâncias, mas sobretudo a fazer política assim. Isso é generoso porque as pessoas dizem “Olha, aí estão eles no seu melhor”. Julgam que estão a fazer boa figura. Façam favor. O lugar é vosso.” -----

--- Colocada a **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD à votação, a mesma foi **aprovada por maioria com 37 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e DMI's) e 3 abstenções (CDU – PCP/PEV)**. -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**: “Na minha intervenção disse que o Partido Socialista iria votar contra exatamente porque fazia referência que seria responsabilidade do Município da Covilhã a intervenção na Estrada Nacional. -----

Feita a alteração à proposta de recomendação, como é evidente, a questão da estrada, que também está vertida como prioridade das acessibilidades à Serra da Estrela, é uma preocupação do Partido Socialista e, como é lógico, esta aqui também seria enquadrada da mesma forma e, portanto, é a razão por que o Partido Socialista e, no caso a minha pessoa, depois de anunciada a intenção de voto, vota favoravelmente a Recomendação por parte do Partido Social Democrata.”

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “É só para registar a alteração de voto do Partido Socialista durante o decorrer da discussão quando, há pouco, o argumento era que o documento tinha chegado tarde.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**: “Queria manifestar aqui o meu voto favorável precisamente ao documento apresentado pelo Partido Social Democrata porque, independentemente de já existir plano ou não, eu pessoalmente acredito que a Assembleia Municipal serve precisamente também para isto, para debatermos temas, para apresentarmos propostas e para vermos as nossas propostas precisamente refletidas nos documentos que são discutidos e aprovados em Assembleia da República. -----

Esta é a minha opinião e foi por isso que eu a aprovei, concordando mais ou menos com o teor do documento apresentado.” -----

--- Colocada a **Proposta** apresentada pelo Grupo Municipal do PS à votação, a mesma foi **aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, PPD/PSD e DMI's) e 6 abstenções (CDS-PP e CDU – PCP/PEV)**. -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Optámos pela abstenção porque desconhecemos, e não nos podemos comprometer com aquilo que desconhecemos, nomeadamente o modelo de gestão que está previsto para o Parque Natural da Serra da Estrela que foi aqui referido pelo convidado, mas que não ficou clarificado. -----

Cogestão – mas o que é isso? A gestão é essencialmente da administração central ou passou para a administração local. Quem é que tem a responsabilidade do financiamento dessa gestão ao nível do Parque Natural? -----

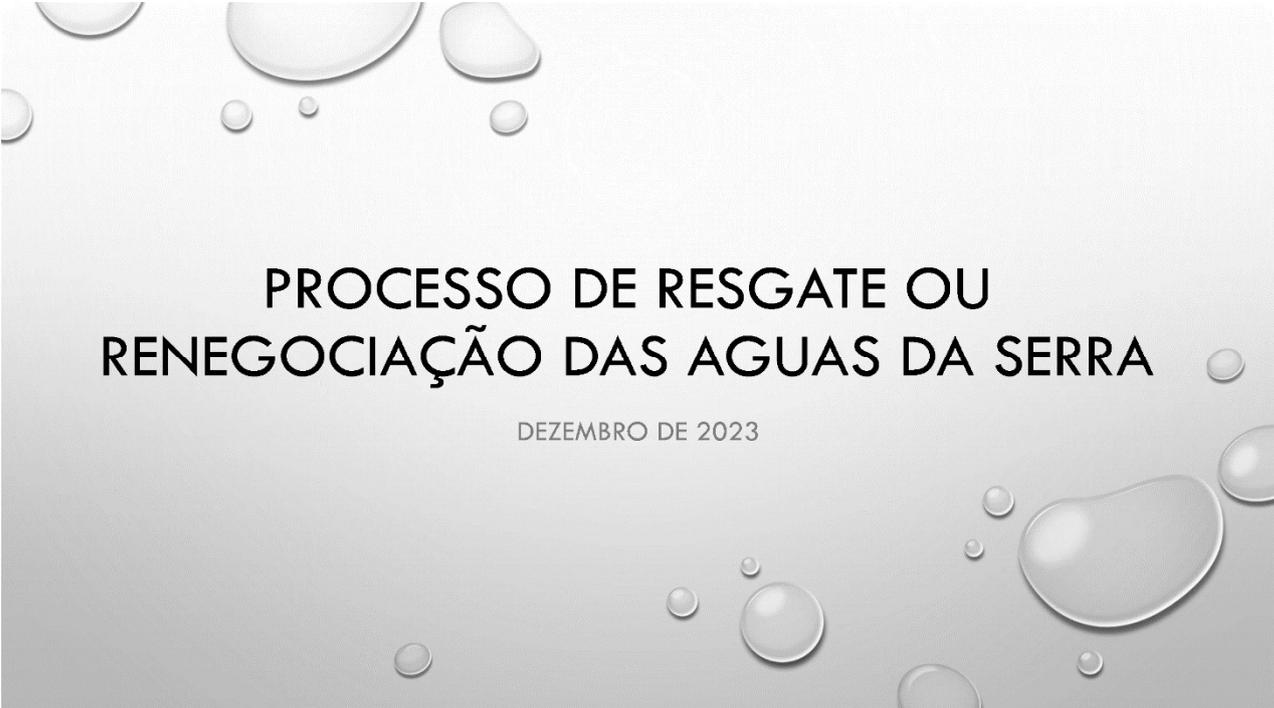
Falaram-se em coisas genéricas sem se aprofundar e que, com certeza, estão no documento. No documento, se calhar, está lá mais específico. Ou estamos aqui perante mais uma transferência de competências da administração central para a administração local? -----

Daí as nossas dúvidas. Daí o nosso voto.” -----

3.3 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abordou, neste ponto da Ordem do Dia, a problemática das Águas da Serra, através dos seguintes diapositivos: -----



PROCESSO DE RESGATE OU RENEGOCIAÇÃO DAS ÁGUAS DA SERRA

DEZEMBRO DE 2023

“Tal como lhes tinha dito já há uns tempos, não terminaria o ano, a menos que algum motivo de força maior o impedisse, sem abordar esta temática e vos dar nota do que está a acontecer relativamente a esta matéria: processo de resgate ou renegociação das Águas da Serra. -----

É um problema antigo, complicado e difícil. Não quero fazer regressos ao passado, nem recriminar ninguém, apenas olhar para a frente e tentarmos resolver da melhor forma este problema que nos assola a todos. -----

Dizer-vos que já tenho um princípio de acordo com os nossos parceiros, quer na ADS, quer nas Águas da Covilhã e, quando digo princípio, é apenas isso. É um passo de gigante. Levou muito tempo, mas mesmo muito tempo a ser concretizado, a chegarmos até aqui, muitas discussões, muitas horas, muitas reuniões, muitas zangas, muitas boas disposições também ao mesmo tempo e muita dificuldade. A verdade é que estamos, julgo eu, no bom caminho. -----

Tinha dito aos meus ilustres colegas de Executivo da oposição que hoje iria dar notícias sobre esta matéria. Obviamente que este assunto terá que ser analisado, discutido e votado numa reunião de Câmara, seja ela pública, privada ou extraordinária e depois virá aqui à Assembleia Municipal porque soberanamente as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais dirão de sua justiça, dando ou não a sua anuência, fazendo o seu juízo depois da análise e discussão. -----

Olhando aqui para este primeiro diapositivo, temos ali a o valor do resgate. -----

VALOR DO RESGATE

- PARA A CÂMARA MUNICIPAL
- VALOR DO RESGATE: € 10.215.604, VALOR CARECE DE ACERTO À DATA DO PAGAMENTO
- ENCARGO ANUAL VIA FINANCIAMENTO: € 1.130.878
- FINANCIAMENTO A 12 ANOS (POR COMPARAÇÃO COM O RESTANTE PRAZO DE CONCESSÃO)
- VALOR GLOBAL: € 13.570.536

PARA O CONCESSIONÁRIO, AdS O VALOR DO RESGATE É SUPERIOR A **16 M EUROS**

PREMISSAS DA RENEGOCIAÇÃO - I

- CONSAGRAÇÃO DE UMA BANDA DE RISCO COM UMA VARIÁVEL DE 30%, SUPERIOR E INFERIOR AOS CONSUMOS MÉDIOS ESTIMADOS, PASSANDO A SER APLICÁVEIS CONSUMOS REAIS EM ALTERNATIVA À ATUAL TARIFA CONTRATUAL FIXA. PRETENDE-SE ASSEGURAR UMA EFETIVA ASSUNÇÃO DO RISCO PELA CONCESSIONÁRIA E POTENCIAR A REDUÇÃO DE PERDAS DA REDE E DOS CONSUMOS NÃO FATURADOS;
- PREVISÃO DE UMA ALTERAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS A CARGO DA CONCESSIONÁRIA QUE DENOTE UMA EFETIVA MELHORIA E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA (CERCA DE €2.580.000);

Temos dois caminhos, como vos tinha dito: o caminho mais difícil e o caminho, enfim, mais recomendável que eu tentei consensualizar e obter um acordo que seja a contento de todos, mas designadamente das empresas, das famílias, dos Covilhanenses, das IPSS, que é quem nos move e é por eles que estamos todos aqui. -----

O valor do resgate, segundo os nossos consultores, carece de acerto. Este acerto tem a ver com um levantamento rigoroso de todo o ativo imobilizado e não só da empresa, mas está relativamente próximo. Depois, na prática, temos ali os encargos aplicados a este valor. O que é que, pedindo o empréstimo neste montante, estes são aproximadamente aos juros atuais os encargos que teríamos que pagar e, portanto, tínhamos aqui o prazo, que são 12 anos por comparação com o restante prazo da concessão. Segundo os nossos parceiros, o valor é diferente.

O que aqui pretendo mostrar é o custo que pode ter o resgate para os cofres do Município, apresentando os dois pontos de vista, porque temos que apresentar os dois pontos de vista, o dos nossos consultores e o custo para o concessionário Águas da Serra. -----

Importa referir que o valor de 16 milhões €, reclamado pela ADS como acabei de dizer, não tem calculados ainda ali os juros do empréstimo que o Município teria de contrair para fazer face a este valor. -----

Compreendo que para quem tem acompanhado de fora este processo tenha alguma dificuldade em compreender os sucessivos adiamentos deste desfecho e daí eu entender as críticas que são feitas porque quem espera, desespera, mas viram o que é que aconteceu em Barcelos – a pressa deu (e é com os mesmos parceiros) numa indemnização que o Município de Barcelos tem que pagar quase 70 milhões € a esta empresa porque “andou com o carro à frente dos bois”, quis fazer, foi temerário e depois aconteceu isso. Quisemos e queremos evitar exatamente esta situação. ----

É um processo de negociação que envolve estes valores com contratos bem redigidos e o qual tem avanços e tem, naturalmente, recuos. -----

Queria dar-vos nota de que há aqui uma premissa: a consagração de uma banda de risco com uma variável de 30% superior e inferior aos consumos médios estimados, passando a ser aplicados consumos reais em alternativa à atual tarifa contratualizada. É que, neste momento, o nosso parceiro praticamente não corre riscos: tem uma tarifa fixa, tem um caudal fixo e pronto. É assim que estão a funcionar as coisas. Isto não podia, obviamente, continuar. -----

Por conseguinte, pretende-se assegurar uma efetiva assunção do risco pela concessionária e potenciar a redução de perdas da rede e dos consumos não faturados. O que é que isto quer dizer? O atual contrato de concessão possui volumes de tratamento de águas residuais definidos e não permite a melhoria do sistema. Esta é uma realidade. -----

Não confundir nunca Águas da Covilhã com Águas da Serra, não obstante ser a mesma entidade ou os mesmos acionistas e dizer-vos que não é eficiente do ponto de vista ambiental. Para terem uma ideia, o valor referência neste momento é de 4.680.269 m³. É o tal valor que é fixo e inamovível. -----

Sei que esta matéria não é uma matéria fácil de explicar e de transmitir para o comum do cidadão porque não tem a obrigação de conhecer em profundidade matérias desta natureza e muito menos até muitos dos Senhores Deputados que têm outras vocações, outros afazeres, outras preocupações, não querendo com isto dizer que não estejam preocupados com este assunto. ----

Para se entender melhor como funciona esta banda de 30%, dar-vos um exemplo: se tivermos como valor de referência hipotética 100 m³, não vamos trabalhar com este número que vos dei que é o real, iremos ter como limite superior 130 m³ e como limite inferior 70 m³. Isto quer dizer

que, se chegarem as ETAR's (estações de tratamento de águas residuais) 100 m³, pagamos 100 m³. É o que está negociado. Se chegarem a 110, pagamos os 110; se chegarem aos 80, pagaremos os 80. No entanto, se chegarem aos 140, iremos pagar só 130. Ou seja, é o risco que assume esta margem, é o risco que assume a concessionária. -----

Do mesmo modo, se chegarem a 60 m³, iremos pagar 70 m³. Ou seja, se for tratado um caudal inferior, temos também esse risco. Há aqui uma margem de risco para baixo e para cima. -----

Não vos vou contar a história em qual foi a percentagem em que começámos (fica para memória futura e tê-la-emos depois mais tarde). Na verdade, o que importa dizer é que esta banda vai permitir ganhos de eficiência e queria dar-vos o exemplo do Paúl, não sem antes vos deixar de dizer que este fator, que não parece determinante, tem feito com que a nossa rede de drenagem de águas residuais e pluviais seja a quarta mais ineficiente da região, com mais de 43% do volume que chega às nossas ETAR's a ser água das chuvas, furos, captações particulares ou infiltrações. ---

O exemplo do Paúl é paradigmático, elucidativo e diz bem e ilustra esta situação. -----

À ETAR do Paúl, no ano de 2022, chegaram lá 180.000 m³ e estou a arredondar (faltam poucos m³ só para melhor perceberem). No entanto, a AdC apenas abasteceu a vila do Paúl com 90.000 m³. -

Estão a ver a disparidade? 90 para 180 é uma coisa inimaginável. É fácil perceber que o diferencial, com quase toda a certeza, é proveniente da água das chuvas, de furos que estejam ligados ao saneamento e, neste caso, de caudais de infiltração na Ribeira do Paúl. -----

Com esta alteração não só se passa a pagar o que efetivamente chega à ETAR, como abrimos as portas para que a Águas da Covilhã possa fazer um investimento num coletor de cintura. Custa aproximadamente 250.000 € e passa a retirar 90.000 m³ de águas residuais da ETAR, poupando esse dinheiro e aumentando a eficiência do sistema, podendo posteriormente fazer repercutir este ganho na tarifa aplicada ao consumidor. -----

Depois temos ali uma previsão de investimentos a cargo da concessionária no montante de 2.580.000 €. Esta previsão de uma alteração do plano de investimentos a cargo da concessionária denota uma efetiva melhoria e atualização do sistema que pretendemos ver levado a efeito. -----

Das inspeções feitas e da análise dos nossos serviços e dos serviços da Águas da Serra, verificou-se a necessidade de ser realizado um conjunto de investimentos em áreas que no início da concessão não foram considerados e que introduzem, portanto, um valor e eficiência ao nosso sistema de tratamento, colocando a Covilhã no pelotão da frente a nível de tecnologias ambientais aplicadas ao sistema de tratamentos, a saber: -----

- Sistemas de tratamentos para reutilização de águas residuais tratadas – Passarmos a ter a possibilidade de utilizar a água tratada das nossas ETAR's para outros fins, designadamente para rega de espaços verdes, lavagem de ruas, entre outros -----
- Instalação de painéis fotovoltaicos e equipamentos complementares para aumentar a nossa eficiência energética através de fontes renováveis -----
- Remodelação dos nossos emissários -----
- Investimento de substituição de equipamentos e tecnologia -----

São esses os objetivos deste ponto. -----

No próximo slide veem as premissas da renegociação e estão ali bem evidentes. -----

PREMISSAS DA RENEGOCIAÇÃO - II

- GARANTIA DE UMA REDUÇÃO DA TARIFA DE SANEAMENTO FACE À TARIFA CONTRATUAL PARA O ANO DE 2024 DE €1,3562 PARA € 0,65.
- UMA REDUÇÃO TARIFÁRIA DE MAIS DE 50% FACE AOS VALORES CONTRATUAIS COM VALORES APROXIMADOS AOS PRATICADOS NOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES.
- MANUTENÇÃO DA TARIFA ACORDADA ATÉ FINAL DO PERÍODO DA CONCESSÃO, NÃO SUJEITA A QUALQUER ALTERAÇÃO PARA ALÉM DA ATUALIZAÇÃO EM FUNÇÃO DA INFLAÇÃO.

Neste princípio de entendimento, temos a garantia de uma redução da tarifa de saneamento face à tarifa contratual. Para o ano de 2024, estava previsto, de harmonia com a lei, com o regulador, com as práticas, com a inflação, ... a serem pagos 1,35 €/m³ e ele passará para 0,65 €/m³. -----

Estou a falar-vos de uma redução tarifária de mais de 50% face aos valores contratuais, com valores aproximados aos praticados pelos nossos municípios limítrofes. -----

Esta redução representa uma redução efetiva de praticamente 1.200.000 € anuais no custo da concessão, o que quer dizer que a AdC deixa de pagar este valor às Águas da Serra, fazendo repercutir diretamente na fatura dos nossos concidadãos. -----

Para os 18 anos que faltam da concessão, numa conta simples, estamos a falar numa redução de 21 milhões €. Repito: 21 milhões €. -----

Uma última nota mesmo para terminar, a manutenção da tarifa acordada até ao final do período da concessão não fica sujeita a qualquer alteração que não seja só e apenas a que resulta da inflação. Não há cá outros expedientes, outras manigâncias, outros artifícios. Apenas e só a inflação e este ponto, que parece ser uma coisa menor ou menos importante, vem determinar para o nosso futuro, para o futuro da concessão, um ponto de viragem. Deixamos de ter um valor crescente, que era aquilo que estava a acontecer desde o início, mas passamos a ter um valor fixo, apenas atualizado em função da inflação. Repito: apenas utilizado em função da inflação. -----

Se olharmos para os municípios vizinhos, as suas tarifas são definidas para um período de 5 anos, podendo depois desse período sofrerem aumentos significativos, mas a verdade é que com esta medida garantimos, de certeza, mais o nosso futuro. -----

O que viermos a acordar, se o Executivo aprovar e se as senhoras e os senhores Deputados o aprovarem quando chegar a devida altura, terá reactivos ao mês de Janeiro de 2024.” -----

--- Seguidamente, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Antes de colocar questões ao Senhor Presidente, agradecer a intervenção do Deputado Pedro Bernardo porque fez-me sentir aliviado no que respeita à nossa Assembleia de Freguesia. Muitas vezes somos criticados na Assembleia de Freguesia por situações que não dizem respeito à Junta de Freguesia e respeitam, por exemplo, à Câmara Municipal da Covilhã. Levo daqui que não se trata nessas intervenções da bancada do PS e do PCP na Assembleia de Freguesia de pura demagogia. -----

Senhor Presidente, é conhecido que felizmente o concurso para a construção do posto da GNR do Tortosendo não ficou deserto. Dar os parabéns pelo facto de que iremos ter essa obra. -----

Eu sou daqueles que não quer que o Senhor Presidente vá para Lisboa. Quero que fique por cá. O Senhor Presidente tem obras para inaugurar e compromissos assumidos na minha Freguesia. -----

No que respeita à GNR, perguntar se já está em condições de nos dizer quando é possível começar as obras do posto da GNR do Tortosendo. -----

Há um ano falei aqui nos parques infantis. Foi uma situação adiada. Em julho, o Senhor Presidente ligou-me se eu podia esperar pelo mês de setembro. Já estamos em dezembro e os parques infantis não vão ser uma realidade. Certamente não vão ser uma prenda de Natal para as crianças do Tortosendo e gostava de saber para quando os parques infantis na nossa Freguesia. -----

Passeios do TCT – O Senhor Presidente também disse que até final do ano iríamos ter essa realidade, mas infelizmente não acredito que até ao final deste ano possamos ter esses passeios no TCT. -----

Agradecer também o facto de a Câmara Municipal da Covilhã vir a assumir a participação da parte própria no que respeita à requalificação da Capela de São João Baptista no Tortosendo e dizer-lhe desde já que a Junta de Freguesia viu aprovada uma candidatura que é a Rota dos Lavadouros que irá necessitar de uma parte própria que ronda os 10.000 € e espero que também tenha a mesma opção de nos poder ajudar no que respeita a esta parte própria.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Como o meu colega acaba de referir e, para além da questão da obra de um parque infantil na freguesia, continuamos à espera da resposta a um requerimento que submetemos dia 12 de março de 2022 onde solicitamos os documentos relativamente aos parques infantis existentes, nomeadamente as fichas de manutenção, as homologações dos equipamentos e mais uma data de questões técnicas sobre a qual os serviços ainda não deram resposta. -----

Uma outra questão que nos preocupa foi que a 28 de junho de 2022 submetemos um requerimento sobre as obras na Quinta Branca. O Senhor Presidente disse aqui na Assembleia Municipal que não sabia o que é que se estava a passar com aquela desflorestação. -----

Hoje em dia assistimos à implantação de uma enorme central fotovoltaica na Freguesia da Boidobra. A Câmara da Covilhã perdeu uma oportunidade incrível. O Município perdeu uma oportunidade incrível. Perdemos todos uma oportunidade incrível de, submetido este projeto à Câmara Municipal, já com pareceres da Direção Geral de Energia e nacionais, etc., de dizer ao

dono de obra “temos um estudo que foi divulgado à Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia da Boidobra para a requalificação da EM 506, tinha a proposta A e a proposta B, uma que desde a curva do aeródromo rasgava até à Ponte da Ribeira do Corges e uma outra que fazia a retificação de várias curvas por onde agora está, do lado direito e do lado esquerdo, a central fotovoltaica. --

Nada disto foi dito à empresa. Foi construída esta grande central que provocou enormes prejuízos em termos de águas pluviais, quando a empresa até estaria disposta a fazer a retificação e ficarmos com uma Estrada Municipal em condições. Portanto, há aqui um desfasamento entre o planeamento e o urbanismo que vamos ver se, com a estrutura que hoje vamos discutir (a estrutura orgânica da Câmara Municipal), isso se consegue superar. -----

À parte disso, há enormes prejuízos causados e é importante que a Câmara Municipal esteja atenta e fale diretamente com o dono de obra. Nunca tivemos problemas de águas pluviais naquela zona. As águas corriam nas valetas existentes e nunca houve problemas e inundações e, portanto, só há uma causa que é a construção daquela central. A Câmara Municipal tem que fazer todos os esforços, todas as diligências para que, no mínimo dos mínimos, aquilo fique igual a como estava, isto para estarmos atentos e para percebermos que, quando se colocam aqui perguntas na Assembleia Municipal, não é só para desestabilizar ou para fazer oposição. É para chamar a atenção de uma determinada questão. -----

O Senhor Presidente respondeu-me que não sabia o que é que se passava; depois eu faço-lhe um requerimento e não obtive absoluta resposta. E, portanto, acautelando estas situações na altura, como é que ninguém na Câmara Municipal se lembrou que havia um projeto de requalificação da EM 506? Hipotecámos essa requalificação já com a destruição do aeródromo. Agora hipotecamos com a central fotovoltaica para os próximos 45 anos. É uma coisa que não se entende efetivamente. -----

Depois perguntar ao Senhor Presidente pelas 3 obras que tinha, se tinha sido o seu compromisso para o ano de 2023. Estamos a 22 de dezembro de 2023. A Câmara Municipal comprometeu-se que, na sua atividade, faria 3 obras na freguesia da Boidobra: o espaço público da Praceta Conde José Calheiros; a requalificação do cruzamento do Eixo TCT com a Municipal 507; e a eliminação do estrangulamento rodoviário na passagem de nível da 507. Estamos a 22 de dezembro de 2023 e nenhuma delas foi feita. Gostaria de saber porquê e se vão ser feitas durante o ano de 2024.” --

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que, “relativamente ao quartel da GNR do Tortosendo, está em fase de análise de propostas. Como referi há poucos dias, apareceram 8 candidatos à realização da obra e agora os nossos serviços os selecionarão, face aos critérios técnicos que a lei estipula, quem é que vai realizar a obra e, portanto, desejamos ambos que elas comecem o mais depressa possível. -----

Parques infantis – Início de janeiro, abertura do procedimento e, portanto, significa que logo de seguida estaremos no terreno. Peço desculpa e lamento não estarem ainda, mas não tem sido fácil porque tem havido muitas solicitações neste domínio. É por todo o concelho... conseguimos ir a um sítio, não conseguimos ir a outro. Há muita gente, felizmente, também por outras paragens a

propiciar parques infantis às nossas crianças, e não são assim tantas as empresas que operam neste domínio. Mas estamos nesta fase de abertura de procedimento já dentro de poucos dias. -----

Os passeios do TCT – na prática o que se coloca é uma vontade de que eles se realizem. Já foi proposto a concurso uma vez. Ficou deserto. Vamos insistir. Temos que subir o preço. A verdade é que temos que ser cautelosos e ponderados no sentido de não malbaratar dinheiro que não é nosso. O dinheiro é de todos nós, mas não é nosso a título individual e, portanto, temos que, por um lado, salvaguardar o interesse público na medida em que não maltratamos os poucos recursos que temos e, por outro, que as coisas sejam feitas porque precisam de ser feitas e fazem falta. ----

De resto, no caso em apreço, há muita gente que circula a pé, não só por lazer e recreio, mas para se deslocar e ir para o seu local de trabalho porque muita gente que mora nas imediações do Parque, na parte poente da linha ou na margem direita da linha, querem aceder ao Parque Industrial e, por conseguinte, é nosso desejo que avance o mais depressa possível, mas nestas coisas temos que ser todos muito frontais e aguardar que, efetivamente, se estabilize este processo e consigamos que a obra seja realizada. -----

Convenhamos que, do ponto de vista de quem constrói, não há assim tanta gente interessada em fazer passeios. Com o PRR em andamento e obras de grande vulto a serem concursadas, não há assim muita gente interessada em fazer passeios, mas tenho esperança e é um desejo que formulo que, de facto, apareça alguém para o efeito. Comungo da sua preocupação, acompanho-o nisso e, por conseguinte, esperemos que no próximo ano (e quanto mais depressa melhor) se concretize essa vontade e este desígnio que é antigo. -----

Capela de São João Baptista – Já disse que não tem que agradecer É a preservação do nosso património, neste caso religioso. O Governo da República deu 50%, a Câmara deu os restantes 50%.

Mas percebi que tem um outro empreendimento e falava na parte própria. Não pode haver duplo financiamento. Podemos apoiar obras, iniciativas, projetos, ..., mas não podemos colmatar a componente nacional porque assim não se pode cumprir a lei porque isso consubstancia um duplo financiamento. -----

O mesmo relativamente à Boidobra no que diz respeito aos parques infantis. -----

Os parques fotovoltaicos são muito inestéticos quer na Covilhã, quer no Fundão, quer na Guarda, quer em Freixo de Espada à Cinta. Sinceramente sou daqueles que me causa alguma repulsa estética a sua existência. Desfeiam e descaracterizam a paisagem, mas a verdade é que eles são amigos do meio ambiente em parte, não na íntegra, não a 100%. Tem, de facto, circunstâncias que se agravam. Por exemplo, o problema de se mexer na camada vegetal: deixa de haver uma absorção natural das águas pluviais e a água desliza por ali abaixo e leva tudo na frente, há deslizamentos, ... -----

Tenho aqui uma nota relativamente ao projeto da Estrada 506. Não foi tido em consideração certamente por lapso da obra e por isso houve aqui, se calhar, um pequeno desencontro. Coisas que acontecem. Nem sempre a comunicação flui como nós desejamos. Ninguém está mal-intencionado e, portanto, a questão é que há esse desencontro, sendo certo que está a ser acompanhado para minimizar e atenuar, tanto quanto possível, aquilo que já aconteceu. -----

As outras obras que me reporta estão no Orçamento para o próximo ano. Queríamos que elas já estivessem realizadas, mas há uma verdade incontornável: não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, mas fá-lo-emos. Aliás, temos um historial na Boidobra que fala por si, como nas outras freguesias. A verdade é que o fazemos. Podemos não conseguir cumprir dentro do prazo que estava programado e preestabelecido, mas fazemo-lo e o importante é que se faça. Lamento que se faça um pouco mais tarde do que aquilo que desejávamos, mas a verdade é que é nossa indómita e férrea vontade que isso aconteça a favor e a benefício das populações.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Relativamente à EM 506, o que eu estou a falar não é da abertura que agora está a ser feita. É da oportunidade única que se perdeu de, aquando chegada do projeto à Câmara Municipal, o Urbanismo conversar com o Planeamento e perceber que, na zona de implantação (e não estamos a falar de uma moradia que foi ali implantada, estamos a falar de uma coisa com hectares e hectares), temos um projeto para remodelar esta estrada municipal que tem duas soluções: a solução A e a solução B. -----

As pessoas começaram-nos a bater à porta e não sabíamos o que é que ali ia acontecer. -----

Vai o Município pedir, no âmbito da legislação em vigor, as medidas compensatórias, as indemnizações compensatórias para a instalação dos parques solares? E como é que vai aplicar essas indemnizações tanto no Município como na Freguesia da Boidobra?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que era “apologista dessas indemnizações. Aliás, já coloquei a questão porque a questão é nacional. Não é uma questão local. Não fiquem os nossos concidadãos e os Senhores Deputados Municipais menos familiarizados com esta questão a pensar que é um problema da Covilhã. Não. É um problema nacional e já coloquei essa questão na Associação Nacional de Municípios e há esse consenso que é transversal a todos os partidos, no sentido de reivindicar essas compensações que são mais do que devidas e mais do que justas. -----

No que diz respeito à correção das curvas, também o acompanho nessa preocupação, mas também já sabe que ou lançamos mão ou conseguimos o consenso dos proprietários e, neste caso do empreendedor, ou lançamos mão da expropriação. Verdade seja dita que aquela estrada para requalificar, apesar de ter já levado uma camada há uns anos de alcatrão desde a zona do Data Center até à rotunda que “separa Peraboa do Ferro”, é para ser toda alcatroadada, bem como Peraboa até essa rotunda e depois dessa rotunda até à Ponte Pedrinha. Poderá ser que a boa camada de alcatrão que levar essa estrada minimize as curvas tão acentuadas que ali existem e que ninguém se aproveite daquele espaço para fazer rali ou provas de velocidade. Mas a verdade é que temos essas limitações, como o senhor sabe.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “O Senhor Presidente traz-nos aqui alguma informação e é pena que não dê para debater porque era mais fácil eu fazer perguntas, poder responder e depois fazer perguntas, mas deixe-me tentar perceber. -----

Aquilo que me pareceu que anunciou aqui é que havia duas possibilidades: uma era o resgate da concessão e outra era a renegociação da concessão.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** interrompeu a intervenção para responder que “as duas possibilidades continuam em aberto Não estão fechadas.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)**: “Neste momento existem duas possibilidades teóricas de avanço de discussão. Uma é o resgate da concessão e a outra é a renegociação da concessão. -----

Relativamente à primeira alternativa, aquilo que o Senhor Presidente nos refere é o valor do resgate. Portanto, é o valor que está a ser exigido pela concessionária e que é necessário também somar os juros do financiamento que é necessário para fazer o pagamento do resgate, certo? Mas não nos deu os valores que penso que terão de ser necessários para conseguir depois fazer as reduções tarifárias que se pretendem. Ou seja, com o resgate da concessão há todo um pagamento que tem a ver com o resgate, mas imagino eu que exista depois todo o investimento que é necessário fazer, por parte da Câmara que resgatou a concessão, para conseguir baixar os preços. E esta pergunta não é retórica, nem sequer é política. É só mesmo para tentar perceber qual é, das duas opções, o custo desta opção do resgate. -----

E, no caso da renegociação, o Senhor Presidente apresentou o objetivo da renegociação e, portanto, da baixa das tarifas, mas ficámos sem perceber se o concessionário, se o parceiro privado exige ou não exige qualquer tipo de subsídios à exploração, investimento, etc. porque senão estamos a dizer “olha, há uma opção em que temos que pagar 16 milhões e há uma opção em que baixamos 50% da água. Qual é que acham que vamos escolher?” Bom, é muito pouco crível que um parceiro privado as opções que tenha são estas. -----

Portanto, num lado apresenta-nos custos e acho que não nos apresenta os custos totais no sentido em que depois é preciso fazer uma extrapolação para aquilo que tem que ser o investimento que a Câmara vai fazer para continuar a gerir o sistema e do outro lado é só o lado positivo. -----

Gostava de saber, para essa renegociação acontecer, o que é que o parceiro privado está a pedir.

Ainda dentro desta possibilidade de renegociação, que instâncias ainda é que terão de validar a renegociação? Isto é, basta uma deliberação camarária e eventualmente da Assembleia Municipal ou é necessário Tribunal de Contas? E depois, tendo em conta que estamos a alterar contratos, se existe aqui alguma matéria de auxílios de Estado. -----

Terceiro ponto e este sim é político. O Senhor Presidente falou que percebia a nossa pressa em trazer este tema e ainda bem que o traz aqui. Esta pressa deriva das promessas que foram feitas em campanhas eleitorais porque, quando fui candidato à Câmara, nunca falei em baixar o preço da água porque conheço mais ou menos o que são contratos administrativos e, portanto, não é possível fazer uma promessa destas num espaço de 4 anos. E, portanto, a pressa não vem da nossa má vontade. A pressa vem da promessa que o Senhor fez já há muitos anos e que tarda em cumprir.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “do ponto de vista jurídico, estritamente falando, as negociações não estão encerradas e, portanto, como compreenderá e como distinto advogado que é, sabe que, enquanto estamos a negociar, negociar na praça pública não é recomendável. Apenas falei nos objetivos e nos cenários macro. Não estou a falar em pormenores do clausulado, daquilo que vai ser na prática. Isto consubstancia-se numa alteração contratual, como muito bem sabe, e a abertura por parte da concessionária em vir ao encontro das nossas pretensões não foi fácil. -----

Quatro anos e não é muito tempo para negociar esta temática. Nem cinco nem seis. Não é por acaso, e eu sublinhei isso aquando da minha intervenção, porque isto são matérias muito delicadas e há avanços e recuos, há alterações (até muitas vezes as alterações das próprias administrações a nível nacional e até internacional, porque isto é um grupo internacional). Portanto, tudo isso condiciona e faz com que não se consiga muitas vezes conduzir o processo de forma muito mais rápida, mais fluida e mais célere. -----

Obviamente que todas essas contas são feitas e há aqui um pormenor: na hipótese de resgate, há uma diferença entre aquilo que entendemos ou que os nossos consultores entendem que é devido e há o ponto de vista da concessionária, que acha que é superior. Portanto, desde logo, temos aqui uma divergência, mas ela seria dilucidada. -----

Se avançássemos para o resgate, o que é que acontecia? Em menos de um mês podíamos tomar conta desta empresa. Notificávamos. Manifestávamos a nossa intenção, e aliás já o fizemos uma vez para que tudo isto fosse mais célere ainda, e feita uma espécie de vistoria *ad perpetuam rei memoriam* ficava registado o que existe. Éramos obrigados a assumir os funcionários que lá se encontram e tomávamos conta da empresa. -----

Obviamente que eles vinham com uma providência cautelar e respondíamos com uma resolução fundamentada. Diz-nos a jurisprudência dominante que, nestas situações, os Tribunais dão, acho que quase na sua totalidade e não quero ser perentório, razão às Câmaras Municipais. Portanto, há um histórico, há jurisprudência sobre essa matéria e, sob este ponto de vista, era assim que acontecia. -----

Claro que depois tínhamos que gerir a empresa, tínhamos que fazer os investimentos e eles precisam de ser feitos (carece de ser modernizada, minimizar perdas, torná-la mais sustentável, mais amiga do ambiente, ...) e isso, obviamente, tem um custo. -----

Acresce a tudo isso os encargos com o empréstimo que tínhamos que contrair junto da banca para indemnizar, ou consensualmente ou judicialmente, a empresa e, portanto, esse valor teria que ser considerado e pago. Está a ser considerado obviamente porque, como digo e repito, não gosto de factos consumados e é por isso que estou com toda a abertura, com toda a frontalidade e lealdade a expor às Senhoras e aos Senhores Deputados Municipais esta matéria. -----

Para terminar, dizer que, logo que seja concretizado o acordo, eu sozinho não tenho poderes suficientes para, como muito bem sabe, fechar este acordo. Este acordo tem que ser submetido ao Executivo Municipal. O Executivo Municipal terá que o deliberar, depois de o analisar e de o discutir, e essa deliberação depois será trazida aqui à Assembleia Municipal que, soberanamente,

dirá de sua justiça: “Concordamos. Não concordamos. Queremos. Não queremos. Não concordamos com o acordo. Queremos resgate. Não queremos o acordo...” -----

Portanto, como se costuma dizer em linguagem muito popular, não há aqui arcas ancoradas. Apenas vos estou a relatar aquilo que está em cima da mesa, tendo apenas em vista para informação muito clara de quais são os objetivos e quais são as metas que pretendemos atingir, sem que tenhamos que despende mais 0,01 € que seja neste sentido. Obviamente que depois mais pormenores dá-los-ei, transmiti-los-ei na reunião de Câmara e depois, posteriormente, aqui na Assembleia Municipal.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** Iniciou dizendo que a Ação Social (página 39) refere-se “a títulos de transporte urbano ou coroa urbana e interurbano nas freguesias rurais. ----

Apresentei um requerimento e foi enviado ao Senhor Presidente da Câmara sobre esta questão, nomeadamente sobre a articulação entre os transportes interurbanos e urbanos e a utilização do mesmo passe para os utentes dos transportes interurbanos nos urbanos e que está previsto no acordo de concessão dos transportes urbanos. Qual é a resposta que o Senhor Presidente tem ou já tratou deste assunto ou se mandou tratar porque, de facto, não se entende que os detentores de passe normal e ou de passe dos antigos combatentes que vivem nas freguesias rurais tenham que ter outro passe para circularem na coroa urbana. Portanto, não se entende que exista esta necessidade, de quem vem e de quem utiliza os transportes públicos, de ter dois passes de acordo com as concessões que temos no Concelho. -----

A segunda questão tem a ver com a obra no Largo da Carreira, no Ourondo, que está nas Grandes Opções do Plano. Transitou para 2024 ou vai transitar, mas continua por executar. Se a gente quisesse dizer que a Câmara não faz nada, ou faz pouco, ou pouco faz, é que nesta já lá vão 10 anos que se iniciaram alguns trabalhos. Quando se conclui a obra, Senhor Presidente? Será de facto em 2024 ou se depois de 2024 vai transitar para 2025? -----

Chamaram-me a atenção que na anexa Relvas, portanto anexa do Ourondo, existe uma via fechada há mais de um ano por razões de uma casa em ruínas. Penso que é tempo demasiado. O Senhor Presidente conhece a situação que é relatada? Quais os procedimentos que foram desenvolvidos para se garantir a abertura da via? -----

Quanto a ADS, parece-me que o assunto ainda carece de algum estudo. As duas opções carecem de algum estudo, de algum estudo económico e jurídico, mas penso que o objetivo final deveria ser municipalização. Pensamos que é o caminho mais adequado, a bem ou mal, como o Senhor Presidente da Câmara já o referiu várias vezes, porque a empresa leva milhões por ano das populações do Concelho, valores que poderiam por cá ficar, valores que poderiam ser reinvestidos na empresa e no próprio serviço público. Portanto, equacionar de facto a municipalização porque aqui não será a remunicipalização, será a municipalização de uma empresa, no fundo, que é privada e que tem a concessão.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “relativamente à concessão dos transportes urbanos, se prevê que o passe, na prática, permita que se circule das aldeias para o

centro da cidade e vice-versa. Se algo não estiver a funcionar nesse sentido, resta-nos confrontar a empresa com essa realidade. Mas uma vez que trouxe a questão, irei confrontar a empresa com essa mesma questão porque, na realidade, o que está clausulado e contratualizado é exatamente isso. -----

Relativamente à questão da via na Relvas, ela tem um problema de acessibilidade. Diz-me aqui o Senhor Vice-Presidente que tem havido ali uma questão que criou alguma entropia na resolução desse assunto, que é a existência de obras por parte da EDP, mas que o assunto estará a breve trecho resolvido. É um assunto que, com toda a franqueza, não conhecia diretamente e agradeço que o tenha trazido e que me levou a que questionasse o Senhor Vice-Presidente que acompanha essas matérias relacionadas com o urbanismo, designadamente, dizendo-me o que é que se passa nesse domínio. -----

A questão do resgate e da concessão, não quero regressar ao passado para voltar a repisar aquilo que já falámos muitas vezes. A ideia de a empresa não ter risco é uma desvantagem para o Município, para as nossas empresas, para as nossas famílias, para as IPSS's e para os nossos concidadãos em geral. -----

Com esta solução que propugnamos, não só a empresa passa a assumir riscos, como também tem outra perspetiva. Sei que há sempre uma questão ideológica subjacente a estes debates, mas temos que nos adequar às circunstâncias. E, como dizia há pouco o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, as contas são decisivas nas decisões e pesam nas decisões que se tomam a este propósito. -----

Estas contas estão constantemente a ser feitas e refeitas, sendo certo que queremos beneficiar positivamente, como não podia deixar de ser, os nossos concidadãos, mas a empresa tem uma concessão e não optando nós ou se quisermos optar pelo resgate temos que aqui harmonizar, em termos negociais, a melhor forma de defender o interesse público de maneira a que os nossos concidadãos não tenham que pagar quantias escandalosas porque, e repito, a água no Concelho da Covilhã está a um preço acessível, razoável e normal, mas não está no domínio do tratamento dos efluentes vulgarmente designado, designados por esgotos. -----

Portanto, tinha-vos dito que iria dar um passo em frente e damo-lo quando é possível.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Senhor Presidente Vítor Pereira, com a mesma frontalidade em que lhe disse aqui várias vezes que tinha prometido reduzir a fatura da água e ainda não o fez em 10 anos, lhe direi, e já percebi que não é hoje porque afinal não há ainda um anúncio de redução da fatura da água, anunciou a intenção do projeto, que faz muito bem e hei de o louvar quando o fizer. -----

O Senhor Presidente disse aqui há uns anos que não havia evidência da participação do Município da Covilhã nas Águas da Serra. Depois, uma vez confrontei-o com uma tabela, que tenho à minha frente, do site da Câmara Municipal da Covilhã que diz que a Covilhã tem o capital de 30%, mais concretamente 180.000 € das Águas da Serra. Presumo, portanto, que está a assumir a participação da Covilhã nas Águas da Serra. -----

Posteriormente, uma notícia da Rádio Clube da Covilhã de 8 de maio de 2022 denota que o Senhor Presidente anunciou no fim de uma reunião de Câmara que quer reverter para a esfera municipal, que está em curso a reversão para a esfera municipal das Águas da Serra que, tanto quanto percebi, ainda não está concluída um ano e meio depois e os dados, se bem compreendi pelos números que apresentou ali, são do resgate. Portanto, não nos apresenta os valores que o Município teria que pagar e os valores do saneamento final, não da fatura da água, porque referiu-se apenas ao saneamento, a diferença de valores que mencionou - e convém não confundir os cidadãos presentes e a comunicação social -, são os valores de redução eventual do saneamento num caso de resgate da empresa para domínio público. -----

Uma das intervenções foi que a sua preferência era por uma renegociação e não por um resgate. Ou seja, não nos apresentou e percebo porquê, porque ainda não consegue saber, os valores de uma eventual renegociação. -----

Portanto, não temos ainda nada palpável. Não estou a dizer isto como uma crítica. Mais vale apresentar aquilo do que não apresentar nada, mas o que quero dizer é que aquilo ainda vale muito pouco e acho que o Senhor Presidente também o assumiu agora na sua resposta, creio que ao Senhor Deputado Reis Silva. -----

Quero aqui perguntar-lhe uma série de coisas. Primeiro, as Águas da Serra vão ou não passar para domínio público? Segundo, esse resgate implica uma não renegociação com o parceiro? Terceiro, prevê mais ou menos em que intervalo de confiança fiquem os custos para o Município e, conseqüentemente, em que intervalo mais ou menos prevê que seja a diferença no valor total da fatura da água, mais ou menos em média, por pessoa? -----

Quero fazer-lhe outros comentários à informação escrita sobre a atividade do Município. -----

Continua a estar em falta no documento a informação sobre divisões da Câmara Municipal que não constam. -----

O Senhor Presidente não deu informação aqui sobre a situação financeira do Município. Na sua intervenção focou-se num. Continuamos com a ausência total dos relatórios trimestrais de contas das empresas municipais que são, por lei, obrigatoriamente submetidos à Assembleia Municipal a cada trimestre. Portanto, não sabemos. Há aqui um buraco escuro na situação financeira e gostava de poder comentar isso. Se os tiver, pode enviar, além de obviamente, os relatórios anuais que podemos aceder. -----

Gostava também de lhe perguntar em que estado estão as ciclovias, quando entram em vigor, se é que entram, em que estado está a compra das bicicletas. -----

A pista do Complexo Desportivo da Covilhã está, neste momento, numa situação menos boa. Quando vai conseguir resolver isso? -----

Tenho várias notícias à minha frente e estou a focar-me só numa: a cada ano, o Senhor Presidente diz que a revisão do PDM é até ao fim do ano seguinte e, portanto, está a cumprir a promessa porque depois, a cada ano, renova um ano o seu prazo de revisão do Plano Diretor Municipal. -----

Esteve aqui várias vezes e neste ano prometeram-se várias em várias Assembleias. O Senhor Presidente, várias vezes, vai alargando o prazo de revisão do PDM. Tenho aqui uma notícia que diz,

segundo suas palavras, que a revisão está atrasada 20 anos, que mantém final de 2022 como meta. Estamos no final de 2023 e já percebi que afinal agora é para o ano, já descobri algumas coisas que estão em negociação e que não sabia o que é que vai fazer quanto a isto, se pode dar um prazo final ou não. -----

Para rematar, e porque o Senhor Presidente é dessa área, gostava de lhe dar uns dados também sobre a situação da empregabilidade e outros dados na Covilhã que foram falados do Pordata com uma pequena benevolência. -----

A população inativa na Covilhã, em termos percentuais, está a aumentar na última década. -----

Mulheres no mercado de trabalho estão a diminuir percentualmente. -----

A população empregada nos serviços municipais está a aumentar abruptamente. -----

O número de trabalhadores isolados aumentou consideravelmente. -----

Os edifícios construídos na última década são em 10 pontos percentuais menores do que na década anterior. -----

As habitações inocupadas, sem ninguém, estão a aumentar abruptamente. -----

E mesmo para rematar, gostava de lhe dizer que saiu hoje o inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente deste ano e saiu, há duas semanas, os resultados do Inquérito Social Europeu que dizem, e bem, que Portugal é o país da União Europeia com maior satisfação na União Europeia e com maior aceitação de população migrante de todos os Estados-Membros. -

Mas diz-nos, ao mesmo tempo, que nas zonas rurais e de baixa densidade, como é 80% do Concelho da Covilhã, é onde há maior risco de exclusão social de migrantes. -----

O Senhor Presidente já criou comissões, já falou várias vezes sobre isso, e sei que não é um tema municipal, mas também impacta a Covilhã, que está agora a receber muitos migrantes. Que políticas pode fazer para que nos 80% do nosso território não venhamos a assistir a problemas de exclusão social?" -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente “à questão do resgate fez uma série de perguntas, mas contraditórias. Como não é jurista, é natural que tenha dificuldade em perceber. Não misturemos resgate com negociações que são feitas para resolver o assunto consensualmente, amigavelmente, como se costuma dizer em linguagem popular. -----

Os dois caminhos continuam, obviamente de pé. Claro que eu quero acreditar, e isso é o que tenho de palpável, que já está aceite. E, portanto, isso é bem palpável. Não é do domínio do virtual, nem da promessa e não é despidendo o valor de redução de mais de 50% da tarifa. -----

Estou a dizer-lhe que não somos obrigados a saber de tudo. -----

Há que distinguir o preço do m³ da água para consumo humano com o preço do tratamento do m³ das águas residuais, vulgarmente conhecidas por esgotos. E é dessas que estamos a falar. -----

Águas da Serra – Temos, efetivamente, uma participação de 30% que só falta registar na Conservatória do Registo Comercial. -----

Pergunta-me o Senhor, fazendo um esgar: “Porque é que não foi há mais tempo?” Elas foram dadas de garantia e essa garantia foi libertada há muito pouco tempo. Não fui eu que as dei de garantia, nem estou a dizer que foram mal dadas de garantia. -----

Por outro lado, não ignorará que estes 30% foram antecipados em termos de lucros. Os lucros correspondentes à nossa participação foram antecipados. -----

Portanto, não estamos a tratar de uma realidade normal. Estamos a falar de uma tarifa fixa e crescente ao longo dos anos, estamos a falar de um volume de tratamento de água e de efluentes que é constante ao longo dos anos e vai deixar de o ser. -----

Ou seja, a empresa não corria nenhum risco. Esta empresa tinha um negócio. Quem é empresário arrisca e aqui, neste caso e em rigor, não havia praticamente risco nenhum. E agora passa a haver, daí aquela margem de 30 para baixo e de 30 para cima. Aí já estamos balizados. -----

Depois estamos a colocar o preço da tarifa na média nacional e muito próxima da dos nossos vizinhos que, *in illo tempore*, conseguiram negociar noutros contextos e noutras condições. Não estou aqui a fazer apreciações críticas. Estou a falar de factos e de coisas objetivas. -----

O que queremos, de facto, é que isto se torne uma realidade e já dei aqui um número que não é nada de desprezar. Se conseguirmos concretizar, como espero, uma negociação amigável e, caso ela seja aprovada no Município e aqui na Assembleia Municipal, vamos poupar 21 milhões de euros. -----

A pista de tartan – Já está o projeto em andamento e consta do nosso Orçamento. Basta lá ir ver e verá que está lá prevista uma rubrica para esse efeito. -----

Agora nós não podíamos era sanear financeiramente o Município e fazer obra. E mesmo assim fizemos milagres, operamos milagres. A verdade é que, em 100 municípios que existem na região centro de Portugal, o Município da Covilhã conjuntamente com os privados e os outros entes públicos somos um polo de atração, um polo dinamizador, conjuntamente com a Universidade, o Centro Hospitalar, o Parque de Ciência e Tecnologia, o UBI Medical, com as forças vivas da nossa cidade e da nossa região, com os nossos vizinhos, com quem temos projetos conjuntos. -----

Vivemos hoje realidades diferentes. Já não temos visões paroquiais, no sentido ancestral do termo, da realidade política. O que queremos é cooperar, é criar sinergias e queremos desenvolver, fixar pessoas, criar riqueza, ... E é isso que estamos a fazer. -----

Quer se queira, quer não, quer se goste, quer não se goste, e eu já estive desse lado quer como deputado municipal, quer como vereador da oposição, a gente não pode olhar para os êxitos de quem é posição, sejam eles maiores ou menores, é à escala do possível, como coisa menor ou coisa sem importância. -----

Temos que valorizar sempre aquilo que fazemos, e procuro valorizar em todos, incluindo nas críticas construtivas porque as destrutivas nem as oiço. Isto para dizer que estamos imbuídos deste espírito que é o de fazer, fazer, fazer. -----

Agora não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. Agora que começamos a ter maior folga financeira depois do saneamento feito, as coisas começam a surgir ainda com mais fulgor e com maior intensidade e escuso de estar a repetir o que já aqui foi dito hoje desde manhã acerca de investimentos na Covilhã. A Covilhã está no radar. A Covilhã hoje é capital da Saúde, a capital de investimentos na área tecnológica. É um epicentro e é o centro da Beira Interior, quer queiram quer não, com todo o respeito pelos nossos vizinhos, pelas nossas cidades mais próximas, capitais de distrito. A Covilhã é a capital da Beira Interior.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**: “Senhor Presidente, como disse e bem, este tema tem uma componente ideológica bastante presente. Neste tema da água, podemos encontrar precisamente a diferença entre esquerda e direita se fizermos uma reflexão um pouco mais profunda. E essa reflexão leva-nos à conclusão de que a esquerda assume responsabilidades. A esquerda assume a responsabilidade de defender que o Estado deve garantir serviços e condições de vida dignas aos cidadãos e o Partido Socialista, herdeiro da social democracia, reconhece a importância do setor privado como parceiro estratégico para o desenvolvimento do país, mas não foge nem delega as suas responsabilidades na gestão e fiscalização de entidades que devem prestar serviços essenciais às populações. -----

É precisamente pelo facto de a esquerda assumir essas responsabilidades que os portugueses escolheram a esquerda para assumir a responsabilidade de governar o país e que escolheram o Partido Socialista para governar o país. E é isto que nos distingue. É isto que distingue à esquerda e à direita. Uns olham para a sociedade de forma coletiva e outros colocam o indivíduo no centro de tudo. Já sabemos o que é que acontece quando negamos essa responsabilidade, já sabemos o que é que acontece quando se delega de forma cega no setor privado essa responsabilidade e quando se olha para o indivíduo como cliente e não como utilizador. -----

Portanto, pegando nas palavras da Deputada Vanda Ferreira, considero que os Covilhanenses são inteligentes e é por isso que elegeram e vão continuar a eleger quem assume responsabilidades na Covilhã – o Partido Socialista. -----

A minha questão é a seguinte: esta subida surge via de um contrato. A subida no preço da fatura da água surgiu via de um contrato. Quem é que o fez? Porque já se percebeu que vai custar muito dinheiro ao erário público para deixar de custar ao Covilhanense.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “a questão do resgate ou da negociação está aqui exposta com toda a clareza. Claro que, observava e bem há pouco o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, as contas não estão afinadas ao pormenor, no que diz respeito ao que custaria os juros, porque estamos a concretizar, até porque, por exemplo, a inflação influi neste negócio. Se contrairmos um empréstimo no montante, imaginemos, de 14 milhões € para este efeito, imaginando que vamos para o resgate ou íamos para o resgate e pedíamos 14 milhões € claro que o valor oscilava em função da taxa de juro. Mas isto é uma questão absolutamente natural. -----

Temos aqui um ganho de causa que é uma conquista para os Covilhanenses. É porventura, com todo o respeito por tudo e por todos, das conquistas políticas mais assinaláveis que conseguimos para os nossos concidadãos, para as nossas famílias, para as nossas empresas e estamos, no fundo, a remediar um contrato que não estava bem, que era leonino, sem ofensa para os sportinguistas que sabem que eu sou benfiquista. Era leonino, juridicamente falando e, portanto, não queremos que ele seja leonino (e não é por razões clubísticas). Também não queremos que ele seja águia. Queremos que ele seja equilibrado e aqui a balança tem de depender um pouco mais para os Covilhanenses nesse difícil equilíbrio. É por isso que, repito, reduzimos e vamos reduzir. -----

Relembro que, quer fôssemos pela via do resgate, quer optemos por concretizar o que já temos acordado, estes valores têm efeitos retroativos a janeiro. Isto porque este acordo ou este negócio, como lhe queiram chamar, juridicamente é um negócio, vai ter que ser submetido à ERSAR. -----

Já agora, um pormenor. O comum do cidadão poderá interrogar “se calhar, se fosse o resgate era excelente. A Câmara ficava na posse da empresa e logo pode até pôr o tratamento dos resíduos grátis ou a um preço simbólico.” Não. Porque a entidade reguladora não permite dumping, não permite concorrência desleal. -----

Ou seja, vamos imaginar que tínhamos hoje o resgate e que já estávamos na posse da empresa. Ela estava, na prática, municipalizada. Não podíamos aplicar a tarifa que quiséssemos, muito menos pela grátis. Portanto, que não haja aqui ideias no sentido de pensar que, optando pelo resgate, podíamos fazer o que quiséssemos porque convém não esquecer que temos que investir. Falámos naquele investimento que estamos a exigir à empresa que o faça no montante de 2.580.000 € que tem sobretudo um pendor de proteção do meio ambiente. Não é só de eficácia que gera também ganhos ambientais, mas também a eficiência, as perdas e claro a reutilização das águas residuais para rega e para finalidades afins.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Apenas para lembrar os WC's públicos. Perguntar como é que está essa situação, também da casa em frente à Tentadora e, por último, fazer uma recomendação (veja-se o CDS a fazer uma recomendação para os mais distraídos): para que seja efetuada a fiscalização no novo parque de energia solar, que será junto ao rio Zêzere, para evitar aquilo que aconteceu no outro e para proteger o rio Zêzere dos afluentes.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “é um processo que o Urbanismo está a acompanhar e não pode deixar de exigir que sejam cumpridas as leis. As leis da República são iguais para todos. Não pode haver aqui diferenciações para ninguém. -----

Relativamente à questão dos WC's públicos, já estudámos várias possibilidades e vários modelos. Concluímos que há um sítio em que temos que optar por um modelo porque se adequa mais a esse contexto, é mais compaginável, harmoniza-se melhor esteticamente, arquitetonicamente e é mais prático. E há outro modelo que não afastámos que é aquele mobiliário urbano que existe em muitas cidades (Coimbra e Setúbal, por exemplo) em que o senhor mete a moeda e aquilo faz a autolimpeza. -----

Acho que os sanitários públicos à moda antiga, passo a expressão, não servem o propósito dos dias de hoje. Temos um problema na Covilhã que é o facto de sermos uma cidade universitária ou o nosso centro histórico servir de campus universitário. O campus universitário é o centro da nossa cidade. Já fomos todos estudantes e sabemos como é que os estudantes mais irreverentes, às vezes menos cuidadosos, se comportam. Mas, não são só os estudantes. Recomendamos à AdC, e efetivamente ela fá-lo naqueles sítios mais críticos, para nos dias a seguir às festas, designadamente aquelas mais emblemáticas, lavarem e desinfetar os sítios mais utilizados. -----

Acredito que mesmo que tivéssemos uma casa de banho em cada rua, isso continuava a acontecer, obviamente não com a mesma intensidade e frequência, mas isso continuava a acontecer. -----

De qualquer modo, é uma necessidade e continuamos com o propósito de exatamente resolver esse problema e por obras que fizéssemos aí, não conseguiríamos fazer com que elas tivessem essa eficácia da moeda que limpa.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS):** “Tenho que fazer 2 questões sobre 2 temas importantes: um tema que é uma importante bandeira por parte do Partido Socialista que tem a ver com a habitação e a Estratégia Local de Habitação; e um outro sobre aquele que é o tema do dia em que, de facto, vamos ter saneamento mais barato, vamos ter uma redução na fatura da água. -----

Sobre os contratos e sobre aquilo que são os trabalhos previstos na Estratégia Local de Habitação, nomeadamente para a beneficiação de 10 habitações no Bairro do Rodrigo que representa cerca de 400.000 € de investimento, para quando é que está previsto o arranque destes trabalhos e a importância dos mesmos para os munícipes? -----

Depois, sobre a questão e o tema do dia, o Senhor Presidente falou num dos cenários, na parte da renegociação, em que é prevista uma alteração da matriz de risco de 10% para 30%. Aquilo que é importante percebermos - do ponto de vista técnico até posso tentar perceber aqui um pouco -, mas do ponto de vista de valor, quanto é que isto realmente pode beneficiar os Covilhanenses caso se atinjam os 30% nesta alteração da matriz de risco.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente ao último ponto, referiu estar-se “a falar de um ganho de 900.000 € mais 1.200.000/Ano. Portanto, como veem, a negociação que espero estar ultimada dentro de poucos dias é vantajosa. -----

Vamos brevemente em primeira linha, e com todo o respeito que tenho pelas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, debater, analisar e deliberar com os meus estimados colegas de Executivo da posição e da oposição e depois viremos aqui com o resultado do que obtivermos.

Claro que a essa reunião ouvirão os nossos consultores que explicarão ao pormenor, técnica e juridicamente, o que é que acontece, o que é que vai acontecer e virá um parecer jurídico, como é natural e tudo quanto for necessário para depois submetermos, caso aprovemos aquilo que vier a propor para a entidade Reguladora viabilizar. Não basta a Câmara e nós aqui quereremos. Temos entidade reguladora que superintende e superintende bem e se ela entender que aquilo que aqui aprovarmos, quer na Câmara, quer na Assembleia, não serve o interesse público, voltamos atrás. -

Portanto, isto para que estejamos todos consciencializados que isto não é uma coisa em que cheguemos, deliberamos e está o problema resolvido. Não. Há esses pareceres e afigura-se-me que não será necessário pelo que analisei e pelas informações jurídicas obtidas, não será porventura necessário submeter a visto o Tribunal de Contas Parece-me que não será necessário. Já ganhamos tempo. De todo o modo, repito, temos a garantia da retroatividade da redução do tarifário em 50% ao mês de janeiro. -----

Neste momento, relativamente ao nosso investimento, às candidaturas, melhor dizendo, e às empreitadas, já temos em fase de acabamento as duas empreitadas da Boidobra (15 + 5). Portanto, na Rua Viriato, na Biquinha, na Rua Nova do Souto, no Tortosendo, e prestes a arrancar também no Bairro do Rodrigo. -----

As coisas estão bem encaminhadas e até já há adjudicação, diz-me agora aqui a Senhora Vereadora que está a acompanhar a par e passo essa matéria e, portanto, é o que se me oferece dizer.” -----

3.4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2024, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, MAPA DE PESSOAL, TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 6250 de 31.10.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **Ausentou-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e na votação do assunto.** -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** fez a apresentação do ponto dizendo que “este é um Orçamento amigo dos Covilhanenses porque vai ao encontro e, aliás, resulta da conversa e das intervenções e dos diálogos que aqui mantivemos mais ou menos acesos relativamente àquilo que se pretende fazer no próximo ano (estradas, alargamentos, rotundas, passagens desniveladas, os T’s que vão do cubo até sensivelmente e nunca digo que é a fronteira

entre Peraboa e Ferro porque eu não quero criar incidentes desnecessários entre os seus habitantes (quero é que eles estejam em harmonia), mas a rotunda é uma espécie de fronteira, uma boa fronteira na brincadeira porque hoje não há fronteiras, nem já entre concelhos, quanto mais entre freguesias do mesmo concelho e, portanto, para gáudio dos habitantes das Freguesias de Peraboa e do Ferro, e para todos quantos lá vamos e passamos, ter aquele T completo e circular lá em segurança, com uma boa camada de alcatrão. Já alargámos os pontões, já fizemos a rotunda, agora falta o resto e portanto lá iremos.... -----

Quem diz isto diz outras coisas e é por isso que temos um Orçamento que tem um valor total de 57,6 milhões €. Este é o nosso documento, a nossa proposta de trabalho para o ano que vem e para os próximos anos porque, como sabem, não estamos a falar só e apenas do nosso Orçamento. Estamos a falar do Plano Plurianual de Investimentos, das Grandes Opções do Plano, de impostos, de taxas e de taxas temos muito boas notícias. Reduzimos as taxas; reduzimos licenças; somos recordistas de isenções e de reduções de impostos que as pessoas querem investir na Covilhã. ----

Quando os senhores dizem que “aquele investimento do hospital não foi o senhor que o trouxe às costas de Lisboa!” Pois não. O problema todo é que as pessoas querem investir na Covilhã porque a Covilhã é atrativa. A Covilhã tem uma atratividade, e não quero apoucar ninguém ao nosso redor, que os outros não têm: -----

Temos a nossa Universidade que é fantástica, extraordinária e que é um motor de desenvolvimento, criada por políticos com visão no início da década de 70. Estamos a comemorar os 50 anos da implantação do ensino superior na nossa cidade e na nossa região. Oferecemos formação do berço até à pós-graduação. -----

Temos prática desportiva, desde o atletismo ao triatlo, ao ski, a todos os desportos relacionados com a neve e com o Inverno, o futebol, o futsal, a ginástica, o ballet, ... -----

Temos cultura na Covilhã. A Covilhã produz cultura todos os dias. Todos os dias há eventos culturais na Covilhã. Somos a única cidade do Interior de Portugal que tem três companhias de teatro profissionais. -----

Tenham orgulho nisso. Isto não é do Partido Socialista, nem é do PSD, nem é do CDS, nem é do Partido Comunista. É de todos nós. É dos Covilhanenses. Isto deve ser motivo de orgulho para todos nós. O que vos peço é que puxemos pela nossa cidade e pelo nosso Concelho. -----

O Orçamento é um instrumento que cria condições para manter a atratividade da nossa cidade e do nosso Concelho. Temos que investir na Educação, na Cultura, no Desporto, nas infraestruturas, ... Estou sempre a insistir na Educação e no investimento das infraestruturas da Educação, sem querer ferir ninguém, sem querer dizer que quem esteve antes não fez bem, mas desde o 25 de Abril não há nenhum executivo que tenha feito mais pela Educação do que nós, com todo o respeito. É verdade que também não fizemos noutros domínios, mas isso é da vida. Cada executivo tem o seu pendor, o seu foco, a sua atenção, o seu programa, a sua estratégia, como os Senhores muitas vezes dizem. E, portanto, complementamo-nos todos uns aos outros e sucedemo-nos todos uns aos outros. Isso é que é puxar pela Covilhã. -----

Uma das coisas que está inscrita neste Orçamento é continuar a trabalhar a mobilidade. A mobilidade não é só o contrato de concessão. São os passeios, o que estamos a fazer Frei Heitor

Pinto, desde da Igreja de São Francisco até ao polo de Ernesto Cruz. Com problemas, é verdade, mas as obras causam sempre chatices. Senhor Presidente David Silva, prepare-se e “esfregue o corpo com álcool” porque no dia em que começarmos as obras nos Montes Hermínios, o Senhor “vai levar umas vergastadas” lá dos seus concidadãos porque vai causar transtornos e problemas. Temos é que antever com o tempo possível, o mais possível, as dificuldades para criar alternativas para que as pessoas tenham menos constrangimentos. -----

Queremos melhorar as condições de mobilidade para todos os nossos concidadãos e não nos podemos esquecer que a nossa cidade é uma cidade de montanha e as cidades de montanha têm uma dificuldade enorme que é a da mobilidade. O meu antecessor em boa hora foi ver dos funiculares e dos elevadores (fiz o último). Agora temos que passar a outra fase que é a de melhorar aquilo que já temos também há muitos anos, que são os passeios. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perdoar-me-á a inconfidência e dizia-me ele que visitou uma cidade estrangeira há relativamente pouco tempo e dizia ele porque é que em determinadas ruas que são mais estreitas, em vez de passeios, pintamos o sítio do passeio a uma cor diferente, com um piso aderente, ou seja, que evite que se escorregue lá e as pessoas já circulam, os carros conseguem cruzar melhor e já não temos ali constrangimentos. Pois é, mas há uma coisa complicada: gostamos muito dos nossos concidadãos, mas eles, ou porque estão com pressa, ou porque estão distraídos, ou porque são pouco hábeis alguns a conduzir ou coisa que o valha, têm a tendência de invadir esse espaço. -----

Ora, se lá não estiver um passeio a evitar que o peão seja atropelado é um problema, uma coisa muito grave. Mas isso são países que já estão noutra patamar de desenvolvimento cultural e cívico.

Isto para dizer que vamos apostar muito nesta requalificação. -----

Vamos apostar na modernização do Mercado Municipal e também os nossos vendedores vão ficar aborrecidos durante uns meses até concluirmos as obras. Terão de sair de lá. Teremos que arranjar um sítio alternativo. Quem vai comprar, quem vende vai ter dificuldades porque temos que lá fazer obras para modernizar o nosso Mercado que é um edifício digno e icónico e onde todos nos habituámos a frequentar e a fazer compras. -----

Também não nos esquecemos dos mais desfavorecidos ou das famílias numerosas. É por isso que temos valores diferentes no chamado IMI familiar, em consonância com o número de membros do respetivo agregado familiar. É por isso que continuamos a apoiar o cartão social. É por isso que há refeições gratuitas e transportes escolares gratuitos nas circunstâncias que as Senhoras e Senhores Deputados conhecem. -----

Falando a propósito de refeições e transportes escolares, não desistimos da Campos Melo. Quero que fique aqui muito claro que é uma escola que temos a obrigação de preservar e que ninguém pense, desde o mais anónimo dos auxiliares da ação educativa ao mais antigo e ao mais recente professor, até à Senhora Presidente da Escola, que negligenciámos ou negligenciamos a Campos Melo. A Campos Melo estava no 20 20 e passou para 20 30 e do 20 30 passou para o PRR. Está naquela lista de escolas que a Associação Nacional de Municípios Portugueses mapeou, conjuntamente com o Governo da República, para ser intervencionada. Não desistimos da Campos Mello. Ela está inscrita aí no Orçamento que estamos aqui a discutir e queremos que ela seja

intervencionada, beneficiada e preservada porque é uma escola emblemática não só da Covilhã, da região e do país. De lá saiu muita gente que ajudou a construir a nossa região, a nossa cidade e Portugal. Aqueles cursos técnicos eram fundamentais e continuam a sê-lo. -----

Não é por acaso que hoje temos dificuldade em encontrar profissionais que antigamente saíam de lá porque muita gente pensava que os cursos que lá eram ministrados eram inferiores àqueles que se obtêm nas universidades. Não. Um doutorado não é mais importante do que um mecânico. Cada um desempenha o seu papel. -----

Não desistimos também da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos do Teixoso, da Piscina Municipal (daquela que está fechada e que nunca devia ter sido construída ali), das novas Piscinas e do Pavilhão Multiusos (o projeto avança e quero ainda atirar a primeira pedra). -----

Parque da Goldra – Temos um projeto interessantíssimo que o vai valorizar. O programa Polis foi muito virtuoso e criou um belo espaço como é o Jardim do Lago, que é um espaço lindíssimo da nossa cidade, dos mais bonitos. Já não concordo com a localização da Piscina. A piscina é muito boa, mas nunca devia ter sido construída ali. Esta é a opinião do Vítor Pereira e disse-o na altura porque um dia se quiser expandir andamos ali com pilares. Mas os senhores arquitetos, os senhores engenheiros e quem decide politicamente têm o direito de decidir como bem entende. -

As obras da USF – Unidade de Saúde Familiar são fundamentais ali no antigo acondicionamento. -

A construção do Centro de Atividades – Retirar os nossos velhinhos, no bom sentido do termo. O centro de atividades é para dar qualidade de vida às pessoas. -----

A habitação que estivemos a falar há pouco, a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, o projeto de acessibilidades, o Primeiro Direito, ... temos que avançar por aí. -----

Reparar a estrada que vai do Pinho Manso, como se dizia no meu tempo quando andava de bicicleta lá na minha Borracheira e íamos ali da Senhora do Carmo para o Terlamonte, chamávamos-lhe o cruzamento do Pinho Manso até a entrada de Terlamonte, que tem buracos por causa das obras de beneficiação da linha da Beira Baixa. Estamos a trabalhar com as Infraestruturas de Portugal para assumirem a quota-parte de responsabilidade que têm na degradação daquele espaço. -----

Nas Grandes Opções do Plano temos: educação - estão previstos investimentos de 5 milhões de euros; transportes e comunicações - 2,6 milhões de euros; serviços culturais, recreativos e religiosos - uma grande verba também.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “No que respeita ao Orçamento da Câmara Municipal da Covilhã, pensava que era um lapso o facto de estarem só inscritos os 50.000 € para a Avenida Montes Hermínios. Já percebi que só está inscrito o valor para o “álcool” porque para a obra não está cá o valor. -----

Relativamente aos passeios da Avenida Montes Hermínios, se o concurso ficou deserto com 150.000 €, não percebemos porque é que está inscrito no orçamento 100.000 €. Pode também haver aqui um lapso de valores no Orçamento. -----

Espero bem, e as costas estão preparadas há muitos anos, que a obra da Avenida Montes Hermínios vá por diante. Aliás, quem deve estar mais preocupado com o possível álcool nas costas é o atual secretário do Partido Socialista porque esteve lá em setembro na campanha eleitoral e ele disse que aquilo em dois ou três dias se resolvia. O que era mentira. -----

Peço também a melhor atenção para a estrada entre o cruzamento da Estrada do Porsim até São Jorge da Beira. São muitos e muitos buracos e já tive a infelicidade de lá rebentar um pneu. Peço uma rápida intervenção.” -----

- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo):** “Quero enaltecer aqui a intervenção do Senhor Presidente da Câmara no que diz respeito às Grandes Opções do Plano 2024 e ao Orçamento que tive o cuidado de analisar, para além de me congratular com a requalificação da estrada de pinheiros de luxo, mais concretamente Pinho Manso, nossa terra Terlamonte porque, de facto, como o Senhor Presidente já teve a oportunidade para lá passar, é a segunda estrada do Concelho da Covilhã que está a necessitar de intervenção urgente. Há dias fizemos uma caminhada de um grupo e já não sabíamos onde é que havíamos de pôr os pés. Esta é que é a grande realidade e por isso congratulo-me. -----

Para além de também me agradar bastante o registo no Orçamento do concurso para o projeto já aprovado e espero que no primeiro trimestre do ano de 2024 seja, de facto, aberto a requalificação do edifício da Casa do Povo para concentração de todos da Junta de Freguesia, do CTT e da Loja do Cidadão. É um projeto de facto ambicioso, mas que desejamos em nome do concelho e não da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo que esta obra seja, de facto, uma realidade porque vai servir a todos.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Apresentou o Executivo para aprovação um Orçamento e Grandes Opções do Plano no valor de 57.680.000 € com uma subida significativa das transferências decorrentes das transferências de competências na área da Educação e no FEF, assim como nas transferências de capital, mais de 90% em relação a 2023 por via das receitas previstas no âmbito da Estratégia Local da Habitação e Educação. -----

Os impostos diretos, que tinham tido uma ligeira redução em 2023 em relação a 2022, voltam a subir para valores superiores aos de 2022, o que demonstra que era possível ir mais longe na redução do IMI. -----

Quanto à derrama, e sabendo que é um imposto pago pelas empresas, possibilita a requalificação e a manutenção das áreas públicas dos dois parques industriais, o do Canhoso e o do Tortosendo., requalificar passeios, limpar valetas e cortar ervas daninhas, manter os espaços verdes. Afinal, quem trabalha naqueles parques merece a melhor atenção da sua Autarquia. -----

Pretende a Câmara utilizar receitas correntes em despesas de capital, aproximadamente no valor dos impostos diretos. Números são números e eles batem certo. Já afirmei no ano anterior que as receitas correntes e de capital são previsíveis. O problema é sempre do lado da despesa quando não se executam as obras previstas, quando aparecem despesas não previstas ou se opta por não se realizarem, permitindo alterações orçamentais que vão ajustando o Orçamento até ao final do ano em apreço. -----

Também é verdade que a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano nem sempre corre como se deseja e se pensa, mas é sempre possível uma maior eficácia e eficiência na gestão dos recursos disponíveis. É necessário aumentar a capacidade de execução quando existem disponíveis os recursos financeiros. -----

Na análise das Grandes Opções do Plano, verificamos a existência de um conjunto de obras que não tiveram qualquer execução em anos anteriores. Não estamos aqui a sublinhar aquelas que têm que constar e que são orçamentadas para pagamento de empréstimos ao qual estão associadas, como tenho afirmado. Estamos a falar de obras que transitam de orçamentos anteriores e que não tiveram qualquer execução. E são obras com as quais concordamos, mas que transitam de Plano para Plano sem qualquer execução, nomeadamente, entre outras para não ser exaustivo e porque não tenho tempo, o Pavilhão Municipal da Covilhã, os passeios da rotunda de visita à rotunda do TCT, requalificação do caminho municipal Barroca Grande – Pampilhosa, sem falar daquelas que vão desaparecendo das GOP sem deixar qualquer vestígio. Em sede da discussão do Relatório Contas de Gerência, haverá a explicação para o facto de não terem sido executadas em 2023. -----

Quanto às GOP's, saliento a inscrição de algumas obras necessárias como a Piscina Municipal, o Centro de Atividades, a reabilitação do campo n.º 2 do Complexo Desportivo, a Municipal 512 de Casegas a Sobral de São Miguel, a Avenida Montes Hermínios no Tortosendo, o Parque da Goldra e outras. Porém, estando inscritas com uma verba residual de 50.000 €, leva-nos a concluir que dificilmente irão ser concretizadas em 2024. Esperamos estar enganados e que seja necessário aplicar a regra da mudança de fonte de financiamento sem alteração orçamental. -----

Lamentamos que não se inclua a requalificação da Escola Básica do Tortosendo com a construção de um pavilhão do tipo 2, tão necessário naquela escola há mais de 20 anos. -----

Estranho estranho é o caso da requalificação da EM 509 até ao cruzamento da EN 339 que tem uma dotação de 150.000 € para 2024 e de 100.000 € para 2025, num total de 250.000 €. Ora, em 2023 tinha 200.000 €. Para 2024 tinha 800.000 € e para 2025 previa-se 200.000 €, num total de 1.200.000 €. Como o Senhor Presidente da Câmara tem afirmado que é obra para se fazer em 2024, só se pode perceber que, afinal, a obra fica mais barata do que se pensava em dezembro de 2022. Ou será que fica a aguardar a aprovação do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela? -----

Quanto à rede viária na zona Sul do Concelho e na Estrada Municipal Ferro-Peraboa, recordo que existe ainda muito por fazer. É necessário continuar de forma faseada a requalificar as vias municipais e volto a insistir da necessidade em se concluir a Municipal 512 no troço Ourondo-Parada-Aldeia de São Francisco com a camada de desgaste e a sinalização horizontal e vertical. A primeira fase da obra foi feita antes de 2013. -----

É verdade que não se pode fazer tudo de uma vez, mas como estamos atrasados, é necessário fazer o esforço, ou seja, dar corda aos sapatos.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Começo aqui por falar no direito da oposição neste ponto precisamente para lembrar aos Senhores Deputados, principalmente a alguns mais distraídos, que o CDS também apresenta propostas e apresenta-as no local certo. Pena é que essas propostas sejam 99,999% ignoradas por quem governa este Município. -----

Vir aqui às vezes dar propostas para cair em saco roto ou às vezes até propostas que temos que são propostas idênticas aos colegas de coligação, esta Assembleia já demora tanto tempo que estaríamos aqui mais tempo ainda do que aquilo que é necessário e portanto, cingimo-nos aquilo que enquanto força política achamos que é o nosso sentido de governação e o melhor para os Covilhanenses. -----

Senhor Presidente, sabe que começamos a verificar e tem sido uma tendência a realização de obras e até de promessas nos últimos 2 anos das eleições e isto é algo que talvez um psicólogo possa explicar, porque eu não sou psicólogo, mas que começa a ser uma tendência que talvez venha a explicar o estado de credibilidade da política no nosso país. Enquanto partido, preocupamo-nos com essas situações e é muito mau quando olhamos para um Orçamento em que vemos que as obras são constantemente adiadas ou então não passam de meras intenções. -----

Irei aqui, em nome do CDS, veicular, nas palavras que os Senhores Vereadores já transmitiram na reunião de Câmara, aquela que será a nossa intenção de voto para não estar aqui a repetir exatamente aquilo que é a opinião dos Senhores Vereadores e é a nossa também. -----

Achamos que, dentro deste Orçamento que nos é apresentado, muitas das propostas não passarão de meras intenções, uma vez que não têm a dotação necessária. -----

Gostaria também de questionar aqui outra questão, e já foi uma garantia dada pelo Senhor Presidente há mais tempo, que tem a ver com o Mapa de Pessoal do Teatro Municipal e que o Senhor Presidente garantia que esse mapa existe e que até seria reforçado, contudo, pelo nosso conhecimento, nunca foi apresentado. Aliás, no Mapa de Pessoal aparece pela primeira vez o Teatro, mas a zero. E a nossa questão é: será para contratar recibos verdes? E os que lá estão desde a abertura, estão alocados a quê e a que funções fictícias, visto que estão alocados a qualquer coisa que não é o que fazem na realidade? -----

A situação é incompreensível, assim como não se percebe como são selecionados os funcionários para o apoio de sala nos dias de espetáculos. -----

Quem frequenta o teatro sabe porque vê e conhece as pessoas que quem está a exercer as funções de assistente de sala são funcionários do Município. Será a Senhora Vereadora da Cultura que seleciona quem faz horas extraordinárias para garantir essa assistência da sala? Há uma bolsa de voluntários para que qualquer funcionário do Município que quer ser chamado, possa ser chamado? Quais são os critérios? -----

Quando falamos de transparência, por parte do CDS, é isso que vamos continuar a defender até ao final do mandato. Quer os senhores da oposição gostem, quer não gostem, esta é a nossa forma de estar e será a nossa forma de estar até ao final.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD-PSD): (Doc.20** com as alterações introduzidas na leitura do documento) *“A atividade financeira dos Municípios baseia-se nos orçamentos Municipais como documento estratégico fundamental para a gestão global da autarquia.* -----

Este devia ser um documento exigente e cada vez com mais e maior rigor na sua elaboração, de forma a garantir uma gestão real e equilibrada na afetação dos dinheiros públicos. -----

No entanto, este orçamento, que poderia ser um documento de concretizações não passa de um documento de meras intenções e nalguns casos reflete apenas isso, simples intenções, pois os valores inscritos no mesmo não permitem a realização dos projetos definidos como relevantes. ----

Mas analisemos o documento em causa: -----

- *Registamos que o orçamento aumentou 10M€, relativamente ao orçamento inicial de 2023, para cerca de 58M€* -----

- *Algumas das propostas apresentadas, coincidem com as sugestões apresentadas pelo PSD na reunião de exercício do direito de oposição, mas esse orçamento também nos mostra que este direito apenas serve para cumprimento de calendário e de obrigação legal, pela quantidade de propostas que não estão aqui refletidas, já para não falar do timing dessas reuniões e da entrega do documento.* -----

Se revisitarmos os documentos anteriores, sejam orçamentos, sejam as propostas apresentadas podemos encontrar muitas situações que passam de ano para ano, sem qualquer avanço quanto à sua concretização. -----

- *Muitas rubricas são apenas e só, intenções e como tal, promessas que os covilhanenses não verão concretizadas nos próximos anos, pois são meros projetos abertos e sem qualquer dotação que permita a sua realização.* -----

- *Refere um Forte investimento em estradas, mas que não está refletido nos valores colocados no orçamento. Investimento esse, necessário e urgente para muitas estradas do concelho, como já ouvimos inclusivamente aqui dizer, mas que se deve ao desleixo na manutenção a que temos assistido nestes últimos 10 anos obrigando agora a que sejam necessárias reconstruções quase totais da rede viária, com especial destaque para as estradas das freguesias limítrofes e em especial do sul do concelho.* -----

- *Destacamos, considerando positivos, a manutenção dos valores dos impostos e taxas para o ano 2024 (IMI, derrama e TOS) e que são merecedores da nossa anuência. Mas não podemos deixar de referir com muita preocupação a Revisão do coeficiente de localização, prevista pelo Governo do PS que vai levar a um aumento do IMI. Algo, aliás, a que o Governo Socialista já nos foi habituando, com algum malabarismo e ilusionismo de uma gestão financeira que massacra os portugueses de forma encapotada, ou seja, anuncia-se a reposição de rendimento, compensada largamente com a introdução de coeficientes, taxas e taxinhas... criando uma subsidiodependência estatal quando*

há formas de apoio que podem ser implementadas e que gostaríamos de destacar, por exemplo, a isenção de IMT para jovens que adquiram a sua primeira habitação, medida já em vigor em muitos municípios do país. -----

- Verificamos por outro lado que não está previsto no orçamento de 2024 o valor do pagamento dos subsídios à exploração à empresa Águas da Covilhã e que atualmente já deve rondar os 9 milhões euros. Aliás, assistimos à apresentação do contrato ou da renegociação por parte do Senhor Presidente. Isto quer dizer que vamos continuar a brincar aos números do faz de conta, ao não considerar um passivo contingente que aparece nas contas do Município como uma provisão, que aparece previsto nas contas da ADC, mas que este orçamento não prevê para cumprimento da obrigação. -----

Aliás refira-se a propósito que o valor referido na rubrica 05010105 é apenas de 10.000 euros, o que é claramente insuficiente para pagar ao privado a compensação pela diminuição de receita. Expliquem-nos, por favor, onde está previsto nas contas o valor desta compensação. Não nos devemos esquecer que há muito que defendemos uma redução do preço da água agora anunciada, mesmo que para tal tenham que existir indemnizações compensatórias por parte do Município e que parece irem se verificar. -----

- Regista-se um aumento das despesas de pessoal de 16,6%, passando de 14M€ para 16,4M€, correspondente a cerca de 30% do orçamento total, na nossa opinião, justificada pelo aumento de 152 postos de trabalho a criar. Será que o município prevê que haja 150 trabalhadores que passem à situação de reforma em 2024? Se não, o que justifica a necessidade? -----

Mas, como referido antes, este orçamento peca por anunciar obras que todos verificamos, pelos valores inscritos, que não serão feitas no futuro próximo – mais um malabarismo à ilusão de muitas obras, mas cuja taxa de execução é irrisória. -----

Obras que se arrastam pelos orçamentos e prolongam no tempo, como a requalificação das oficinas municipais com 45.000€ no orçamento para 2024, o que nos parece manifestamente insuficiente para a remodelação que as mesmas necessitam. Como é que este executivo estima as condições de trabalho daqueles que trabalham em prol do Município? -----

Estradas previstas por 50.000 € são apenas intenções e que não passarão disso mesmo – como por exemplo Sr. Presidente a EM512 – limite do concelho com dotação de 50.000€ para 2024? A sério?

A Avenida Montes Hermínios com uma dotação de 50.000€? Já ouvimos o Senhor Presidente dizer que é só para o álcool! O senhor Presidente da Junta disse que é só para o álcool que lhe vão aplicar.

Valores como a reparação da pista de atletismo do complexo com o valor de 50.000€ ou a piscina municipal pelos mesmos 50.000 €. Será que se pretende fazer mesmo ou que o concurso fique deserto como tantas outras já ficaram? -----

A remodelação da Goldra aparece inscrita com 50.000€ para 2024, quando a zona de lazer de Verdelhos tem um custo estimado de 65.000€. -----

A construção da GNR do Tortosendo que o Sr. Presidente já informou ter propostas, deixa-nos perante uma dúvida, atendendo a que o valor que estão a dotar é insuficiente para cabimentar a intenção da abertura do procedimento. Este equipamento aparece inscrito na pág. 81 do pdf, com

o valor de 557.500€ em 2024 e 600.000€ em 2025, e o procedimento foi anunciado no Diário da República por um valor de 1.800.000 euros, ou seja, há uma violação deliberada da regra orçamental. -----

Mas ainda temos outro exemplo de incoerência neste documento: -----

Na pág. 86 do pdf, a verba orçamentada para a Piscina Municipal é 25.000€ para 2024, e 100.000€ para os anos de 2025 e 2026, num total de 250.000€. Consultado o procedimento, datado de 17 de outubro, o prazo de execução da obra é de 180 dias. Mais uma violação orçamental. -----

- Registamos a rubrica de criação de redes de bicicletas elétricas que já tem realizado um valor de 657.000€ e surgem inscritos mais 181.000€ para compra de novas bicicletas e que até ao momento, o único registo desta rede que vem prevista desde 2017, são as pinturas no pavimento, mas das bicicletas que supostamente estão nos armazéns municipais, nada sabemos. -----

- Outra obra que se arrasta no tempo é o Pavilhão Municipal. Anunciado em 2014 vê, finalmente, inscritos no orçamento 244.000€ para 2024, num valor e obra de 1.500.000€ para terminar em 2027. -----

E sem futurologia, mas não demorará muito tempo para ouvirmos que depois, com a aprovação do Saldo da Gerência se vão reforçar rubricas... pois se isso acontecer vamos ter que perguntar se são os mesmos 9 milhões deste ano e o que é que foi feito com eles. -----

A verdadeira questão e que importa esclarecer aos Covilhanenses, é quais são as promessas previstas neste documento estratégico que são, de facto, as vossas reais preocupações e quais não passam de meros jogos de malabarismo político? -----

Como sempre foi nosso entendimento, é crucial salientar que o orçamento municipal é da responsabilidade do executivo, sendo este o encarregado da sua elaboração e execução. -----

Assim e pelos motivos que mencionámos atrás, o PSD não vota contra este orçamento, até porque algumas das propostas que reclamamos estão, finalmente, inscritas no documento, mas faltam muitas outras que ao fim de 10 anos de governação socialista continuam a não ser prioridades, mesmo aquelas urgentes que só depois de serem referidas pela oposição, se alega já terem projeto e estarem na lista de realizações urgentes, como a remodelação do mercado municipal, dos estaleiros da Câmara, da variante à Serra da Estrela entre outras. -----

Este não é o nosso orçamento porque se fosse seria mais de concretizações do que de intenções.” -

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Antes de mais, eu não percebi a questão do IMI aqui do meu colega Jorge Vaz, mas pelo que li do Orçamento a previsão para 2024 é que o IMI reduz em 340.945 € (posso estar enganado). -----

Os documentos previsionais, como o Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos são instrumentos que fundamentalmente ilustram as linhas orientadoras de quem foi eleito pelo povo para governar, contendo naturalmente a essência das políticas por estes defendidas, tendo em vista o desenvolvimento do Município. Nesse sentido, parece-me de tal justiça começar por elogiar o Executivo Municipal por não se desviar dessas linhas

orientadoras traçadas em 2013, aquando da aprovação do primeiro Orçamento deste Executivo do Partido Socialista, linhas essas que romperam com o *modus operandis* da altura, a optarem pelo caminho da credibilidade criando, inovando e investindo nas diversas áreas que servem a comunidade e, ao mesmo tempo, invertendo a cultura de endividamento herdada dos largos anos de governação do Partido Social Democrata da Covilhã. -----

É, portanto, a primeira característica que sobressai neste Orçamento para 2024: a manutenção do rumo, de cuidar e apostar no presente, mas sem, em momento algum, hipotecar o futuro. -----

Salientar uma segunda característica: o aproveitar de oportunidades. -----

Na rubrica de Receitas/Transferências de capital, regista-se um incremento de 90,82% em 2024. Estamos a falar de mais de 13 milhões € que derivam de transferências governamentais e, fundamentalmente, de fundos comunitários da União Europeia. O PRR é uma oportunidade única de apoio ao investimento e a Câmara da Covilhã está a saber aproveitá-lo. -----

A terceira característica a destacar é só conscientemente possível graças ao saneamento das contas públicas levado a cabo na última década: é a ambição. -----

Estamos claramente perante um Orçamento ambicioso que eleva a fasquia em termos de investimento, possibilitando dar resposta aos principais obstáculos com que os nossos concidadãos se deparam neste momento e ao mesmo tempo ir de encontro às reivindicações antigas das nossas populações: a habitação, identificado como um dos principais problemas da atualidade a nível nacional, é priorizada neste Orçamento, com o quadruplicar do valor previsto para a respetiva rubrica em relação a 2023. -----

Os vários projetos planeados nesta área visam promover soluções habitacionais, nomeadamente através da reabilitação urbana e assim combater as leis desumanas do mercado habitacional que tornam o simples direito à habitação condigna algo inatingível para quem não usufrui da elevada capacidade financeira. -----

A política educativa municipal manterá o propósito de apetrechar os estabelecimentos de ensino do concelho a nível de recursos humanos, de equipamentos e de investimentos em infraestruturas, sendo disso exemplo as requalificações da Escola Campos Melo, com verbas do PRR e na Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo do Teixoso. -----

A política cultural seguida pelo Município nos últimos anos permite que hoje se respire Cultura em cada esquina do nosso concelho, destacando-se a aposta ganha no Centro de Inovação Cultural e nos museus espalhados pelo território. -----

Será certamente também uma aposta ganha a construção do Pavilhão Multiusos, uma obra essencial numa cidade universitária como a Covilhã que se espera que esteja no terreno até 2025 e permitirá receber espetáculos e eventos de superior dimensão. -----

A estratégia desportiva do Executivo tem igualmente dado frutos, inclusive através do acolhimento de provas de renome nacional e internacional, sendo exemplo último o anúncio de que a *Vuelta a España* passará pela Covilhã, Tortosendo e Unhais da Serra. -----

É, no entanto, fundamental dotar a cidade de infraestruturas que incentivem a prática dos mais variados desportos, pelo que vemos com muito bons olhos a intenção da Câmara Municipal em

avançar com uma nova piscina municipal coberta e com as reabilitações necessárias no complexo desportivo. -----

Em termos de ação social, é fulcral que o município tenha em conta a especial conjuntura económica mundial e continua a apoiar quem mais precisa, pelo que registamos com agrado o reforço das ajudas às famílias covilhanenses. -----

A Covilhã tem um património natural riquíssimo, incluindo espaços de lazer, que precisa de ser devidamente preservado e colocado ao usufruto da população. -----

O Parque da Goldra, conforme acredito ser de opinião unânime nesta Assembleia, carece de intervenção urgente que lhe confira uma nova vida e o torne no espaço de pleno dinamismo que nunca chegou a ser, pelo que congratulamos o Executivo por prever iniciar este projeto em 2024.

Sendo nós um território do interior e ainda por cima de orografia acidentada, configura-se de capital importância o investimento na rede rodoviária, por forma a reduzir tempos de viagem entre povoações e a garantir segurança em quem nelas circulam. -----

Este executivo tem sabido faseadamente avançar com a renovação de troços cruciais para as populações de diferentes latitudes do nosso Concelho. -----

Terminada que está a Avenida 30 de Julho, encontra-se neste momento em execução a Avenida Frei Heitor Pinto e a chamada Estrada do Sul, trazendo ao Orçamento de 2024 mais 4 intervenções há muito reivindicadas: a Avenida Montes Hermínios no Tortosendo; a ligação da Ponte de Alvares à Ponte Pedrinha pela Freguesia do Ferro; a EM 512 de São Jorge da Beira até ao limite do Concelho da Pampilhosa; e a ligação da Borrallheira à Nacional 18. -----

Será possível concretizar isto tudo em 2024? Eventualmente não. Não é isso que se pretende no Orçamento. Como o próprio refere, deve ser encarado não como um instrumento rígido e estático, mas antes como um documento adaptável a uma realidade dinâmica. -----

O objetivo é este. As linhas orientadoras são estas. Sabemos para onde vamos e qual o caminho para lá chegar. -----

Um caminho ambicioso mas seguro e com contas certas, apanágio do Partido Socialista na Covilhã e no país.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

“Estão sempre a dizer “isto é uma mera intenção”. Mas depois as coisas acontecem. Inaugura-se o Teatro, “que chatice! Os tipos conseguiram concluir o Teatro.” As obras que estavam por concluir com empresas que tinham situações delicadas do ponto de vista da sua situação jurídica e que conseguimos concluir todas as obras que estavam penduradas: “algum dia vão acabar estas obras?!” ... A gente faz as obras: “não fizeram nada mais do que a obrigação, claro.” -----

É uma espécie de profecia da desgraça permanente, rotineira, repetida e levada à exaustão. Têm que aprender, com o devido respeito, a renovar o vosso argumentário político. A política é uma arte e, como arte, tem que ser bem trabalhada e tem que se adequar à circunstância. -----

Essa vossa conversa, esse vosso arrazoado de que está sinalizado com 50.000 €, mas isso significa que a gente não quer fazer a obra?! Estamos todos “carecas” de saber (expressão muito popular), que as rubricas abrem-se. Às vezes, até pode lá estar 1 €! Não me repugnava nada que nalgumas obras estivesse lá com 1 €. O que quero é que ela se realize e a rubrica tem que estar aberta. -----

Os senhores andam sempre a falar no saldo, na transição do saldo da gerência ou da gerência anterior, toda a gente sabe que esse dinheiro tem que ser incorporado no Orçamento seguinte. O importante é abrir a rubrica e inscrever lá uma verba, umas vezes maior, outras vezes menor. -----

É verdade que há obras que temos a perspectiva de que serão mais facilmente ou mais rapidamente realizáveis. -----

Os 50.000 € da Montes Hermínios não significa que não honremos o compromisso que assumi. O compromisso que assumi com os Tortosendenses e com o Senhor Presidente da Junta é para honrar, estejam lá 5 €, estejam lá 50.000 €. -----

A conversa da Estrada do Sul, que está quase pronta: estão sempre a dizer o mesmo. As coisas estão programadas. Agora há coisas que não se conseguem fazer naquele dia e àquela hora! Queria fazê-las todas e de uma só vez, mas não é possível! A gente vai fazendo, vamos incorporando. -----

Esta conversa do Quartel do Tortosendo deve ser para o anedotário do relambório orçamental político do nosso país, com todo o respeito ao Dr. Vaz. Porquê? As obras são plurianuais, ainda que a execução seja num prazo mais curto e estou a falar em tese. Lançámos a obra pelo valor que recebemos do Estado. Ficou deserto. Mas, entretanto, nesse intervalo, tivemos que fazer o Orçamento para 2024. Ora bem, adivinhávamos que ela ficava deserta e em que montante é que depois tínhamos que reforçar? Não podíamos adivinhar isso! E então, o que é que se faz? Agarramos e reforçamos o Orçamento. E reforçamo-lo como? Até abril temos que incorporar o saldo de gerência. Significa que não vamos fazer o quartel? Obviamente vamos fazer o quartel! Como é que podíamos prever que a obra ficava deserta? Entre o momento em que lançámos a obra e ela ficou deserta, tivemos que fazer o Orçamento e levá-lo à Câmara! -----

Agora o Senhor diz me assim “há lá um desfazamento.” Pois há. Tem que haver. Ora, se tivemos que reforçar a verba para que a obra não ficasse deserta, agora temos que meter este dinheiro dentro do Orçamento e felizmente temo-lo. Onde é que está o problema? -----

Na Avenida Montes Hermínios estão lá 50.000 €. Não vamos fazer a Avenida Montes Hermínios?! Ela vai ser feita. Os 50.000 € é um começo. A verdade é que, quando chegar a hora, a obra lá terá a sua dotação e será comprometida porque não vai a concurso sem o comprometimento do valor correspondente. -----

A conversa das estradas – Com todo o respeito mais uma vez por todas e por todos, uma coisa é chegar aqui e dizer assim “sabemos que o Orçamento do Estado não dá às câmaras dinheiro para realização de obras nas estradas de cada município. Mas apesar disso, a União Europeia não dá dinheiro aos municípios para realizarem obras no seu território.” Ora, se não recebemos do Estado nem da União Europeia este dinheiro, temos de ir buscá-lo ao Orçamento, sendo o nosso Orçamento sempre um orçamento prudente, cuidadoso e que procura honrar compromissos. É honrar compromissos e fazer. E estão aí as coisas feitas. -----

Vocês há 2 ou 3 meses, falavam na estrada ali do Ourondinho. Está quase pronta. Está pronta. Deviam pedir desculpa, vir dizer “politicamente, enganei-me. Pensava que vocês não eram capazes de fazer a obra.” Portanto, é o relambório do costume. -----

As coisas fazem-se. Estão previstas no Orçamento. Não adivinhamos guerras, atentados terroristas, COVID's, troikas e temos que nos desunhar para resolver os problemas das pessoas em todas as frentes. -----

Depois, outro relambório: o do Pessoal, que é uma coisa que já é confrangedora. Olhem para o espectro do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Covilhã e veem que foi incorporado no seu seio o dobro dos funcionários que existiam antes de recebermos as competências do Estado. -----

Não é demagogia andarem a dizer “olha a Câmara a lá meter tanta gente”? Estas pessoas estão nas escolas de todo o Concelho. Estamos a falar de 300 e tal funcionários. Desculpem, não brinquem com isto. São coisas sérias. E, a partir do dia 1, vêm os da Saúde que são mais 14 ou 15, se a memória não me atraiçoa. Quando virem entrar os 14 ou 15 dirão “aí vêm os *boys*, a rapaziada com o cartão do PS vai entrar e tal!” -----

Isso é conversa gasta e rota que o Povo não leva a sério. Podem repetir isso mil vezes. E depois, se olharem quem entra, veem gente de todas as áreas e sensibilidades. Nunca discriminei. Que venha o primeiro funcionário da Câmara da Covilhã dizer que viu que o Vítor Pereira diferenciou ou afastou algum funcionário daqui para ali por razões políticas ou coisa que o valha. Não diferencio ninguém e tenho em chefias pessoas filiadas noutros partidos e quando as convidei para essas chefias bem sabia de onde vinham e para onde vão. Respeito as pessoas independentemente dos partidos. Portanto, os que entram que, por coincidência, são do PS, do PSD ou até do Partido Comunista ou do CDS, eu quero lá saber. Quero é que eles sejam competentes. Quero é que trabalhem e que nos ajudem a todos. Isto é uma grande equipa. -----

Depois esquecem-se outra coisa. Aumentou a despesa com o pessoal? Não havia de aumentar se vem para cá o dobro das pessoas que cá estavam? Tinha que aumentar! E ainda tivemos o descongelamento dos salários que estavam congelados do tempo da Troika e tivemos que os ir descongelando. -----

Depois há as atualizações anuais; há o SIADAP e o aumento do salário mínimo. Já tenho dito muitas vezes, e repito aqui mais uma vez, que lamento profundamente que os funcionários da administração local em Portugal ganhem tão pouco. É uma vergonha. Já o disse a vários responsáveis ministeriais e di-lo-ei sempre. Ninguém se governa ou governa bem com tão pouco que ganham. Mas isso é um problema generalizado. Não é um problema do Município da Covilhã.

Passámos de pouco mais de 500 € para 800 e tal euros. Isso é que convém não esquecer e, portanto, isto para dizer que essa conversa não cola. -----

Para terminar, as obras não deixarão de ser feitas como nunca deixaram de ser feitas. Podia estar aqui a enumerar obras, quilómetros e quilómetros de estradas e de ruas que foram requalificadas. Podem dizer “mas faltam muitas.” Faltam, é verdade, mas não as podemos fazer todas. Nem temos dinheiro para tudo. -----

Por conseguinte, a política é a arte do possível e há um Senhor Professor Catedrático da Universidade do Porto, que é um eminente Membro do Partido Social Democrata, que diz que “a política é arte de tornar possível o necessário.” É o que fazemos.” -----

- O Deputado Municipal do CDS-PP, Senhor **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas** pediu o uso da palavra para dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, em defesa da honra, que “tenho muito apreço por si e não me vai levar a mal esta a forma como me vou dirigir-lhe, mas de facto o Senhor no seu discurso ainda agora também eu o poderia acusar da mesma forma que o senhor tentou fazer comigo, até porque os “carecas” não têm a culpa de não ter cabelo e, portanto nesse sentido, Senhor Presidente, é com muita arte também que lhe devolvo aquilo que o Senhor me deu ainda há pouco.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Orçamento para 2024, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS e DMI’s), 3 votos contra (CDU – PCP/PEV) e 6 abstenções (PPD-PSD e CDS-PP)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e ainda o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso)**: “A União de Freguesias Covilhã e Canhoso vota favoravelmente o Orçamento agora apresentado, pois entende tratar-se de um documento fundamental para o desenvolvimento das atividades do Município e, ao contrário de outros, entendemos ser vital a sua aprovação.” -----

Infelizmente, mesmo votando a favor, encontramos no documento o mesmo problema dos orçamentos anteriores: a falta de apoio à maior Freguesia do Concelho que contribui com mais impostos diretos e indiretos. Não somos, obviamente, contra o apoio que tem sido dado a muitas outras freguesias, mas é uma injustiça a falta de apoio à União de Freguesias Covilhã e Canhoso. -

Apesar das dezenas de emails, contactos pessoais e até visitas a instalações, continuamos à espera da urgente intervenção no edifício onde funciona a Junta de Freguesia no Canhoso. -----

Lamentamos também a falta de resposta às nossas solicitações e informações diárias, seja para pequenos assuntos ou para obras e eventos que claramente podiam estar neste Orçamento: -----

– A necessidade de reparação da maioria dos passeios na zona urbana da cidade -----

- A falta de iluminação generalizada. E aqui faço um parêntese: há 3 dias que uma rua na cidade da Covilhã, no Bairro Municipal, está sem luz. A EDP já foi contactada. Estão lá luzes de Natal que não estão lá a fazer nada porque estão totalmente apagadas. Julgo que a Câmara teria técnicos para passarem lá, pelo menos para verem que elas estão apagadas
- A necessidade de reparação na maioria dos passeios da zona urbana da cidade -----
- A falta de iluminação generalizada e muito perigosa junto às passadeiras -----
- A falta de apoio à reabilitação dos parques infantis, ao contrário do que publicamente anunciado pelo senhor Presidente, etc. -----
- Os abrigos de passageiros que o Senhor Presidente também anunciou que iam ser substituídos e lá continuam. Será que ninguém do Executivo, os seus adjuntos, técnicos, etc. do município viram os abrigos que estavam a ser instalados? Não teria sido melhor parar de imediato o mal que se estava a fazer? -----
- As obras da Avenida Frei Heitor Pinto e, posteriormente na Rua da Indústria são obviamente benéficas, mas qual a lógica de terminarem na Ponte Ribeiro de Flandres e não prosseguirem até ao cruzamento dos Pinheiros Altos, como tantas vezes sugerido? E ainda nesta obra, qual a justificação para não ter sido colocado um lugar de cargas e descargas junto a um estabelecimento comercial que abastece dezenas de clientes e para a qual chamamos a atenção antes, durante e após a obra terminada? -----

Infelizmente, a falta de resposta a solicitações ou a simples pedido de esclarecimento é constante, como recentemente quando quisemos realizar a tradicional prova de atletismo e, da parte do Município, não conseguimos obter uma resposta quanto à possibilidade ou não de usar o trajeto habitual por via das obras da Rua da Indústria. -----

Mas esta é apenas uma das várias muitas faltas de resposta e por isso já seria bastante desagradável e pouco institucional. Que dizer da visita a obras na nossa Freguesia sem a Junta de Freguesia ser contactada ou convidada? -----

Para finalizar, e porque estamos num período de partilha e de confraternização, questionamos o por quê da não realização do almoço de Natal dos idosos. Será que já não há vontade ou paciência para estar junto daqueles que tanto deram à cidade e tinham neste dia um momento de alegria e partilha? Esperamos que no próximo ano essa seja também uma realidade e este ano não tivemos.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “A Junta de Freguesia do Tortosendo votou favoravelmente o Orçamento da Câmara Municipal porque 2024 vai ser o ano e na certeza que em 2024 vamos ter o início das obras do posto da GNR do Tortosendo; vamos ter os passeios, conforme Senhor Presidente disse, concluídos desde o TCT até ao Parque Industrial; e também vamos ter o início das obras na Avenida Montes Hermínios, conforme está no Orçamento.” -----

3.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de novembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea *g)* do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea *k)* do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6920 de 27.11.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** fez uma breve apresentação do ponto referindo que o Regulamento em apreço visava “fomentar a reabilitação urbana, a recuperação de casas antigas e beneficiar a indústria, o comércio e o turismo. -----

A proposta prevê, entre outros aspetos, todas as taxas referentes a operações urbanísticas no âmbito das atividades do turismo, comércio e serviços e estas vão ter uma redução de 50%. -----

No que concerne à construção para habitação, está previsto um aumento de 50 para 75% no desconto que é aplicado nas áreas de reabilitação urbana. Nas operações fora das áreas de reabilitação urbana, passará a haver também uma redução, mas aqui é de apenas 50% e que abrange todo o Concelho. -----

Este Regulamento também engloba reduções e o alargamento de benefícios para a indústria e atividades económicas que precisem de realizar operações urbanísticas. As isenções que são aplicadas dentro das zonas industriais passam a incluir as compensações, ou seja, além das estruturas, também vão abarcar operações em zonas verdes e estacionamento. -----

Além disso, as isenções que atualmente só se aplicam dentro das zonas industriais, passam a abranger também as indústrias que estejam fora desses parques, ou seja, não beneficiam só as indústrias que estão dentro dos parques industriais. -----

Assumimos aqui que este Regulamento é importante na medida em que ajuda as famílias que queiram apostar na habitação, bem como atrair e captar mais indústrias, comércio e construção para o Concelho. -----

É mais um sinal de que vale a pena investir e viver na Covilhã.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “A Câmara decidiu olhar para as taxas porque nos anos anteriores havia a atualização automática de acordo com a inflação e os valores da inflação e, como é evidente, quando se mexe e neste caso muito bem na parte em que o Senhor Presidente

da Câmara refere a questão da isenção das reduções, isenções de taxas na área do urbanismo com os objetivos com os quais concordamos. Mas depois verifico na análise comparativa dos valores que na utilização dos equipamentos desportivos existem reduções insignificantes e, no caso da Piscina Praia, até existem aumentos substanciais: as crianças entre os 5 e os 11 anos que passa de 1,70 € para 2,00 €; os adultos, após as 14h00, passa de 2,60 € para 3,00 €; os maiores de 65 anos passa 2,10 € para 2,40 €; e até a espreguiçadeira passa de 2,10 € para 2,40 €. -----

Ou seja, de facto mexeram, reduziram aqui e ali, mas parece-me que nos equipamentos que têm maior utilização, neste caso nos equipamentos desportivos, ... porque reduzir na piscina os efeitos são nulos (porque não temos piscina) e aí podia até reduzir 100% porque não há piscina e ninguém a utiliza, no complexo desportivo praticamente mantêm ali os mesmos valores, com algumas reduções insignificantes. Mas, na Piscina Praia quando no Verão é o único equipamento praticamente que a população da cidade tem à sua disposição como espaço de lazer esses valores parecem-me ser significativos e vão incidir, como é evidente, no rendimento das pessoas e penalizar essencialmente os jovens.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Relativamente a esta questão, apenas ressaltar que o nosso voto será favorável. No entanto, não deixaremos passar a questão, que já foi referida até pelo PCP ainda agora, relativamente a uma das nossas propostas, recomendações e exigências também, que tem a ver com a Piscina Praia e com o preço para os jovens, não esquecendo que ela, para nós, ainda é importante. Julgamos que seria uma condição bastante favorável para devolver equidade àquilo que são hoje em dia também as dificuldades que as famílias têm e que vão ter certamente no ano de 2024 que seria criar a tal taxa para os jovens que foi proposta pela Juventude Popular.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Atendendo a que já nos referimos a este tema na intervenção anterior e acabámos por ultrapassar o tempo, portanto, vamos votar obviamente favoravelmente porque concordamos com aquilo que está definido nesta proposta.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS): (Doc.21)** *“As taxas municipais são instrumento importante a nível das finanças locais, possibilitando a arrecadação de receitas próprias e contribuindo para uma maior autonomia financeira face ao Poder Central.* -----

No entanto, é urgente ir de encontro às necessidades da população, dos nossos covilhanenses. Vivemos situações conturbadas a nível da economia e por isso queremos adaptar e rever as taxas que são implementadas no município da Covilhã. -----

De forma global, verificamos que as reduções e isenções de taxas, nomeadamente no âmbito do urbanismo, podem surtir efeitos positivos na atividade da construção, sendo estas medidas um incentivo à reabilitação urbana, tendo como benefício existir um incremento de tecido empresarial do concelho para atração de novos investimentos. Estamos cientes que a redução e isenção das

taxas urbanísticas é feita de forma sustentada e responsável assente num estudo económico-financeiro. -----

Todas estas reduções e isenções levam a uma redução de receita para a CMC que se estima em cerca de 1 milhão de euros e mais uma vez verificamos aqui que a CMC abdica das receitas “próprias” em prol das famílias, para o seu bem-estar económico, de forma a estimular a sua fixação e a atração de novos investimentos familiares, o executivo quer aumentar a atividade económica no nosso município, auxiliando sempre os covilhanenses.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município da Covilhã** – foi a mesma **aprovada por maioria, com 31 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e DMI’s) e 3 abstenções (CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE IMI PARA O ANO DE 2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas e) e d) do n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6249 de 31.10.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra): (Doc.22)** “*Vem a CMC propor a fixação das taxas de IMI a aplicar no âmbito da cobrança a decorrer no ano de 2024, nos seguintes moldes: -----*

a) Prédios rústicos 0.8%, Prédios urbanos 0.3%, iguais às do ano passado; -----

- b) *Taxas elevadas ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas;* -----
- c) *Majoradas em 30% as taxas a aplicar a prédios urbanos que face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, e como tal, considerados prédios urbanos degradados;* -----
- d) *Majoradas no triplo aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono;* -----
- e) *E uma redução de IMI, com base no número de dependentes, correspondendo a 30, 70 e 140 euros, com 1, 2 e 3 ou mais dependentes.* -----

No essencial mantêm-se as taxas aplicadas no ano transato, com o aumento da redução das taxas aplicadas a prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, em mais 10, 30 e 70 euros, correspondendo ao número de dependentes 1, 2 e 3 ou mais. -----

Em nosso entender, existem ainda lacunas nesta proposta, relativamente a outras que anteriormente já apresentámos: -----

Desde logo, a necessidade de reforçar a fiscalização dos serviços camarários para identificação de prédios urbanos devolutos e degradados e aos prédios rústicos em situação de abandono, sem a qual não há aplicação prática das taxas deliberadas. -----

Uma outra lacuna que identificamos é a inexistência de diferenciação de taxas entre freguesias urbanas, da periferia urbana e as restantes, promovendo por essa via o desenvolvimento harmonioso do concelho e contribuindo para a fixação de pessoas nas freguesias rurais.” -----

- Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP): “Felicitar o Presidente da Câmara e o demais Executivo pelas taxas que aqui nos propõem. Reconhecemos o esforço que foi feito na redução da taxa, sobretudo da redução dos prédios urbanos e dar nota, por um lado, uma preocupação que acho que faz todo o sentido que tem a ver com esta fiscalização, não só os prédios que estão abandonados, mas sobretudo aos prédios rústicos que colocam em risco outros prédios, às suas populações. -----

Obviamente, ver com bons olhos esta majoração à avaliação que é feita aos prédios que estão abandonados, quer sejam urbanos, quer sejam rústicos e, por outro lado, o pedido de incremento desta fiscalização exatamente a esses prédios para melhorar aquilo que é a proteção de todos porque, na prática, reconhecendo esta dificuldade, muitas das vezes, de identificar os proprietários dos respetivos prédios, sabemos que muitos deles, a sua maioria, são indivisas e, portanto, em diversas heranças e muitos dos proprietários ausentes do país. Mas acho que era um bom sinal que esta Câmara dava se conseguisse efetivamente aumentar essa fiscalização sobre esses prédios e conseguisse inclusivamente que esses proprietários, fizessem pelo menos as limpezas a que estão obrigados, sobretudo nos prédios rústicos; mas também a proteção às pessoas e bens nos prédios urbanos abandonados, como aquele caso que, por exemplo, aqui comentámos há bocadinho do prédio urbano em frente a um espaço comercial que queremos todos que não rua, que não caia, mas que efetivamente se apresenta como risco. E, portanto, achamos que, independentemente a

quem pertence esse bem, deva ser exatamente fiscalizado e majorado esse IMI.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Sobre o IMI, também já tínhamos feito uma apreciação, no entanto, queria referir um ponto que tem a ver com uma análise que já foi feita hoje nesta Assembleia, com a análise de alguns dados estatísticos referentes ao aumento do IMI. -

Queria recordar que o IMI incide sobre o valor patrimonial tributável e, por iniciativa da AT e obviamente do Governo, foi feita uma reavaliação do valor patrimonial dos imóveis, o que leva consequentemente ao aumento do IMI. -----

Portanto, já hoje aqui ouvimos falar exatamente desse aumento, da progressão e a análise de dados estatísticos num horizonte temporal alargado, sem ter cuidado com os meios ou com as razões que levaram ou que tiveram no intervalo referido, pode levar a interpretações erradas e, portanto, eu gostava de deixar isso claro. -----

Quer o IMI quer o IMT podem aumentar o valor orçamentado, recebido e coletado apenas e só por via do aumento do valor patrimonial tributável, o que não significa que o próprio coeficiente aumente – o coeficiente pode ser o mesmo. -----

Já nos pronunciamos também no ponto 3.4 acerca do IMI e, portanto, votaremos favoravelmente este ponto.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS): (Doc.23)** *“A proposta aqui apresentada por parte do executivo na fixação de IMI permite-nos manter o cumprimento da promessa feita por parte do executivo em 2018, reduzir o imposto até ser atingido a taxa mínima legal, os 0,30%, que foi aprovado nesta assembleia no ano antecedente e assim se manterá para benefício de todos os covilhanenses.* -----

Tenhamos consciência que esta proposta vai de encontro as necessidades das famílias e empresas, de forma aliviar a carga fiscal que lhes é inculcida anualmente. -----

Numa altura em que verificamos o agravamento das condições económicas decorrentes de conflitos, aumento de inflação, aumento com taxas de juros é muito importante aliviarmos as famílias covilhanenses, promovendo-lhes este refolgo fiscal. -----

Por estes motivos apresentados, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente na proposta de fixação da taxa de IMI 2023 a aplicar no âmbito da cobrança de 2024.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “está aqui bem patente a forma como gerimos também financeiramente o município e que tem obviamente reflexo noutros setores da nossa atividade ou nos outros sectores, na economia em geral, na proteção das famílias mais desfavorecidas, ... Também queria e gostava de ir mais além e que, em vez destas deduções aqui para as famílias mais numerosas, pudéssemos ir mais além. Mas é o possível. É que não podemos, por um lado, prescindir totalmente de receita e também querer fazer obra quando não temos o tal

dinheiro que nem vem na Europa, nem vem do Orçamento do Estado. Portanto temos que gerar aqui um equilíbrio. -----

A questão do valor patrimonial e do coeficiente é uma velha questão. Eu era deputado há um mês e lembro-me de confrontar o então Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que era aqui de Caria, o Dr. Tomás, um reconhecido Professor do ISCTE, exatamente com situações daqui da Covilhã em que na mesma rua, de um lado havia um coeficiente, do outro lado da rua o coeficiente era diferente. Ou seja, uns vizinhos são mais iguais do que os outros. E, portanto, são assimetrias fiscais que têm que ser corrigidas. Se há organismo que em Portugal funciona muito bem é a Autoridade Tributária, mas houve um rosto visível que lhe deu ânimo e vida que é o atual Presidente da Caixa Geral de Depósitos que foi extremamente eficaz, inteligente, organizado e que pôs a Autoridade Tributária a funcionar de forma muito oleada. -----

A nossa governação é tão má que conseguimos pagar uma dívida tão expressiva e tão volumosa, nós que somos maus gestores, e os bons gestores não podem baixar os impostos.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2023 a aplicar no âmbito da cobrança a ocorrer no ano de 2024:** -----

- **Prédios Rústicos: taxa de 0,80%** -----
- **Prédios Urbanos: fixação da taxa de 0,30%** -----
- **Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 112.º do CIMI e das taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 sejam elevadas, anualmente, ao triplo nos casos:** -----
 - **Prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio;** -----
 - **Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas.** -----
- **Ao abrigo do disposto no n.º 8 do art.º 112.º do CIMI, que a taxa aplicável a prédios urbanos que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, e como tal, considerados prédios urbanos degradados, seja majorada em 30%;** -----
- **Ao abrigo do disposto no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI, majorar no triplo a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido. (Considerando-se em ruína o edifício que desmoronou ou foi demolido no todo ou em parte e que mantém total ou parcialmente as fachadas exteriores e/ou paredes resistentes (mestras), no qual se tornou impossível a utilização para o fim a que se destinava e cuja reparação/reconstituição apenas é possível por via de reconstrução (deverá considerar-se a definição de reconstrução constante do RJUE, na redação em vigor à data da aplicação no Concelho);** -----

- **Ao abrigo do disposto no artigo 112.º-A do CIMI, que fixa o regime do IMI aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, na redação aditada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a fixação de uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, nos seguintes termos: -----**
 - **1 Dependente a Cargo - 30€ -----**
 - **2 Dependentes a Cargo - 70€ -----**
 - **3 ou mais Dependentes a Cargo - 140€ -----**

foi a mesma **aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e DMI's) e 3 abstenções (CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Apenas para dizer que esta redução de IMI e qualquer redução de IMI não é só um esforço da Câmara Municipal. É também um esforço de todas as Juntas de freguesia que veem as suas receitas diminuídas.” -----

3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6247 de 31.10.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra): (Doc.24)** *“Vem a CMC propor a fixação da Derrama em 1% e a redução para 0,1% aos sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000€, com o fundamento de fomentar a economia local atendendo à crise económica que atualmente se verifica.* -----

Vem ainda, implementar a isenção da derrama, aos sujeitos passivos, independentemente do volume de negócios, com sede social no Município da Covilhã, que se configure como a delimitação do âmbito subjetivo da aplicação da isenção. -----

Para nós, o essencial em matéria de fixação de derrama, reside na aplicação de uma taxa capaz de se constituir como uma importante receita para o Município que pode ser canalizada para o investimento no desenvolvimento da economia local, devendo ter em conta uma taxa reduzida ou mesmo uma isenção para as micro e pequenas empresas, -----

O facto de todas as empresas com sede social no Concelho da Covilhã, com esta proposta, ficarem isentas de derrama, faz com que o Município não arrecade um montante de 450.000€. -----

Recorde-se que esta taxa é aplicada depois de contabilizadas todas as receitas e todas as despesas, ou seja, é aplicada aos lucros efetivos das empresas, consistindo então numa taxa aplicada a empresas economicamente e financeiramente saudáveis, podendo constituir-se como uma importante fonte de receitas aplicada a entidades que podem para ela contribuir. -----

Vejamus a contradição existente nesta proposta: -----

Paga mais uma empresa da região, que tenha as suas instalações e desenvolva a sua atividade no Concelho da Covilhã, mas que tenha sede em Belmonte ou no Fundão, concelhos vizinhos, e que tenha um volume de negócios superior a 150.000€, por muito pequeno que seja o seu lucro, que uma empresa que tenha sede social no concelho, que tenha um volume de negócios de mais de 150 mil euros e tenha lucros de milhões de euros. -----

Portanto, não nos parece razoável a proposta que aqui é apresentada. É uma proposta que é demagógica, que não traz grande acrescento ao desenvolvimento económico e social do Concelho da Covilhã.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** *“Uma das medidas que andamos a falar sempre para fazer parte de um dossiê do investidor era exatamente a isenção de derrama no sentido de termos uma fiscalidade municipal que fosse não só do Município da Covilhã, mas que fosse, se quiser, da Cova da Beira ou da Beira Interior porque fazia todo o sentido. E só fazia esse sentido para evitar exatamente que empresas deslocassem a sua sede para concelhos limítrofes por aí não haver derrama, enquanto no Município da Covilhã havia derrama.* -----

Neste sentido, parece-nos bem e obviamente que vamos votar favoravelmente nesta medida, atendendo a que era muito fácil as empresas deslocar a sua sede para o Fundão e tivemos alguns exemplos desses e particularmente, dir-lhe-ei mais empresas que mudaram a sua sede para o Município do Fundão porque aí não havia derrama, enquanto no município da Covilhã havia

derrama e, portanto, obviamente que é uma das medidas que serve de atração de investimento, é um valor de imposto reduzido, nem que seja numa primeira fase ou que seja com alguns limites. – E temos como exemplo, não municipal, mas sim nacional, uma taxa de incentivo à interioridade que reduz a taxa de IRC para os primeiros 50.000 € de matéria coletável para 12,5%. Isto não acontece por acaso. Se são medidas que, de facto, trazem investimento, obviamente que temos que ser favoráveis a elas e, portanto, votaremos a favor desta medida.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “quem tiver sede/empresa na Covilhã não paga derrama e as outras pagam o mínimo. -----

Para responder ao Senhor Presidente Marco Gabriel, o aparente paradoxo que quis evidenciar resolve-se facilmente: é mudar a sede para a Covilhã. Está o problema resolvido.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)**: Esclareceu que “a derrama é calculada no anexo da declaração de impostos das empresas, onde as empresas têm que declarar qual é o volume da massa salarial que é paga em cada um dos concelhos e, como tal, é aplicada a derrama em função da massa salarial que é afetada a cada um desses concelhos. Portanto, se a empresa está em Castelo Branco e está na Covilhã, a massa salarial paga em Castelo Branco tem um valor e a massa que está na Covilhã pode não ter nenhum desses valores.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Fixação da taxa normal de Derrama para o ano 2023 em 1,00%; Redução da taxa de derrama, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00€ para a taxa de 0,10% com o fundamento de fomentar a economia local atendendo à grave crise que atualmente se verifica; e isentar de derrama os sujeitos passivos, independentemente do volume de negócios, com sede social no Município da Covilhã, que se configura como a delimitação do âmbito subjetivo de aplicação da isenção*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 31 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e DMI’s) e 3 votos contra (CDU - PCP/PEV).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO NO ANO DE 2024 DA TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6248 de 31.10.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra): (Doc.25)** *“Depois de muitos anos em que a Câmara Municipal arrecadou receita paga pelos utilizadores de gás, que deveria ser paga pela empresa concessionária. -----*

Houve inclusivamente durante alguns anos, a penalização dupla aos consumidores, através da aplicação de duas taxas: uma coerciva retroativa para compensar a empresa dos valores pagos ao Município em anos anteriores pela gestão PSD e outra aplicada por esta Câmara Municipal. -----

Após várias intervenções e propostas do PCP sobre esta matéria, nomeadamente a proposta simples de “enquanto a Beiragás não concluir a cobrança da taxa que não recebeu, mas que pagou antecipadamente ao Município, a Câmara Municipal não deveria sobrecarregar a população com mais taxas de ocupação do subsolo”. Em boa hora a CMC anuiu à proposta do PCP. -----

Mas falta ainda que em sede de legislação nacional se clarifique de uma vez por todas que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e a Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo só podem ser pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** *“Apenas para dizer que já há algum tempo aqui nesta Assembleia a falar deste assunto, finalmente é aplicado e, portanto, dizer que já não era sem tempo.” -----*

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** *“Queria apenas fazer um esclarecimento: a suspensão da TOS que aprovamos e andámos a reivindicar antes da sua primeira aplicação e que reiteramos mais uma vez, louvamos e aprovaremos, e para responder a uma confusão que me parece ter sido aqui levantada, não invalida que os Covilhanenses à data de hoje não paguem a TOS porque, se formos -----*

cada um de nós ver a sua fatura, continua a estar lá. Isto devido aos efeitos retroativos do pagamento à empresa em causa. -----

Acho que houve aqui uma pequena confusão quando se falou da suspensão e do relativo pagamento porque os clientes continuam a pagar TOS. Está é suspensa a cobrança do próximo ano em causa, não a dos retroativos em si. -----

Já agora, uma sugestão à Câmara: não sei se tem solução, mas já a fiz aqui uma vez e na altura o Senhor Presidente esqueceu-se de responder se era possível ou não e volto a fazer essa questão. Sei que é difícil, do ponto de vista de aplicabilidade prática, empírica, mas só deveria ser cobrado o valor retroativo da taxa de ocupação do subsolo que tem de ser paga à empresa aos munícipes que na altura a deviam. Alguém que não vivesse na Covilhã nessa altura não tem hoje que estar a pagar uma taxa com efeito retroativo referente a um período que não se aplicava a essa pessoa que não vivia cá. -----

Sei da dificuldade da aplicação prática, mas estamos a falar de uma questão de justiça social, de princípio da igualdade, como o Senhor Presidente saberá melhor que eu, artigo 13.º da Constituição da República.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “a isenção está suspensa e isto diz bem da nossa governação. Isto é o reflexo e um índice de boa governabilidade e de boa governança autárquica. -----

Convém fazer aqui um bocadinho de história da TOS. -----

A taxa foi aplicada e decidida por esta Assembleia em 2005. -----

A Beira Gás contestou isso em tribunal. Veio dizer: “não temos que pagar nada.” -----

Em 2012, a Beira Gás foi condenada a pagar 3,2 milhões € e o que é que isso significa? Com o pagamento, a Beira Gás ganhou o direito de fazer repercutir nos consumidores o valor referido mais a taxa cobrada. Era a taxa normal mais aquilo a que foi condenada – a conhecida condenação do tribunal. -----

Em junho de 2013, quase há 10 anos, antes das eleições (como a história é tão gira), o meu ilustre antecessor propôs a suspensão da taxa, era meu colega de Executivo o Dr. Pedro Farromba, e votámos todos. O meu ilustre antecessor suspendeu a taxa por 18 meses. No entanto, os Covilhanenses continuaram a pagá-la na mesma. Era óbvio. -----

Só que em 2012 o Município da Covilhã aderiu ao PAEL e o Programa não permitia que se reduzissem as taxas. E esta não era possível reduzir. Portanto, votámos aqui uma coisa impossível, mas votámos de boa-fé. -----

A Câmara, portanto, tinha e tivemos aqui um problema durante muito tempo. Os Covilhanenses, na prática, estão ainda a pagar a sentença e a pagar este valor. Era para ser pago, progressiva e paulatinamente, até finais de 2023, mas parece-me que a Entidade Reguladora ainda prorrogou isto porque, entretanto, tivemos o Covid, temos a inflação, ... e portanto é algo onde não podemos influir. -----

E depois há aqui uma coisa que não nos podemos mesmo esquecer e este é o problema da TOS também: é comparar uma rua com 500 metros de comprimento, onde estão 100 ou 200 fogos, como acontece na nossa cidade, ou no Teixoso ou no Tortosendo, e outro é no Barreiro ou em Almada onde, nesses mesmos 500 metros, estão 1000 ou 2000 pessoas. E, portanto, é o problema da diluição do valor. Pagamos mais infelizmente e isto é mais outra penalização para o interior. Pagamos mais porque temos menos gente e, se tivéssemos mais gente, o valor da taxa era mais baixo. São assim que funcionam as coisas.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Suspensão da Aplicação no Ano de 2024 da Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo** – foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REVISÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de dezembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e nos termos previstos no disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea *ccc*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 266/23 de 15.12.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

-- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que referiu que “*Em Junho de 2019 a Câmara e a Assembleia Municipal da Covilhã aprovaram a atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais, Diz-nos a proposta hoje apresentada que “ao longo destes 4 anos, se verificaram necessidades de adaptação dos serviços a novos desafios e atribuições tendo entrado em funcionamento novas estruturas/serviços que importa enquadrar”.* -----

Reconhece agora a CMC que a estrutura organizativa é o documento mais importante de qualquer organização já que o mesmo define o conjunto ordenado de responsabilidades diretamente ligado à sua estratégia. -----

É paradigmático que esse reconhecimento chegue agora, depois de este executivo ter mantido a mesma estrutura de 2013 a 2019, e portanto a mesma ligação estratégica, a mais de 20 anos de gestão PSD/Carlos Pinto. -----

Aliás, percebemos agora, aquela breve passagem de um vereador eleito pelo Movimento Acreditar Covilhã a quem foi retirada a confiança política, e que foi durante uma meia dúzia de meses, vereador com o pelouro do planeamento estratégico no executivo minoritário do Partido Socialista, sem nunca ter alterado este tal documento mais importante de qualquer organização. -----

De qualquer forma, mais vale tarde que nunca: -----

A proposta apresenta 4 departamentos municipais, direção de 1º grau, 18 Divisões, de 2º grau, 1 direção intermédia, de 3º grau e 17 subunidades orgânicas. -----

Atento o Regulamento da Estrutura Nuclear da CMC, observámos e perguntamos: -----

Em relação aos Órgãos e Comissões, -----

A existência do Órgão do Provedor do Município do Concelho da Covilhã -----

É legítimo questionar nesta Assembleia se o mesmo ainda existe, uma vez que nunca mais tivemos conhecimento da sua atividade. -----

Sobre a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, -----

Não conseguimos identificar os recursos humanos necessários nem os existentes, ficando sem saber se estará acautelado o seu efetivo reforço para fazer face às necessidades que esta Assembleia observou aquando da apresentação do seu último relatório. -----

Sobre a Comissão de Coordenação e Controlo -----

Importa assegurar a verdadeira coordenação entre os vários Pelouros, Direções, Divisões, nomeadamente entre o Departamento de Obras e Planeamento e a Divisão de Urbanismo, por forma a evitar situações de conflito de interesses de privados com a estratégia municipal de ordenamento do território. -----

Quanto à Estrutura Nuclear, observa-se: -----

Que a organização interna dos serviços do Município da Covilhã obedece ao modelo de estrutura hierárquica, opção única que deixa de parte outros modelos de estrutura organizacional, como a funcional ou matricial ou ainda um modelo que conjugasse modelos mais horizontais, em rede, por processos, projetos ou até geográficos. -----

Que se encontram definidos 4 departamentos, que se constituem como unidades fixas, a saber: ---

a) O Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica (DAGCJ); -----

b) O Departamento de Finanças e Modernização Administrativa (DFMA); -----

c) O Departamento de Obras e Planeamento (DOP); -----

d) O Departamento de Educação, Cultura, Ação Social e Desporto (DECAD). -----

E que a grande maioria das unidades serão unidades orgânicas flexíveis, num total de 19 e um terço destas não estão integradas em Unidades Orgânicas Nucleares, nenhuma delas dedicada ao trabalho com as Freguesias. -----

Constata-se portanto, a existência de uma estrutura demasiadamente flexível para aquilo que são serviços permanentes, ficando a sua criação, alteração e extinção, apenas dependente de deliberação da Câmara Municipal, não passando pela Assembleia Municipal. -----

Quanto ao Mapa de Pessoal -----

Para a revisão da Estrutura Orgânica agora proposta, propõe-se de igual forma o acrescento de 151 novos postos de trabalho, correspondendo este número a 23% de aumento relativamente aos 661 postos de trabalho já ocupados. -----

Esperamos, a par da sustentabilidade financeira necessária que este reforço do quadro de pessoal se faça dentro do que a lei estipula e que o objetivo seja apenas o do reforço da capacidade operacional, da qualidade e eficiência dos serviços.” **(Doc.26)** -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “o fundamento e a razão de ser desta alteração à estrutura orgânica do serviço é a necessidade de adaptar os mesmos serviços aos novos desafios e os desafios estão aí permanentemente. A vida autárquica em Portugal nunca foi tão dinâmica como o está a ser agora. -----

Ser presidente de Câmara hoje, ou vereador hoje ou no que diz respeito à Assembleia Municipal... há um acréscimo de volume de trabalho. Mas aqui não é só um problema de acréscimo de volume de trabalho. É um problema que tem a ver com a responsabilidade, com o suporte e fundamento das decisões que são cada vez mais escrutinadas. -----

Não sou médico, não sou professor, sou advogado, mas não posso exercer essa função, nem tão pouco sou especialista em Direito Administrativo e, portanto, temos aqui um problema sempre. Estou farto de dizer que temos que alterar o sistema de governo local, mas o serviço, até lá, temos que ser flexíveis. -----

Já pedi até desculpa aos meus colegas de Executivo, dizendo-lhes que provavelmente, lá para março ou abril, estaremos aqui novamente a mexer nesta estrutura orgânica porque o dinamismo destes ajustamentos é enorme. Temos que ganhar eficiência e para se ganhar esta eficiência tem que haver uma grande articulação, tem que haver aqui gente a partilhar. -----

Por exemplo, o Eng.º Jorge Vieira está sempre carregadíssimo de trabalho (Obras e Planeamento) – às 02:00 horas da manhã está a despachar. Não pode ser. Isto é desumano. Temos que partilhar mais funções e tenho a certeza que ele é o primeiro a concordar que o próprio serviço dele deve ser alterado porque tem demasiada carga em cima dos ombros, para não falar nos outros senhores diretores e chefes de serviço. -----

Temos que nos ajustar. A realidade é esta. É como o Orçamento que também é muito dinâmico. --

Já agora, que fique bem claro que o Provedor não é nenhum órgão. Ele é designado pela Assembleia Municipal. -----

A natureza e a estrutura, que é hierarquizada, não foi alterada. Não houve aqui alterações. Houve apenas ajustamentos à nova realidade.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revisão da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 25 votos a favor (PS e DMI's) e 8 abstenções (PPD/PSD, CDS-PP e CDU - PCP/PEV)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA (PAESC)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de novembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea *ccc*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6921 de 27.11.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “A consciencialização ambiental para a ação climática está na ordem do dia. -----

Ainda há pouco tempo terminou mais uma cimeira do clima onde o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, mais uma vez, apelou à necessidade urgente de ação no combate às alterações climáticas, apelando à necessidade imperativa de adoção de medidas e ações e medidas à escala global que reduzam as causas, limitem o aumento e previnam os impactos das alterações climáticas. -----

É necessário reduzirmos a quantidade de gases com efeito de estufa e carbono na atmosfera e adaptarmos o país para os efeitos negativos que as alterações climáticas terão nos ecossistemas e na qualidade de vida da população. -----

A mudança depende da ação e do empenho de todos os Estados e de todos os cidadãos. -----

A Europa e o Estado Português têm disponibilizado incentivos e mecanismos que estimulem a transição energética e contribuam para as metas climáticas. -----

Ao nível municipal, também o Município da Covilhã, consciencioso da necessidade de ação nesta matéria, aderiu em 21 de abril de 2021 ao Pacto dos Autarcas para o Clima e a Energia, uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia para ajudar os municípios e as regiões a cumprirem os objetivos da União Europeia em matéria de clima e energia, designadamente atingir a neutralidade climática até 2050. -----

Ao aderir a esta iniciativa, o Município da Covilhã assumiu um conjunto de compromissos, entre os quais a elaboração do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima que se encontra nesta data para a aprovação desta Assembleia Municipal, bem como a respetiva monitorização que será efetuada até 2031. -----

O PAESC define um conjunto de medidas de sustentabilidade energética e climática que tem como objetivo o cumprimento de outros compromissos assumidos na adesão do Pacto dos Autarcas, designadamente a redução de pelo menos 55% das emissões de CO2 até 2030, a redução da pobreza energética e a criação de uma visão a longo prazo para alcançar a neutralidade climática até 2050. -----

Conforme consta no documento, o Município da Covilhã até 2021 já alcançou uma redução do consumo total de energia de cerca de 23% e uma redução de emissões de CO2 de 35%. Contribuíram para esta redução um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Município da Covilhã nos últimos anos como, por exemplo, a otimização da iluminação pública, substituição das luminárias por tecnologia LED, otimização de iluminação a edifícios públicos como, por exemplo, o edifício dos Paços do Concelho, o Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo, o Centro de Inclusão Social da Covilhã, o Museu da Covilhã, o Teatro Municipal, o Mercado Municipal e as escolas do 1.º Ciclo que foram recentemente intervencionadas, a aplicação de sistemas integrados de gestão de energia e a instalação de temporizadores e sensores de presença, a execução de obras com vista à melhoria de eficiência energética como, designadamente, nos bairros de habitação social e nalgumas escolas. -----

Outras iniciativas que se encontram em curso também irão contribuir para o cumprimento destes objetivos como é o caso da recente aquisição de viaturas elétricas, autocarro e veículos ligeiros, a implementação de rede de bicicletas elétricas e a criação de redes de posto de carregamento para viaturas elétricas. Contudo, nos próximos 7 anos, outras medidas deverão ser adotadas para que se cumpram os compromissos assumidos. -----

O PAESC, que se encontra hoje em aprovação, propõe um conjunto dessas novas medidas de ação, através das quais será possível atingir as metas fixadas pela União Europeia e que certamente tornarão o nosso Concelho ambientalmente mais sustentável, em especial para as gerações futuras. -----

Por esse motivo, iremos votar favoravelmente este ponto.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV):** “O Pacto de Autarcas para o Clima e Energia tem como objetivos e pilares, até 2050, concretizar um futuro de cidades descarbonizadas e resilientes com acesso a energia acessível, segura e sustentável. Para tal, os autarcas europeus, que assinaram este pacto, continuarão e pugnarão para: -----

- 1 - Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no território; -----
- 2 - Aumentar a resiliência e prepararmo-nos para os impactos adversos das alterações climáticas; -----
- 3 - Combater a pobreza energética como uma ação fundamental para garantir uma transição justa. -----

A justiça está inerente a todo este processo de transição energética. -----

Concluindo, os três pilares de compromisso dos signatários são: -----

- Reduzir as emissões de gases de efeito de estufa em 55% até 2030; -----
- Fortalecer a resiliência do território; -----
- Aliviar a pobreza energética. -----

Sobre este último pilar, nada foi estudado, referido ou avançado no plano de ação agora em apreciação. Apenas é referido que na sessão presencial do dia 17 de agosto, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, foi abordado este tema pela audiência. -----

Também nada é referido sobre algumas boas iniciativas e concretizações tidas pela comunidade, nomeadamente a escolar, sobre estas matérias. -----

O documento em análise parece-nos bem elaborado. O diagnóstico e a metodologia utilizada estão devidamente fundamentados e o plano de ação multicritério também nos oferece alguma sensatez e conhecimento, quer na mitigação quer na adaptação, embora sobre algumas estratégias na mitigação temos uma visão diferente, pois a que temos está principalmente alocada ao interesse público e não ao interesse privado. -----

Falta nesta proposta de PAESC, de facto, a questão do combate à pobreza energética e essa questão para nós é indissociável de qualquer plano que queira mesmo a ação para a energia sustentável e o clima de acordo com o assumido em 21 de abril de 2021 pelo Município da Covilhã, quando aderiu ao Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia da Comissão Europeia.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “O Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima – PAESC faz parte do Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia, que é uma iniciativa lançada em 2008 pela Comissão Europeia de adesão voluntária, disponível desde 1 de novembro de 2015. ----

O PSD congratula o Município da Covilhã por ter formalizado a adesão a este pacto, através da assinatura de um documento de compromisso de redução de pelo menos 55% de emissões de CO2

até 2030, redução da pobreza energética e criação de uma visão a longo prazo para alcançar a neutralidade climática até 2050, através de uma transição justa. -----

No plano de ação, o Município da Covilhã diz que vai desenvolver diversas ações de mobilização de agentes locais, empresariais, sociais e institucionais com especial atenção à população escolar, reconhecendo o importante papel das crianças e jovens na sensibilização da sociedade o que, no global, está correto, mas vago, atendendo a que não discrimina as medidas ou ações a desenvolver para o efeito. -----

Na metodologia é definida uma estratégia para a transição energética e enumera diversas fontes ou formas de produção de energia renovável conhecidas por todos nós. Há algumas que nem se podem aplicar ao concelho, mas que são referidas como se fossem possíveis, como é o caso da geotérmica, ondas e marés e centrais hidroelétricas de fio de água. -----

Não há uma quantificação dos montantes da energia a produzir no futuro. -----

Na descarbonização do sector de transportes é referida a substituição da frota de transportes públicos a combustíveis fósseis por viaturas elétricas ou hidrogénio, embora não se saiba se a atual concessionária dos transportes públicos urbanos o vai fazer na presente concessão. -----

As bicicletas elétricas, que já fizeram correr tanta tinta nas ruas da Covilhã, ainda continuam nos armazéns da Câmara Municipal. -----

Na mobilidade partilhada é referida a elaboração e implementação de estudo de otimização de circuitos de rotas de transporte público em colaboração com a entidade concessionária, só que ainda não sabemos se o estudo já está feito ou, pelo menos, quando é que será implementado. Na mobilidade partilhada, não será mais económico ter maior frequência de transportes públicos, com autocarros mais pequenos e horários adequados à população estudantil, comércio e serviços? É uma pergunta que fica. -----

Na otimização da gestão de resíduos, ainda há um longo caminho a percorrer, quer na sensibilização da população em geral, quer na colocação, em número adequado e acessível, de pontos de recolha de resíduos recicláveis. -----

Em matéria de transportes, muito nos apraz saber que a Covilhã está bem situada geograficamente com acessos fáceis dentro do país, mesmo sem ter o IC6 e sermos servidos pela CP através de um alfa pendular ou comboio de maior velocidade. -----

O PSD faz votos para que este plano não seja apenas um caderno de boas intenções e que, de facto, haja uma execução do mesmo para bem da Covilhã e do clima.”-----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)** – foi a mesma **aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e DMI's) e 3 abstenções (CDU - PCP/PEV)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Dra. Cátia Vanessa

Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV):** “O PCP abstém-se nesta proposta de Plano de Ação por considerar que, dos 3 eixos que tem contemplar um plano deste, falta um que para nós é essencial que é o combate à pobreza energética, que não está contemplado e, como tal, abstemo-nos.” -----

3.11 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE 4.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA E VERSÃO FINAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de novembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea *h)* e *r)* do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6922 de 27.11.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV):** “O PCP aqui nesta Assembleia Municipal sempre se manifestou contra o que foi assumido pelo Plano de Urbanização da Grande Covilhã. Justificámos na altura, várias vezes, o porquê e continuamos a fazê-lo de cada vez que foi alterado. E estas sucessivas alterações, e algumas não foram de reduzida importância, só comprovam que realmente tínhamos razão ao considerá-lo, na altura, desajustado ao desenvolvimento e valorização do nosso território, desajustado às pessoas. -----

Nesta quarta alteração em análise, parte da sua matéria tem a ver com ajustamentos ao quadro legislativo em vigor, mas há outros itens que decorrem de vontade política, sendo alguns aspetos, esta visão plasmada no documento, mais próximos do que consideramos benéficos para o território da Covilhã e para quem cá vive e trabalha. -----

Por exemplo, só com pessoas se pode defender o nosso património, seja ele cultural, educativo ou natural. Não podemos cegamente afastar as pessoas do território. -----

A realidade dos nossos lugares não é a mesma do litoral e esta especificidade poderá, em nosso entender, constituir uma forma privilegiada de conseguirmos manter e atrair população e investimento (ninguém falou disto há umas horas). -----

Mas a proposta de quarta de alteração do PUGC continua refém de algumas ideias antigas que, já se vê, vão aparecer no PDM. Estamos mesmo a ver isso. Uma dessas ideias é manter o UOPG 1, por exemplo, estreita e com isso dezenas de pessoas ficam fora da possibilidade de viverem sem sobressaltos na terra que sempre conheceram. Essas pessoas estão cá. São de cá, mas continuam a ficar de fora. -----

Diminuiu-se a área de intervenção do PUGC e deixam se, no entanto, de fora núcleos populacionais inteiros com tanto para resolver. Por exemplo, a Atalaia do Teixoso. -----

Outra questão é ter sido retirado da proteção património imóvel tão importante como a Fábrica Velha, mais conhecida como Fábrica Campos Melo e a Quinta do Prado. E perdemos mesmo, definitivamente, o conjunto industrial da Fonte do Lameiro, o Tinte Velho. Ficam assim perdidos ou sem proteção valores históricos, patrimoniais e culturais que tanto poderiam ajudar a desenhar futuro.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Não vou repetir algumas das coisas que ia dizer que já foram mencionadas pelo PCP e que subscrevemos quase integralmente, mas gostava aqui de reiterar que, além das obrigações legais, isto significa, mais uma vez, um falhanço na revisão do PDM – atrasos consecutivos. Já referimos atrás e também foi dito que isto é um dos principais problemas para a Covilhã para a atração de investimentos. -----

Não temos outra forma de votar este documento que não seja contra porque, por um lado, restringe o crescimento do Concelho, por outro, é um atentado à liberdade individual e, em terceiro, é a prova que a própria Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional vem confirmar a falência do Partido Socialista em fixar população no Concelho da Covilhã. -----

Estamos aqui há demasiado tempo com alterações ao Plano de Urbanização da Grande Covilhã, esta é a quarta, quando já podíamos ter resolvido uma série de problemas com o PDM e outras que nestes planos de alteração não estão tão bem resolvidas. Eu posso lembrar, mas imagino que a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso possa mencionar, as várias propostas que já aqui fizeram neste órgão e que não estão ainda contempladas neste documento e que denota, pelo menos, uma displicência total para com os senhores Presidente de Junta de Freguesia e a resolução dos problemas da Grande Covilhã.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Esta alteração tem como objetivo dar cumprimento a uma imposição legal de se proceder, até 31 do presente mês, à incorporação de novas regras de classificação e qualificação do solo, definidas na sequência da publicação da nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo e da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

Referir que este último diploma veio ainda prever um conjunto de sanções para os municípios incumpridores, designadamente a suspensão do direito de candidaturas a apoios financeiros comunitários ou nacionais e a impossibilidade de decidir e executar operações que impliquem a ocupação, uso ou transformação do solo, como é o caso das operações urbanísticas. -----

Esta alteração legislativa operou assim uma profunda reforma no regime de classificação e qualificação do solo, eliminando a categoria operacional do solo urbanizável ou cuja urbanização seja possível programar. A classificação do solo ficou assim reduzida a solo urbano ou solo rural, passando a obedecer ao cumprimento de um conjunto de critérios definidos para este fim. -----

Esta reforma constitui uma verdadeira alteração de paradigma da classificação do solo que se encontra relacionada com a Estratégia Nacional de Redução de Excesso da Área de Expansão Urbana, como incentivo à reabilitação do edificado já existente e aproveitamento racional e eficiente do solo enquanto recurso natural escasso. -----

A expansão urbana encontra-se agora condicionada à prévia programação e será concretizada nos termos previstos na legislação, através de planos de pormenor. -----

A versão da quarta alteração do presente Plano resulta de análise rigorosa dos critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que foi concretizada nas fichas anexas ao relatório do Plano sobre a qual foram emitidos e concertados pareceres com as entidades representativas dos interesses a ponderar e resulta da ponderação das sugestões e reclamações ou observações recolhidas na fase de discussão pública, conforme resulta do respetivo relatório de ponderação. -----

Esta alteração ao Plano procede à reclassificação de cerca de 400 hectares de solo urbano em solo rústico, mas ainda assim um valor inferior ao aumento do solo urbano que ocorreu com a entrada em vigor desse Plano em 2010, relativamente ao que se encontrava previsto no Plano Diretor Municipal. -----

Na verdade, são 400 hectares de solo urbano que, ao longo dos últimos 13 anos de vigência do Plano, tinham capacidade edificatória, mas não foram objeto de construção e ou urbanização. Tal facto apenas corrobora com os motivos que levaram a referida reforma legislativa, uma vez que facilmente se conclui que o Plano tem solo urbano disponível em excesso, fator que contribui para uma ocupação dispersa com as consequências ambientais, económicas e sociais que daí podem advir. -----

Em todo o caso e para finalizar, a classificação de terrenos deste Plano ou em qualquer outro plano como solo rústico, não determina que os mesmos fiquem *ad eternum* com essa classificação, uma vez que poderá ocorrer uma reclassificação para solo urbano através da elaboração, alteração ou revisão de planos de pormenor com efeitos registais, bastando para tal que a sua execução seja física e financeiramente programada e que seja comprovada a sua necessidade para um desenvolvimento ambiental, patrimonial, económico e social sustentável. -----

Por este motivo, o Partido Socialista votará favoravelmente neste ponto.” -----

- **Dr. António Pedro Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Corroborando aquilo que já foi dito pelos colegas do PSD, aquilo que temos para dizer é que, ao fim destas alterações todas, continuamos a aplicar “pensos rápidos” nesta situação, a enganar as pessoas e a correr atrás do prejuízo. -----
Já podíamos ter um de última geração e continuamos neste. Portanto, o nosso voto será contra.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “temos dois instrumentos de gestão territorial no Concelho da Covilhã: o Plano de Urbanização da Grande Covilhã e o PDM. Um é do ano 2000 (tem 23 anos) e o outro é de 2010 (tem 13 anos). -----

Como disse e bem o Senhor Deputado Afonso Gomes, em 2010 houve uma expansão, digamos assim, ou uma cobertura de 445, se não estou em erro, hectares. Ele disse e colocou o dedo na ferida. Estiveram aí durante 13 anos e eu pergunto: a Covilhã foi-se a baixo porque ninguém edificou naqueles 445 hectares? Aliás, se os formos comparar com o PDM que tem 23, ainda temos excesso de área urbana. Portanto, esse argumento, com todo o respeito, é uma falácia. -----

Não confundir PDM com Plano de Urbanização da Grande Covilhã. -----

Mais uma vez relembro que a nossa orografia nos obriga a ter o Plano que temos e depois, ainda por cima, temos azares: devido a um erro de cartografia, inventou-se uma nova lei da física que é: a água já não anda plana, anda inclinada. Ou seja, de um lado do rio o leito de cheia tem uma medida e do outro tem outra. Isto é uma coisa que não lembra a ninguém e depois temos que apanhar com isto em cima, entre outras coisas. -----

Também não enjeitamos algumas dificuldades que tivemos pontuais, designadamente de natureza económica ou financeira. Ao longo do tempo era preciso investir muito dinheiro para mexer no PDM de outra maneira. -----

A verdade é que não se confunda o inconfundível porque uma coisa é o Plano e outra coisa é o PDM que tem um tratamento que está a correr os seus trâmites, está a trabalhar bem, está a avançar bem. O PUGC tem que ser pontualmente. A Covilhã não pode parar e, portanto, é por isso que trazemos aqui alterações. Não é para o nosso gáudio, não é para chatear ninguém, não é para aborrecer ninguém, nem para beneficiar ninguém, nem para prejudicar ninguém. É para desenvolver a Covilhã. Mais nada.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **4.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã – Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública e Versão Final** – foi a mesma **aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS e DMI’s) e 8 votos contra (PPD-PSD, CDS-PP e CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso)

e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)**: “Não como eleita aqui nesta Assembleia do PCP, mas como eleita na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, não poderia nunca votar a favor desta quarta alteração porque é uma oportunidade perdida e, muito bem, diminuindo a área do PUGC que é importante porque, de facto, se o território não foi utilizado para construção, deve-se diminuir. Tudo bem, mas deixou de fora núcleos urbanos que estão há dezenas de anos para resolver as suas situações. São pessoas que são de cá, vivem cá, algumas até já morreram e não têm o problema das suas habitações resolvido – são pessoas que contribuem para a economia local, são pessoas que habitam o território. --

E já que diminuámos a área do Plano da Grande Covilhã e como foi feito nestes locais desta quarta alteração, podia-se também ter feito para a Atalaia e, como eleita daquela Freguesia, como é lógico, nunca poderia votar a favor desta proposta de alteração.” -----

3.12 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A ENERAREA – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO INTERIOR – COVILHÃ – AQUISIÇÃO POR LOTES, DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT, BTE, BTN E IP

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de dezembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas k) do n.º 1 do artigo 25.º, b) do n.º 1 do artigo 23.º e m) do n.º 1 do artigo 33.º ambas do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 7198 de 15.12.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: Aproveitou este ponto para dizer que, “porque se fala muito em energias verdes, etc., foram feitas as obras de eficiência energética nos edifícios da Rua das Cerzideiras, a EM 507 e com uma intervenção que já tive a oportunidade de saudar e de visitar e que, de facto, deu dignidade e condições às pessoas. Foram colocados painéis para

aquecimento de águas quentes sanitárias que estão em funcionamento e foram colocados painéis fotovoltaicos. -----

As informações que chegam é que os painéis não estão em funcionamento. As pessoas precisariam deles para poupar na fatura da eletricidade. Não sabemos o que é que se passa e o Município podia ser transparente com esta questão e informar efetivamente o que é que se está a passar, qual é que é o problema, que dificuldades é que está a ter e como é que se pode ultrapassar isto.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV):** “Esta proposta de contrato prevê que, segundo o historial de consumos da Câmara Municipal da Covilhã, o Município pague 3.724.437,08 € para 18 meses de contrato, excluindo IVA, fracionados da seguinte forma por lote:

- Média Tensão 2.187,65€, excluindo IVA -----
- Baixa Tensão Especial 325.052,56 €, excluindo IVA -----
- Baixa Tensão Normal 261.309,12 € excluindo IVA -----
- Iluminação Pública 3.135.887,76 €, excluindo o IVA. -----

É sobre este último lote, a iluminação pública, que nos debruçaremos. -----

Em março de 2017, a Câmara Municipal da Covilhã procedeu à instalação, e bem, de 1829 luminárias de tecnologia LED, num investimento superior a 2 milhões € que, na altura, a Câmara previa saldar ao fim de 10 anos. -----

Entretanto, mais luminárias LED foram colocadas e as poupanças de energia devem ser grandes, presumimos nós. Aliás, em 2017, a Câmara, justificando o investimento, referia que permitiria poupar 70% dos custos com a eletricidade. -----

Os números – No documento constante do ponto 3.10, que já discutimos, desta ordem de trabalhos, está referido que em 2008 o consumo de energia na iluminação pública era de 12.538 megawatts/hora por ano. Em 2021 foi de 9.105 megawatts/hora por ano. Portanto, diminuiu de facto – não 70%, mas diminuiu, fazendo o valor médio do preço do megawatt/hora por ano a 100 € e estou a fazer um valor médio porque nesta altura ele é cerca de 70 € cada megawatt. Isto daria por ano o valor de 910.500 €. Ou seja, em 18 meses seria de 1.365.750 €, mais o IVA a 6%, e, portanto, perfazia 1.447.695 €. -----

Este valor está muito aquém do constante no contrato. O do contrato é o dobro disto praticamente e prevê que se gaste em iluminação pública 12.174.270,83 quilowatts. Não é megawatts, é quilowatts por ano. Atenção que os quilowatts são unidades inferiores aos megawatts. -----

Este contrato não nos parece servir o interesse público. E afinal andou-se a poupar em eletricidade ou não? Ou poupou-se apenas no consumo, mas paga-se como se não tivéssemos poupado? Para que serviu o investimento? -----

E ainda se propõe passar a iluminação pública e bem, em 2030, para 100% de tecnologia LED. Perguntamos então para quê? -----

Deveria ser só o planeta a ganhar com a poupança energética. Assim, todos perdemos. -----

Estão no documento os dados de consumo de iluminação pública que temos. Mesmo pagando o megawatt/hora ano a 100 €, que não está a 100 € nem vai estar, mas pronto, mesmo que seja esse valor digamos assim médio, nunca daria 3 milhões, exceto IVA. Daria muito menos. Por isso pergunto: significa que, para ganharmos escala, temos que gastar mais dinheiro em iluminação pública? Ou estamos a dar esse dinheiro à partida? Para quê? Não percebi.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, “relativamente a esta matéria, não haja confusões porque somos o concelho da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que consome cerca de metade de toda a Comunidade Intermunicipal. -----

Temos 23.000 luminárias. Esse concurso que a Senhora Professora Mónica Ramôa fala foi de 1800 luminárias. Portanto, o impacto é extremamente reduzido. Houve poupança, efetivamente, mas estamos a falar de um universo muito reduzido. -----

Já temos pronto e está em fase de lançamento um concurso para todo o Concelho, tecnologia LED, amiga do ambiente, sustentável e, através desta entidade independente. Não é pôr em causa a honestidade, a probidade, a integridade de quem quer que seja dentro da Câmara Municipal, mas é uma entidade externa credenciada e especializada nesta área, ligada à Associação de Municípios da Cova da Beira, que vai, no fundo, selecionar um concurso internacional para colocarmos tecnologia amiga do ambiente em todo o Concelho. -----

Com este contrato, o que é que pretendemos? É um contrato conjunto com outros municípios. Para quê? Para ganhar escala e baixar o preço. Esta é a realidade que temos aqui. Desta verba, só 3 milhões de euros é para a iluminação. -----

Agora repare, se não concorrêssemos em conjunto com os outros municípios, para quanto é que isto não ia? Significa que a escala nos vai beneficiar em termos de custos. É este o espírito desta proposta: concorrer conjuntamente com outros municípios no sentido de baixar o preço porque se ganhou escala. É uma regra da economia.” -----

Relativamente às últimas questões da Senhora Deputada Municipal do Grupo Municipal CDU - PCP/PEV, explicou que “estamos perante um procedimento de um concurso público em que o que consta é o valor máximo. Só vamos pagar o que realmente for consumido. Isto é meramente indicativo. É um concurso público e não é o que efetivamente vamos pagar. -----

Temos a fundada expectativa de vir pagar muito menos. Já agora, um pormenor: nós temos 23.000 luminárias em todo o Concelho. 23.000 luminárias.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Dar nota que este procedimento, que aqui temos hoje para ser autorizado, é um procedimento que nós, Assembleia Municipal, autorizamos todos pela primeira vez. Não tenho exatamente memória, mas creio que foi em 2020 que pela primeira vez o Município da Covilhã, conjuntamente com outros municípios, por sua iniciativa e na altura por iniciativa das autarquias, se articulou para proceder à consulta de mercado para contratação de aquisição de energia elétrica em conjunto. -----

Eu não tenho já de memória todos os dados, mas eu creio que na altura nós concluímos todos que essa consulta conjunta ao mercado representou uma percentagem muito elevada de redução do custo na ordem das dezenas por cento. Não tenho já presente. 20 ou 30% a menos que o Município da Covilhã pagou pela energia elétrica que consumiu, resultado desse procedimento de contratação conjunta com os municípios. -----

Esse procedimento de contratação conjunta tinha um prazo de 3 anos e, durante estes 3 anos, o Município da Covilhã tal como os outros municípios da região, acabaram por estar até de alguma forma muito salvaguardados daquilo que foi a recente flutuação do preço da energia elétrica porque já tinham em vigor, no fundo, esse contrato de energia. -----

Aquilo que hoje aqui trazemos é um processo semelhante com uma coisa acrescida que me parece que é muito positiva e transparente que é: decidiu-se convidar a ENERAREA, que é a Agência de Energia da Cova da Beira, uma agência de energia que é pública, cujos associados são os municípios e outras entidades, mas que é uma entidade idónea e pública. O seu Diretor Executivo é até Presidente da Associação Nacional de Agências de Energia, o Dr. Carlos Santos. E aquilo que aqui trazemos e que estamos a autorizar é, de facto, um procedimento de concurso e de contratação de blocos de energia em conjunto com os outros municípios que, pela escala que têm, nos vão garantir um preço mais em conta e condições mais favoráveis do que se fôssemos exclusivamente sozinhos. -- -----

E não é só a contratação de energia elétrica para iluminação pública. É também contratação para serviços de baixa tensão, e o consumo de energia que a Senhora Deputada refere é porventura também justificado porque a iluminação pública está em permanente mutação, isto é, é regular nas reuniões de câmara aparecerem alargamentos de rede de iluminação pública. O número de edifícios públicos tem também aumentado, nomeadamente a inclusão e a integração dos edifícios associados à descentralização de competências, nomeadamente do âmbito da saúde e, portanto, porventura, eu não lhe consigo especificar e desagregar os dados que aí tem, mas é porventura uma justificação para algum aumento de valores. -----

O que me parece essencial, e que estejamos descansados, é que isto está a ser feito por vários municípios com uma entidade idónea, de forma transparente e que garantirá seguramente um custo de energia mais baixo para o Município da Covilhã do que aquele que teríamos se fôssemos isoladamente.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior – Covilhã - Aquisição por Lotes, do Fornecimento de Energia Elétrica em MT, BTE, BTN e IP*** foi a mesma ***autorizada por maioria, com 29 votos a favor (PS, PPD-PSD, CDS-PP e DMI's) e 3 abstenções (CDU – PCP/PEV)***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso

e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

3.13 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA DE ALTERAÇÃO E AMPLICAÇÃO DA EB1 DO CANHOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de novembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Plano de Urbanização da Grande Covilhã, através do ofício n.º 6925 de 27.11.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Obra de Alteração e Ampliação da EB1 do Canhoso** – foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -----

3.14 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE TEIXOSO E SARZEDO – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NA EB – ANO LETIVO 2022/2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de novembro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 6928 de 27.11.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)** que questionou se “este segundo aditamento tem a ver com o IVA que não foi calculado. É isso? -----

As contas quando são feitas pelas freguesias e que chegam à Câmara não são verificadas? -----

Só queria saber se este segundo aditamento ao protocolo foi porque as contas não foram bem-feitas, isto é, não se projetou tudo o que devia ser projetado ou se foi mesmo um erro grosseiro de falta de cálculo do IVA, ou se o valor mudou e depois o IVA não se ajustou. -----

É só para perceber se isto foi um erro ou um lapso ou se foi um mau cálculo, digamos assim, de origem. Só para perceber isso.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que “a informação do serviço foi que houve um erro de estimativa do número de refeições.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Teixoso e Sarzedo – Fornecimento de Refeições na EB – Ano Letivo 2022/2023.** -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



(Doc. 01)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2023

Aprovação da Ata nº 4/2023, de 25 de Setembro Declaração de voto

Afirmar e encontra-se registado na página nº 20, a propósito da Moção apresentada pelo Sr Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo sobre a eventual utilização do Pavilhão do Unidos FC do Tortosendo pela Escola Básica do Tortosendo para as aulas de Educação Física, entre outras apreciações, que era necessário

Recordar que a Escola não tem um pavilhão hoje a funcionar, mas já teve um pavilhão incluído no Orçamento de Estado. O concurso já estava a decorrer aquando até da construção do pavilhão na Escola da Serra da Gardunha e, por intervenção do então Presidente da Câmara, do Presidente do Unidos e do Senhor Presidente da Junta, esse concurso foi anulado, prejudicando os alunos durante 20 anos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo fez uma segunda intervenção, registada na ata na página 21, e

referiu que “o Senhor Deputado Reis Silva está a aproveitar o tempo da sua intervenção para dizer inverdades. -----
----- Fazia parte do Executivo e vir dizer que a Junta de Freguesia foi contra a construção do pavilhão é uma mentira que tem que ser aqui desmascarada nas palavras que foram aqui ditas. -----

Procurando esclarecer o assunto, registo nesta declaração de voto as afirmações feitas pelo Sr Carlos Pinto, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, publicadas na imprensa desportiva regional em 20 de Setembro de 2005, com foto onde se identifica o Sr Carlos Pinto e o Sr Carlos Abreu, Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo, a propósito da inauguração da remodelação do Pavilhão do Unidos FC do Tortosendo:

“ Por fim Carlos Pinto elogiou o passado do Unidos este pavilhão que tantas glórias e títulos já deu ao Unidos do Tortosendo e contra algumas vontades está como novo, apenas ficaram as paredes e está criado aqui um dos melhores pavilhões da região. Alguns queriam que aqui ao lado se edificasse outro pavilhão fazendo crescer o despesismo que prolifera, para que esta obra esteja a ser inaugurada muito contribuiu a Direção do Unidos, o seu Presidente da Junta, Carlos Abreu, um homem que luta como nenhum pelo Tortosendo e suas coletividades e o ex presidente David Silva, já que foi ele que conduziu todo este processo”

Ora, e qual foi o processo ? Foi a remodelação do pavilhão do Unidos (que bem precisava) e inviabilizar a construção do Pavilhão na Escola Básica do Tortosendo querendo obrigar a Escola, os pais e encarregados de educação a utilizar o Pavilhão do Unidos porque estava interessado no aluguer a pagar pelo Ministério de Educação.

Na época já era uma valor interessante para o financiamento do Unidos, em 2001 já eram 1.400 €/mensais.

Registrar, ainda, que o Sr David Silva era Presidente do Unidos em Março de 2003 quando a Câmara Municipal comunicou ao Presidente do Conselho Executivo, Dr José Alfredo Costa Rodrigues, por ofício com data de 28 de Maio de 2003 que concordava “ em ser construído um pavilhão que complete as estruturas necessárias à atividade escolar na componente física.”

O que levou o Sr Carlos Pinto a mudar de opinião ?

Em 2003 o Unidos do Tortosendo, com a Presidência do Sr David Silva, investiu 15.000 no Pavilhão reconhecendo, apesar desse investimento, que o Pavilhão precisava de obras de fundo. Estas declarações constam também de um Jornal Regional a propósito da visita de técnicos da Direção Regional de Educação do Centro para análise das condições existentes no Pavilhão.

Ora, entre 2003 e 2005 a Câmara Municipal investiu no Pavilhão 125 000 €, afirmando-se na peça jornalística que a escola iria regressar ao Pavilhão.

Até o Diretor Regional de Educação da época, o Dr José Silva, afirmou, em 2005, que o Pavilhão do Unidos do Tortosendo reúne todas as condições para a prática da educação física dos nossos alunos. E na mesma peça jornalística afirmava o Sr carlos Pinto que “ alguns politiqueros queriam que, provavelmente, as crianças do Tortosendo continuassem sem as condições para a prática da educação física. A construção de um pavilhão a 50 metros deste não tinha razão de ser e era um desperdício de dinheiros públicos. Ainda bem que a DREC já respondeu positivamente à utilização do pavilhão do Unidos.

Fica assim clara a estratégia seguida. Convencer o ME que era um desperdício construir o pavilhão na Escola, investir no Pavilhão do Unidos e assegurar uma receita considerável para a coletividade.

A estratégia foi esta. E o Sr Carlos Pinto não esteve sozinho, nem foi ele que conduziu o processo.

Mas a escola não queria, e não regressou... e já lá vão 20 anos.

E as crianças e os professores lá foram trabalhando ao ar livre, sempre que as condições climáticas o permitiram, durante 20 anos.

Ficou o investimento no Unidos mas....a renda do aluguer não aconteceu, a receita prevista gorou-se, com graves prejuízos para a coletividade, até hoje, e principalmente, um elevado prejuízo para as crianças do Tortosendo e freguesias da área pedagógica da Escola Básica do Tortosendo não terem beneficiado de melhores condições, durante 20 anos, da prática da educação física, do desporto escolar e atividade física em geral.

Vitor Reis Silva



Handwritten signature in blue ink.

Covilhã, 22 de setembro de 2023

2.4 – Declarações de âmbito político e de interesse municipal

Exmos.:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras. e Srs. Vereadores,

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

Esta é a nossa primeira AM ordinária após a implantação, no País, da maior crise de regime da nossa democracia. Muito se poderia hoje dizer sobre a queda de um governo, de maioria absoluta, que foi apodrecendo, com demissões, casos e casinhos e suspeitas graves de corrupção no seio do governo, ao mesmo tempo que ia empobrecendo o país.

Aqui poderíamos, muito rapidamente e sem abordar muitas outras situações perguntar o que o PS Covilhã tem a comentar sobre o resultado das investigações da PGR que culminou com a descoberta de 75 mil euros num escritório da casa oficial do 1º Ministro de Portugal, mais precisamente no escritório do chefe de gabinete do 1º ministro e seu melhor amigo? o que têm o PS Covilhã a dizer sobre isto?

Mas hoje o mais importante será, que também nós, acompanhemos a agenda política nacional. Agenda que rapidamente passou para a eleição de novos protagonistas políticos, na missão de serem líderes partidários e as próximas eleições legislativas.



Começo por felicitar, de uma forma democrática, o PS Covilhã na pessoa do Eng. Hélio Fazendeiro, aqui cumprimentado na qualidade de mandatário distrital da candidatura do atual líder do Partido Socialista. Parabéns, pela vitória expressiva no Distrito e em particular na Covilhã. PNS ganhou na Covilhã com mais de 80% dos votos, certo?

Uma vitória desta dimensão para além de validar a aposta feita, responsabiliza e compromete o PS Covilhã com o legado de PNS.

Sim! porque como ele próprio diz: tem muita experiência de governação e têm trabalho feito para apresentar.

Vamos lá então analisar esse legado:

PNS o homem que torrou milhares de milhões de euros na TAP – 3,2 mil milhões de euros

PNS o homem que autorizou uma indemnização choruda a Alexandra Reis - 500 mil euros

PNS o homem que geriu dossiers de centenas de milhares de euros por WhatsApp e não se lembrava;

PNS o homem que “decidiu”, nas costas do Primeiro-Ministro, o novo Aeroporto de Lisboa e levou, deste, um puxão de orelhas público, na mais vexatória exibição da sua irresponsabilidade;

PNS o homem que nada fez pela habitação e por outras tantas infraestruturas do País, como por exemplo a ferrovia, áreas que tutelou;

PNS o homem que nada fez;

PNS o homem que deixou de servir para Ministro é agora candidato a Primeiro-Ministro

E como tal PNS é o Homem a quem Portugal tem de pedir contas por 8 anos de Governação. Porque por um lado AC já saiu de cena e por outro porque efetivamente ele estava lá sentado numa das cadeiras do conselho de Ministros.



Assim PNS e o PS têm de explicar aos portugueses:

- Porque que é que o país foi ultrapassado por quase todos os seus concorrentes europeus, em PIB *per capita*;
- Porque que é que temos, em termos absolutos, a maior dívida de sempre: **281,1 mil milhões de Euros** em junho de 2023, mais 1.9 mil milhões face ao mês homólogo, mais 17% que em 2015;
- Porque que é que temos a maior carga fiscal de sempre: **36.4% do PIB**;
- Porque que é que o número de pobres ou de portugueses no limiar da pobreza, descontados os apoios sociais, aumentou: **4 milhões de Portugueses**, não fossem os apoios sociais, estariam neste grupo;
- Porque que é que o SNS colapsou (PNS negociou a nova lei de bases da saúde com o BE e o PCP, foi o princípio do fim): **1,7 milhões de Portugueses sem médico de família** (o maior número de sempre);
- Porque que é que a escola pública foi abandonada à ideologia e perdeu qualidade no ensino, prejudicou as aprendizagens, perdeu estabilidade no funcionamento e funcionalidade no elevador social;
- Porque que é que a segurança e a administração interna, designadamente com a extinção do SEF, com as suspeitas que o Ministério Público lançou sobre Polícia Judiciária e o desinvestimento na Polícia de Segurança Pública, ficaram comprometidas;



- Porque que é que a eficácia da Justiça e o combate à corrupção nunca foram preocupações deste Governo;
- Porque que é que as infraestruturas de transportes ficaram nos antípodas das proclamações ambientais;
- Porque que é que hoje ter uma casa para morar é um luxo. E não é um luxo só em Lisboa, mas em todo o país. E não é um luxo só para os jovens, mas para toda uma sociedade que não seja da classe rica;
- Porque é que hoje Portugal é um país nivelado por baixo, com uma população de eternos remediados dependentes do estado para sobreviver. **Se não fossem os apoios sociais 42% da população seria pobre.**

E acho que me fico por aqui, porque como diz Luis Montenegro, para cadastro, acho que já temos mais que suficiente.

Mas não sejamos injustos, em oito anos de governação o Partido Socialista diz que finalmente aprendeu a lição do PSD das contas certas. E que conseguiu reduzir o Peso da dívida relativamente ao PIB (passou de 125,5% para 111,2%), e ao mesmo tempo, pasmem-se !!! conseguiu aumentar rendimentos. Foi magia? não !!! foi chico-espertismo, foi enganar os Portugueses, porque deu com uma mão e tirou com a outra, sendo que a mão que tirou é muito maior do que aquela que deu.



A mão, aqui referida, é a maior carga fiscal de sempre. Uma carga fiscal que ridiculariza o “brutal aumento de imposto” do antigo ministro das finanças, Vitor Gaspar, de um país em pré-bancarrota.

Basta perguntar a qualquer cidadão se hoje vive melhor do que vivia em 2015, se hoje encontra um país melhor daquele que tinha em 2015. Se responder sinceramente vai responder NÃO!!!

Mas o PS conseguiu mais, vamos fazer-lhe justiça: reforçou o poder no controlo dos poderes, mitigando a sua desejável separação. Falo na crise das incompatibilidades, nos casos de corrupção, nas suspeitas de tráfico de influências e no alarmante nepotismo que nós aqui na Covilhã tão bem conhecemos.

Caros deputados, Caro executivo, caros Covilhanenses foi por tudo isto que um governo de maioria absoluta caiu....Por ” indecente e má figura “.

E é este o legado que o PS Covilhã tem de defender. Boa Sorte

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira



A mão, aqui referida, é a maior carga fiscal de sempre. Uma carga fiscal que ridiculariza o “brutal aumento de imposto” do antigo ministro das finanças, Vitor Gaspar, de um país em pré-bancarrota.

Basta perguntar a qualquer cidadão se hoje vive melhor do que vivia em 2015, se hoje encontra um país melhor daquele que tinha em 2015. Se responder sinceramente vai responder NÃO!!!

Mas o PS conseguiu mais, vamos fazer-lhe justiça: reforçou o poder no controlo dos poderes, mitigando a sua desejável separação. Falo na crise das incompatibilidades, nos casos de corrupção, nas suspeitas de tráfico de influências e no alarmante nepotismo que nós aqui na Covilhã tão bem conhecemos.

Caros deputados, Caro executivo, caros Covilhanenses foi por tudo isto que um governo de maioria absoluta caiu....Por ” indecente e má figura “.

E é este o legado que o PS Covilhã tem de defender. Boa Sorte

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

VOTO DE LOUVOR

Guarda Nacional Republicana – Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) do Posto de Intervenção de Proteção e Socorro em Cortes do Meio

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Dr. João Casteleiro,

A Freguesia de Cortes do Meio vem pelo presente apresentar um voto de louvor à GNR - Unidade de Emergência de Proteção e Socorro de Cortes do Meio em reconhecimento do espírito de missão e sacrifício demonstrado ao longo dos últimos anos, no combate aos incêndios rurais do nosso concelho, sendo a sua primeira intervenção no teatro de operações altamente determinante na salvaguarda de pessoas e bens.

Agradecemos e evidenciamos as qualidades morais e pessoais de todas as mulheres e homens do posto de intervenção de Cortes do Meio, que com determinação, empenho e coragem, têm combatido os incêndios, para além dos limites físicos e psicológicos, garantindo a segurança das nossas comunidades.

Venho, na qualidade de Presidente da Freguesia de Cortes do Meio, propor que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 22 de dezembro de 2023, aprove o voto de louvor supracitado.

Cortes do Meio, 19 de dezembro de 2023

O Presidente da Freguesia de Cortes do Meio

Jorge Ricardo Gouveia Viegas

Assembleia Municipal - CMCOVILHA

De: geral@freguesiacortesdomeio.pt
Enviado: 19 de dezembro de 2023 14:49
Para: assembleia.municipal@cm-covilha.pt
Cc: Raquel Duarte; Nuno Lourenço; Jorge Viegas
Assunto: Remessa de Voto de Louvor
Anexos: Voto Louvor UEPS.pdf

Importância: Alta

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, Dr. João Casteleiro,

Os nossos respeitosos cumprimentos.

Ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal em vigor, venho pelo presente remeter a V. Exa. um voto de louvor, para que possa ser objeto de deliberação na sessão do próximo dia 22 de dezembro de 2023.

Antecipadamente grato pela atenção e sem mais de momento, despeço-me.

Com os nossos cordiais cumprimentos pessoais, sou

Jorge Viegas

Presidente da Freguesia de Cortes do Meio

--



Freguesia de Cortes do Meio

Capital das Piscinas Naturais ®

www.freguesiacortesdomeio.pt



Email: geral@freguesiacortesdomeio.pt

Telm.: +351 968 994 035

Telf.: +351 275 971 801

Morada: Rua Montes Hermínios, n.º 9, 6215-157 Cortes do Meio



Covilhã, 22 de dezembro de 2023

PROTESTO

A transmissão online das reuniões do órgão máximo deliberativo do concelho não é tema novo de debate na Assembleia Municipal da Covilhã. Tem sido amplamente debatida a transmissão online das Assembleias Municipais como forma de aproximar o órgão máximo deliberativo do município aos cidadãos e de aumentar a responsabilização dos eleitos perante os eleitores, facilitando ainda o acesso dos representados à atividade dos seus representantes.

A própria Associação Nacional das Assembleias Municipais emitiu uma recomendação para que todas as Assembleias Municipais transmitissem as suas sessões através de meios digitais.

As atas 03-A/2021, 01/2022, 02/2022, 05/2022 são alguns exemplos (do corrente mandato) que provam da vivacidade do debate sobre a transmissão online das sessões do órgão, bem como da insistência por parte de várias forças políticas em dar luz a esta realidade.

A título de exemplo, na sessão de 25 de fevereiro de 2022, **foi rejeitada** — com 21 votos contra (PS), 3 abstenções (Dr. João José Casteleiro Alves, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha e Afonso Manuel Mousaco Gomes) e 16 votos a favor (PCP, PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Peso e Vales do Rio) — uma moção proposta pelos grupos municipais do PSD e CDS-PP que pretendia o seguinte:

- A filmagem e transmissão online de todas as sessões da Assembleia Municipal a realizar no futuro, através do site institucional e da página de Facebook do Município da Covilhã;
- O armazenamento das filmagens referidas na alínea anterior no site do município da Covilhã, para consulta futura.



O Partido Socialista, justificando o seu voto contra, afirmou que “está disponível para analisar este assunto no âmbito do Regulamento Municipal de Funcionamento da nossa Assembleia Municipal” (página 29 da ata 01/2022).

Ora, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 26 de junho de 2023, aprovou o seu novo Regimento. Deste regimento consta que as reuniões são de “caráter público”, devendo “ser filmadas e difundidas online pelos Serviços do Município”.

A corrente sessão, seis meses após a aprovação do novo Regimento, não deu ainda este passo para colocar a Covilhã no cumprimento mínimo dos requisitos do século XXI.

Por conseguinte, nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 14.º, da alínea d) do número 1 do artigo 45.º e ainda do artigo 59.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, este órgão, reunido em plenário, a 22 de dezembro de 2023, e sob proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, delibera aprovar um protesto pela não entrada em vigor, até à corrente data, da transmissão digital das reuniões do órgão máximo deliberativo do município.

Covilhã, 22 de Dezembro de 2023

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Lopes

Vanda Ferreira

Lino Torgal

Jorge Vaz

Luís Rodrigues



Moção

Pela Continuação do Processo de Desagregação de Freguesias

Fez esta semana um ano que a Assembleia Municipal da Covilhã aprovou, por unanimidade, a desagregação de 4 das Uniões de Freguesia do concelho da Covilhã: Peso e Vales do Rio; Casegas e Ourondo; Barco e Coutada; Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

Com essa aprovação histórica, os Partidos Políticos (PS, PSD, CDS, PCP e MPT) e Grupos de Cidadãos Independentes representados nesta Assembleia pretenderam acima de tudo corresponder à vontade das populações envolvidas, reconhecendo a Lei aprovada em 2013 pelo governo de Pedro Passos Coelho como um erro que prejudicou em grande medida as freguesias agregadas.

Há um ano iniciava-se então um processo na Assembleia da República com vista à restauração da merecida autonomia a centenas de freguesias portuguesas, e em que se incluem 8 freguesias do município da Covilhã.

Ao longo de 2023, um Grupo de Trabalho composto por deputados dos vários partidos representados no parlamento analisaram cada pedido de desagregação, tendo já concluído 25 desses pedidos e apontado para depois das Eleições Europeias o término do processo.

Dado o atual cenário de dissolução da Assembleia da República e Eleições Legislativas em Março de 2024, é fundamental que todos os partidos se comprometam com a continuação deste processo no próximo quadro legislativo, a bem das populações que viram renascer a esperança da restituição da sua freguesia em Dezembro passado.

Desta forma, a Assembleia Municipal da Covilhã vem renovar a sua posição em defesa da desagregação das freguesias mencionadas anteriormente, exortando todos os partidos com assento parlamentar na Assembleia da República a garantirem perante os eleitores que darão seguimento ao processo iniciado em 2022, tendo em vista a conclusão do mesmo a tempo de produzir efeitos para as Eleições Autárquicas de 2025, conferindo assim a desejada representação às populações afetadas.

Em caso de aprovação, esta moção deve ser enviada aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem como aos Partidos Políticos nela representados.

Covilhã, 22 de Dezembro de 2023.

Handwritten signatures in blue ink:
Heloisa
A. B. C.
L. B. C.

Handwritten signatures in blue ink:
Afonso Gomes
Autárquicas
Beas

Handwritten signatures in blue ink:
J. T. Silva
Paulo Ramalho



Voto de Louvor

Profissionais de Saúde do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de louvor aos Profissionais de Saúde do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira.

Como é do conhecimento público, a classe médica tem vindo a reivindicar melhores condições de trabalho no Serviço Nacional de Saúde. Consideramos essa reivindicação não só legítima, mas de todo o interesse para a comunidade, tendo em vista o fortalecimento do SNS e com isso a prestação de serviços de saúde de qualidade e tendencialmente gratuitos a toda a população.

No entanto, nos últimos meses, as formas de luta da classe médica evoluíram, levando grande parte dos profissionais desta classe a optarem pela recusa a mais horas extraordinárias além do legalmente previsto, resultando no fecho de urgências por todo o país e, com isso, ao drástico deterioramento da capacidade de resposta do SNS às pessoas que necessitam com urgência dos seus préstimos.

Não pretendemos neste contexto apreciar os métodos de reivindicação da classe, nem os seus possíveis limites no domínio da ética.

Pretendemos, no entanto, salientar o facto do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira ser a única unidade hospitalar de referência da Beira Interior, e das poucas no país, que tem conseguido manter sempre as portas da urgência abertas a quem dela precisa, procurando, dentro das naturais limitações, continuar a assegurar serviços de saúde em tempo útil à população que serve.

Numa altura em que nos deparamos com o fecho constante dos serviços na ULS da Guarda, e por vezes na ULS C. Branco, os Profissionais de Saúde do CHUCB têm sido capazes, certamente a grande esforço pessoal, de dar resposta não só à população que servem, a da Cova da Beira, mas também aos utentes vindos da Guarda, Mêda, Almeida, C. Branco, Vila Velha de Ródão, etc.



Grupo Municipal do Partido Socialista

Ainda que provavelmente no limite da sua capacidade, o Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, graças à extraordinária dedicação e exemplar sentido de serviço público dos seus profissionais de saúde, tem sido a salvaguarda de toda uma região.

Com este voto de louvor, pretendemos reconhecer todo o esforço despendido pelos Profissionais de Saúde do CHUCB nestes tempos difíceis e, em nome de toda a população do concelho da Covilhã, agradecer-lhes a sua incedível dedicação à comunidade.

Covilhã, 22 de Dezembro de 2023.

**Voto de Louvor****25º Aniversário da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior**

A faculdade de ciências da saúde comemora o seu 25º aniversário.

A percepção que era necessário existir um desenvolvimento dos recursos humanos no domínio da saúde, consciencializou e motivou a aprovação da criação da faculdade de ciências da saúde, promovendo grandes e benéficas alterações no curriculum médico, de modo a que houvesse uma renovação e crescimento atualizado na área da saúde na Beira Interior, projetando este conhecimento para todo o país.

Este mérito deve-se a grandes personalidades da nossa cidade, nomeadamente a antigos reitores, a destacados profissionais de saúde covilhanenses, bem como a governantes da época oriundos do interior, todos eles grandes impulsores desta conquista para a região.

É também de enaltecer o papel do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira na concretização deste projeto, no nascimento e crescimento de uma estrutura deste nível com um modelo organizacional e inovador. Foi e é sem dúvida, a instituição que permite o desenvolvimento a nível da assistência, ensino e investigação na área da saúde.

Como única Faculdade de Medicina no interior do país, a FCS assume crucial relevância na formação de jovens e fixação destes em territórios desfavorecidos como o nosso, sendo uma mais valia para a prestação de cuidados de saúde de qualidade e excelência na Covilhã e concelhos vizinhos, demonstrando desta forma que é possível existir saúde e fazer pela saúde no interior, muitas vezes desvalorizado e esquecido.

A bancada do Partido Socialista apresenta este voto de louvor como forma de reconhecimento pela extraordinária importância que a Faculdade de Ciências da Saúde representa para a nossa cidade, para a Beira Interior e para o país, desejando que esta prossiga o caminho de excelência que tem vindo a trilhar na formação de jovens no que à vertente da saúde diz respeito.

Covilhã, 22 de dezembro 2023



Voto de Louvor

A 7 de novembro de 2023, inesperadamente e em circunstâncias ainda por esclarecer, o Primeiro-ministro António Costa apresentou a Sua Excelência o Senhor Presidente da República a sua demissão de Primeiro-ministro de Portugal.

Eleito em 2015, o seu Governo tomou posse a 26 de novembro de 2015.

A sua Governação fica marcada por vários resultados e eventos muito impactantes.

Dos resultados mais importantes destacam-se a redução da dívida pública do Estado português para valores inferiores a 100% do PIB nacional, a estabilidade das contas públicas e a redução do défice para valores negativos, o aumento substancial das exportações da economia nacional, a redução da taxa de desemprego para valores historicamente baixos, a redução da taxa de pobreza e pobreza infantil, a criação de importantes medidas de apoio à demografia, como sejam a criação de creches gratuitas, o aumento das prestações sociais à infância e a gratuitidade do transporte escolar, a priorização do combate às alterações climáticas, a transição energética e promoção de uma economia verde entre muitas outras que por economia de tempo não é viável elencar.

A estes resultados nacionais, acresce a afirmação internacional de Portugal no mundo e o reforço da sua influência mundial com a eleição de António Guterres como Secretário-geral da ONU em 2017, de António Vitorino como Diretor-geral da Organização Internacional para a Migração e de Mario Centeno como Presidente do Eurogrupo em 2018.

Dos eventos mais marcantes e impactantes que António Costa enfrentou como Primeiro-ministro, registam-se os fenómenos meteorológicos extremos que deram origem aos incêndios e consequentes catástrofes humanitárias em 2017, combate à pandemia COVID-19, a crise energética e financeira inflacionista, a invasão russa da Ucrânia e o agravamento do conflito israelo-palestiniano.

A todos eles soube responder com serenidade, com competência e inegável capacidade de liderança constituindo-se sempre como um referencial de estabilidade, de confiança e de esperança para Portugal.



Grupo Municipal do Partido Socialista

Pelos serviços prestados a Portugal enquanto Primeiro-ministro, no momento em que termina o exercício do cargo executivo, a Assembleia Municipal da Covilhã quer reconhecer e louvar o seu espírito de missão e de serviço público, o seu sentido de Estado e a abnegação de entrega à causa coletiva do desenvolvimento de Portugal, o que porventura e muitas vezes aconteceu, como acontece sempre nestes cargos, com prejuízo da sua vida pessoal e familiar. Sendo aprovado este Voto deve ser enviado para o Senhor Primeiro-ministro António Costa e para o Partido Socialista.

Covilhã, 22 de dezembro de 2023

Hélia A.
Alma B.
L. F. Almeida
Almeida
Afonso Gomes
Quilandas
Ribeira
T. Almeida
Paulo Ramalho



AK

Assembleia Municipal da Covilhã**Voto de Louvor****Beira Serra – Associação de Desenvolvimento**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e destinta mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,
Prezados funcionários do Município,
Senhoras e Senhores jornalistas,
Estimado público,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No passado dia 20 de dezembro, ocorreu na Assembleia da República o lançamento do Jogo da Constituição. E se este facto, por si, já é relevante, visto que se trata de um jogo sobre a Constituição da República Portuguesa, direcionado especialmente para crianças dos 8 aos 12 anos, ele ganha ainda mais importância para a Covilhã, para os Covilhanenses e para esta Assembleia Municipal pelo facto de ter sido idealizado, projetado e corporizado Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, uma organização sem fins lucrativos que nasceu a partir da união de juntas de freguesias, sindicatos e organizações sociais da região da Cova da Beira, sediada na Freguesia da Boidobra, no Concelho da Covilhã, e que como a própria entidade faz questão de referir “marcada pela profunda ligação e envolvimento com as pessoas e os territórios da Covilhã, Belmonte e Fundão”.

O Jogo da Constituição, tem como principal objetivo dar a conhecer os valores que versam na Constituição da República Portuguesa de forma divertida e descomplicada, consciencializando os jovens de forma subtil para importância de conhecerem os seus direitos e deveres, promovendo a cidadania ativa, e apresenta por isto uma componente cívica, lúdica e ao mesmo tempo pedagógica, sem precedentes, por se tratar de uma novidade que será seguramente referência a nível nacional.

AA

É um hábito assistirmos ao surgimento destas iniciativas por parte de entidades estabelecidas nos grandes centros urbanos, e este é também um caso de sucesso por contrariar essa tendência.

A novidade é algo que transforma os corpos vivos a partir de dentro, do interior, e através deste paralelismo, podemos afirmar que estamos perante mais um caso de sucesso do bom trabalho que as instituições sediadas no interior de Portugal fazem e da sua preponderância para o desenvolvimento do território nacional como um todo.

Através deste voto de louvor, em nome da bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, aproveito para partilhar o desejo que este projeto possa vir a ser apoiado pelo Município futuramente, pois será uma mais-valia para as nossas crianças, pelas competências que poderão adquirir através da sua utilização.

Como reconhecimento do supramencionado, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, enalteça a Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, pelo mérito da conceção do Jogo da Constituição, louvando este nobre feito.

Proponente: Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 22 de dezembro de 2023

Paulo Ramalho
Afonso Gomes
J. L. B.
M. L. L.
Afonso
Catarina
Dias

AA



PROPOSTA

VOTO DE LOUVOR

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) da Covilhã é uma instituição de reconhecido mérito na defesa dos direitos dos Cidadãos com Deficiência Mental e suas famílias. De inegável trabalho na construção de uma sociedade Covilhanense sensível à problemática da Deficiência, a APPACDM da Covilhã assume uma evidente e preponderante ação diária para um Concelho da Covilhã cada vez mais orientado para os valores da inclusão e da solidariedade.

Como exemplo do trabalho de excelência e relevo social desenvolvido, da cultura ao desporto, por parte da APPACDM da Covilhã, tivemos recentemente a organização da Décima Edição dos Jogos Adaptados da Cova da Beira entre os dias 21 e 23 do passado mês de novembro.

Um evento que contou com mais de 350 participantes, entre atletas, treinadores e voluntários, oriundos de 20 instituições nacionais, que participaram em 5 modalidades distintas, sendo elas: Basquetebol, Futsal, Badminton, Natação e Ténis de Mesa.

Realizados no Concelho da Covilhã, os X Jogos Adaptados da Cova da Beira são não só um relevante evento nacional de desporto para o Deficiente Mental, mas acima de tudo, um evento que assume ao Deficiente Mental um papel socialmente valorizado e respeitado.

Desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor à APPACDM da Covilhã, pela organização dos X Jogos Adaptados da Cova da Beira com o desejo que mais edições se voltem a realizar no nosso concelho.

Sendo aprovado, deve este voto de louvor ser remetido à Direção da APPACDM da Covilhã.

Proponente

Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 22 de dezembro de 2023



Voto de Saudação

A **Associação Portuguesa de Imprensa - API** é a organização nacional de representação da Imprensa portuguesa, fundada a 23 de abril de 1960, que há cerca de 20 anos celebra, a 7 de dezembro, o Dia Nacional da Imprensa e que este ano celebrou no Município da Covilhã. Esta celebração ganha especial importância e preponderância numa altura em que se aproximam os 50 anos do 25 de Abril de 1974 e num tempo global de incertezas, num mundo onde os sinais de intolerância e de afronta às liberdades e aos Direitos Humanos são cada vez mais frequentes.

A Imprensa livre, forte e independente é um dos pilares essenciais da Democracia e da Liberdade dos povos, enfrentando hoje grandes desafios, com especial impacto e relevância para a Imprensa regional.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 22 de dezembro, aprova um voto de saudação e louvor à Associação Nacional de Imprensa saudando o trabalho que desenvolve, fazendo votos de uma vida longa na prossecução da sua missão e na defesa de uma Imprensa forte, respeitadora das normas deontológicas que regem a profissão e de um contributo indispensável de informação isenta e credível de todos os portugueses.

Se aprovado, este Voto de Saudação deverá ser enviado à Associação de Imprensa Nacional.

Covilhã, 22 de dezembro de 2023

Afonso Gomes

Carla Mendes

João

João

Paulo

Proposta



Voto de pesar pelo falecimento de **António José Fernandes Fazenda**, de 75 anos.

Dedicou grande parte da sua vida ao futebol, tendo-se destacado como goleador do Sporting Clube da Covilhã, onde iniciou a sua carreira ainda nos juniores na época de 1965-1966.

Mais tarde, integrou a equipa principal por 13 épocas, nos campeonatos nacionais da segunda e terceira divisões.

Como atleta, passou por vários clubes da região e, já com estatuto de treinador, dirigiu várias equipas de futebol de formação no Sporting Clube da Covilhã e na Associação Desportiva da Estação. Liderou também a equipa do Águias do Canhoso no Campeonato Distrital da Associação de Futebol de Castelo Branco.

A partir de 1990 e durante mais de uma década, foi colaborador da Rádio Cova da Beira como comentador desportivo.

Pelo seu contributo em prol do desporto e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo Municipal do Partido Socialista



AK



Voto de Pesar

António de Abreu

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de pesar pelo falecimento do senhor António de Abreu, no dia 6 de outubro de 2023, aos 89 anos de idade. António de Abreu ficará eternamente ligado ao associativismo da nossa cidade da Covilhã, nomeadamente na qualidade de Sócio Fundador do Centro de Cultura e Desporto Oriental de S. Martinho.

Covilhã, 22 de Dezembro de 2023.





Afonso Gomes
 e outros
 Deves

 Santo Humberto



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2023

Moção

Considerando que o povo palestiano aguarda há décadas pela concretização do seu legítimo e inalienável direito a um Estado soberano, independente e viável.

Considerando que desde 1947, com a Resolução 181, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabelece o princípio da existência de dois Estados – o da Palestina e o de Israel –, princípio reafirmado por órgãos da Organização das Nações Unidas ao longo das mais de sete décadas que desde então decorreram, e que Israel se recusa a cumprir.

Considerando que a questão palestiniana foi objeto de decisões do Tribunal Internacional de Justiça, de que é exemplo o pronunciamento em 2004 sobre o muro ilegal construído por Israel, decisões que Israel se recusa a cumprir.

Considerando que as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU – respetivamente adotadas em 22 de novembro de 1967 e 22 de outubro de 1973 – reafirmaram a concretização da justa aspiração do povo palestiano à efetiva criação do Estado da Palestina.

Considerando que em 1988 a Organização de Libertação da Palestina declarou o estabelecimento do Estado da Palestina, de acordo com as fronteiras anteriores a 1967, tal como preconizado pelas resoluções das Nações Unidas.

Considerando que, apesar de ser clara a determinação da criação do Estado da Palestina à luz dos princípios da Carta das Nações Unidas e das múltiplas resoluções adotadas no seu âmbito, há mais de sete décadas que esta determinação continua por cumprir.

Considerando que ao longo de décadas a política de ocupação por parte de Israel, suportada por sucessivas administrações dos Estados Unidos da América, procura inviabilizar e impedir a real existência do Estado da Palestina, submetendo o povo palestiano às mais diversas formas de violência e opressão, que se prolongam até hoje.

Considerando que as inúmeras ações militares e os seus muitos milhares de vítimas, a metódica construção de colonatos – que mais do que duplicaram desde os acordos de Oslo, igualmente não cumpridos por Israel –, bem como a ocupação efetiva de território palestiano, a limitação do acesso a recursos naturais e a atividades económicas, a destruição de infraestruturas e equipamentos, a restrição da mobilidade da população palestiniana, o bloqueio à Faixa de Gaza, a construção do muro ilegal, constituem – entre muitas outras ações sistemáticas – formas com que Israel procura inviabilizar e impedir de facto a existência de um Estado da Palestina soberano, independente e viável, e que são responsáveis pelas dramáticas condições de sobrevivência a que ao longo de anos foram e continuam a ser submetidas as populações palestinianas.



Salientando que uma solução justa para o conflito passa pelo reconhecimento e criação do Estado da Palestina e pela efetivação do direito ao retorno dos refugiados palestinos conforme determinado pelas resoluções pertinentes da ONU, assim como pelo desmantelamento dos colonatos, o fim dos bloqueios – nomeadamente à Faixa de Gaza – e a libertação dos detidos.

Salientando que 138 países já reconheceram o Estado da Palestina, ou seja mais de 70% dos Estados-membros da ONU, sendo que 10 dos quais são países que integram a União Europeia.

Salientando que a Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 7º que nas suas relações internacionais o Estado português se orienta, entre outros, pelos princípios do respeito pelos direitos dos povos, designadamente à autodeterminação à independência e ao desenvolvimento.

Salientando que o reconhecimento da Estado da Palestina, conforme preconizado nas resoluções das Nações Unidas, é uma decisão soberana da exclusiva competência do Estado português.

Salientando que tal reconhecimento, o que este releva da importância e da necessidade do respeito dos princípios da Carta da ONU, assim como da solução política para o conflito que o direito internacional há muito determina, são tão mais relevantes quando se verifica um brutal agravamento no conflito e responsáveis israelitas colocam abertamente o objetivo da violenta expulsão da população palestina da Faixa de Gaza e de outros territórios palestinos ocupados.

Considerando o desenvolvimento da situação nos próximos dias, a solidariedade com o povo palestino tem de prosseguir, sendo urgente:

- um cessar-fogo imediato e permanente;
- pôr fim a novos bombardeamentos e ataques israelitas;
- assegurar que o massacre acabe de uma vez por todas;
- impedir a expulsão dos palestinos das suas casas e terra;
- garantir a ajuda humanitária e a reconstrução da Faixa de Gaza;
- pôr fim à violência dos militares e colonos israelitas na Cisjordânia;
- pôr fim a 17 anos de desumano cerco da Faixa de Gaza;
- libertar todos os detidos;

É preciso que, após muitas décadas de promessas incumpridas, seja concretizado um Estado Palestino independente, com controlo soberano das suas fronteiras e recursos.



A Palestina e o Médio Oriente precisam de paz, o que passa pelo reconhecimento e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino.

Levando em conta que o assunto se encontra em apreciação na Assembleia da República na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 22 de Dezembro de 2023, expressa a sua solidariedade com o povo da Palestina e apela à Assembleia da República e ao Governo o reconhecimento do Estado da Palestina.

Caso seja aprovada deverá esta moção ser enviada

- Para

O Senhor Primeiro Ministro
O Ministério dos Negócios Estrangeiros
A Assembleia da República
A Embaixada da Palestina
A Embaixada de Israel
A Embaixada dos EUA
A representação da ONU em Portugal
O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC)

Os proponentes

Vitor Reis Silva
Monica Ramôa
Marco Gabriel



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2023

Voto de Protesto

Ao longo dos dois mandatos anteriores e no presente mandato têm sido inúmeras as intervenções dos eleitos do PCP e de outros Grupos Municipais que questionam o Sr Presidente da Câmara Municipal quanto à inexistência de resposta aos requerimentos e pedidos de informação enviados à Câmara nos termos regimentais.

Este comportamento do Sr Presidente da Câmara Municipal é inadmissível e revela falta de consideração e respeito pelas funções e atividade dos eleitos municipais e a falta de cultura democrática e transparência na gestão municipal.

A alínea d), do nº 2, do artigo 25 (**Competências de apreciação e fiscalização**) da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro é clara, compete a cada membro da assembleia municipal:

d) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;

Também a alínea f) refere que compete á Assembleia Municipal

f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;

Quanto aos prazos para a resposta aos pedidos de informação aplica-se, como é evidente o Código do Procedimento Administrativo.

Levando em conta que o comportamento descrito viola os normativos legais, que é sistemático, contínuo e deliberado, o que dificulta o exercício da competência de apreciação e fiscalização dos eleitos, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária em 22 de Dezembro de 2023 delibera aprovar o presente voto de protesto pela ausência de resposta aos requerimentos e pedidos de informação apresentados pelos diferentes Grupos Municipais, nos termos da Lei.

Os proponentes

Vitor Reis Silva
Monica Ramôa
Marco Gabriel



Covilhã, 22 de setembro de 2023

3.1.– Políticas públicas de atração de Investimento

Exmos.:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras. e Srs. Vereadores,

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

Neste ponto da ordem de trabalhos a escolha do tema por parte do PS não surpreendeu o PSD.

Depois de na última reunião de câmara onde o Sr. Presidente avançou com a descida do preço da fatura da água, no concelho, que prometia há já uma década, para ser o bombom de despedida a dar aos Covilhanenses antes de poder ABANDONAR o concelho.... o tema escolhido tornou-se mais do que evidente. Era necessário dar palco a tamanho feito!!!

Quanto ao PSD já acho que surpreendeu com o tema escolhido. Um tema que aparentemente será “um passeio no parque” para o PS, tal foram os anúncios de novos e brutais investimentos para o concelho.

Esses anúncios têm sido feitos ao longo dos últimos tempos nas várias intervenções públicas do Sr. Presidente Vítor Pereira, mas também, e pasmem-se, muito antes destes anúncios públicos e formais, na página pessoal de Facebook de um dos vereadores do executivo.



A sua sorte Sr. Vereador Serra dos Reis é que o Drº Vitor Pereira não terá, digo eu, o génio tempestivo que teve António Costa no caso do aeroporto, se não tinha já levado, um puxão de orelhas em publico.

Dito isto, sim !!! nós queremos mesmo discutir este tema e sabem porquê? e agora falando diretamente para srs vereadores : Sr(s) Vereadores os Covilhanenses são inteligentes e sabem que investimento anunciado, por este executivo socialista, não é, nem será garantia de investimento realizado.

Por isso e em virtude de nos anúncios privados e públicos não podermos questionar a informação passada, em formato de propaganda politica, este é o local para exigirmos que todas as duvidas se esclareçam.

A melhor forma de compilar todas as promessas feitas e ainda não realizadas foi ir mesmo á página de Facebook do Srº, Vereador Serra dos Reis :

Então vejamos,

- Construção de uma Residência sénior na Covilhã (05/02/23)
- Dois Hotéis 4* no Tortosendo – Avenida Viriato (22/10/22)
- A Requalificação da Garagem de São João (11/05/23)
- A Construção do Hospital da CUF (17/05/23)
- A Construção do Hospital Privado da Covilhã (06/06/23)
- A Requalificação da Torre de Santo António (24/08/23)
- A Requalificação do Bairro da Alegria (22/10/23)
- A Construção de uma Fabrica de diamantes sintéticos (29/11/23)
- No CITY Center Covilhã (29/11/23)
 - O Mercadona
 - Duas marcas comerciais de renome nacional
 - O Hotel B&B
 - Um Hotel 5*



- A requalificação da Fábrica Alçada e Rosa (15/12/23)
- A requalificação da tinturaria Petrucci (15/12/23)

Estes são tudo investimentos anunciados entre finais de 2022 e 2023 e que ainda não passaram disso : de anúncios.

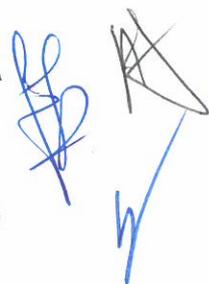
Se estamos enganados então informem por favor este órgão: em que fase estão todas estas promessas de investimento.

Independentemente das respostas, que imagino serem variadas consoante o investimento em causa, relembro que isto tudo é investimento privado , da iniciativa única de privados, não se conhecendo nenhum investimento, ainda assim, desta natureza, que tenha vindo para a Covilhã pela proatividade e capacidade de atração de investimento deste executivo. Aliás para corroborar o que disse basta analisarmos a importância que o executivo dá ao gabinete de empreendedorismo e promoção do desenvolvimento, onde apenas trabalha 1 técnico.

E o Investimento publico onde está? não está !!! ou melhor está sim!!! está nos consecutivos saldos de gerência que passam de ano para ano a bater números records, rumo a 2025.

Mas para além de tudo o que já questionámos também nos preocupa o adiamento constante e permanente da resolução de problemas que no nosso entender são autênticos entraves á captação de investimento para o Concelho:

- Em que ponto está o nosso PDM? A eterna questão do PDM como entrava ao crescimento de investimento.
- Como está a questão do alargamento do Parque Industrial do Tortosendo? Fundamental para o desenvolvimento do município;
- Sabendo que existem terrenos livres, no Parque Industrial do Tortosendo, de que forma esta ser cumprido o seu regulamento ? que estabelece um período de tempo aos investidores para a construção;



- Onde está o “Dossier do investidor” da CMC? documento imprescindível para que todos os que pretendam investir no concelho conheçam os custos, mas também os benefícios de aqui investir. Alias sugestão feita pelo PSD, desde o início do nosso mandato, sem qualquer concretização.

- Onde estão as políticas fiscais municipais convertidas em autênticas políticas publicas de atração de investimento? Como é o caso da derrama que após muitos anos de insistência, por parte do PSD, para a sua redução, só em 2023 se concretizou. Por esse facto perdeu-se durante este tempo vários investimentos, para concelhos limítrofes.

Pois é !!! afinal a área do Investimento no Concelho também não é um ponto forte deste executivo. E já nem vamos referir, porque é de conhecimento publico, as empresas que por inercia desta câmara foram parar a concelhos vizinhos.

Sr. Presidente da AMC, Sr. Presidente da CMC , Srs Vereadores e colegas deputados municipais, todos sabemos que todo este investimento anunciado e que sinceramente desejo e espero que se concretize, veio para a Covilhã pela iniciativa e mérito exclusivo dos seus promotores.

Porque a Covilhã tem por si só características únicas que a tornam uma escolha rápida e fácil para muitas iniciativas empresariais.

Senão vejamos:

- Tem uma grande centralidade, apesar dos constrangimentos da sua interioridade;
- Tem um recurso natural, embora sub-aproveitado, exclusivo de Portugal continental : A nossa Serra da Estrela
- Tem uma Universidade e uma Academia de grande prestígio nacional e internacional;



- Tem um Centro Hospitalar Universitário reconhecido;
- E tem tido ao longo da sua história, muita gente resiliente e de espírito empreendedor

Então, se só por isto nós conseguimos atrair o que estamos a atrair imaginem se tivéssemos um executivo camarário, que como muitos outros, apostasse a sério nas políticas publicas de captação de investimento e andasse pelo país e pelo mundo a “Vender” a Covilhã.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira



3.2- Debate Resíduos – Assembleia Municipal 22/11/2023

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e respetiva mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ex.mo Sras. E Srs. Vereadores

Exmas. Sras. e Srs. Deputados Municipais

Comunicação Social

Minhas Sras. E Meus Senhores

A temática dos resíduos, sejam eles sólidos ou líquidos, nomeadamente o seu encaminhamento e tratamento impacta de forma significativa no nosso quotidiano, principalmente quando estes serviços falham ou são insuficientes, ou ainda quando o seu custo atinge valores elevados e obriga entidades e utentes a assumir as ineficiências destes sistemas.

Interessa perceber quais são as entidades presentes no território, de que forma se organizam, quais as suas responsabilidades, de forma é que se articulam e de que forma a sua gestão comercial influencia a atividade dos seus parceiros comerciais.

No que concerne aos resíduos sólidos, a sua gestão, em Portugal e na Europa, assenta essencialmente nos seguintes pressupostos:

- 1) Recolha de resíduos
- 2) Tratamento de resíduos
- 3) Valorização de resíduos

A Recolha é da responsabilidade das Entidades em Baixa/Municípios e das Entidades em Alta.

O Tratamento e Valorização dos Resíduos são da responsabilidade exclusiva das Entidades em Alta.

No caso do Concelho da Covilhã, a entidade em baixa são as Águas da Covilhã (cujo capital social foi alienado a privados em 49%, em 2008, pelo executivo PSD de então), e a entidade em Alta é a Resitrela, empresa cujo capital social detido pela EGF - Empresa Geral de Fomento, empresa sub-holding do grupo águas de Portugal, foi privatizado pelo Governo PSD/CDS, de Passos Coelho, a 30 de setembro de 2015, a 4 dias das eleições legislativas, tornando-se desta forma a Resitrela numa empresa maioritariamente privada.

Esta privatização materializou a medida prevista no respetivo Programa de Governo PSD/CDS de Passos Coelho, de abertura ao setor privado do Grupo Águas de Portugal, promovendo claramente a autonomização do setor dos resíduos, serviço público essencial, do estado.

Numa altura em que tanto se discute a diferença ideológica de direita e esquerda. Este é um claro exemplo do que a direita preconiza para o nosso país em setores fundamentais da nossa economia e da nossa vida quotidiana. Um serviço deficitário a um custo mais elevado.

Se olharmos para os valores efetivamente aplicados desde a sua privatização, a Resitrela aumentou de 41,24€/ton de resíduos depositados em aterro, no ano 2015, para 76,64€/ton previstos para 2024. Um aumento de 86% que em termos de valores globais representa mais de 598 000 euros pagos pela Adc à Resitrela, sem que este valor tenha sido imputado aos covilhanenses.

Se os valores apresentados já nos parecem elevados, é importante dizer aqui, que os mesmos se devem à intervenção da Entidade Reguladora (ERSAR), porque por vontade da empresa teríamos para 2024 uma tarifa/tonelada 94,95€/ton, o que



corresponderia a um aumento de 130% em relação a 2015 e um valor absoluto de 907 780€.

A tarifa efetivamente aplicada à deposição de resíduos em aterro é das mais elevadas em termos nacionais, contrapondo com a performance em termos de indicadores de serviço.

É certo que os valores da reciclagem do nosso país, da nossa região e do nosso concelho, estão muito aquém das metas estabelecidas pela União Europeia e pelo PERSU 2030 e que estes resultados não podem ser apenas imputados à Resistrela, à AdC, ou à Câmara Municipal, passam sobretudo por uma questão educacional, de responsabilidade ambiental e dever cívico de todos e de cada um de nós.

Em termos práticos, a responsabilidade da Adc passa pela recolha dos resíduos indiferenciados, verdes, têxteis, monstros e óleos alimentares usados, ficando afeto à Resiestrela somente a responsabilidade da recolha dos fluxos de cartão, embalagens e vidro.

Sendo o tratamento e valorização destes resíduos responsabilidade exclusiva da Resiestrela.

O município da Covilhã tem estado na linha da frente pela diversidade de metodologias de recolha, a exemplo: recolha proximidade, recolha porta-a-porta, recolha seletiva de têxteis, óleos alimentares usados, verdes e ainda a recolha especial a pedido dos promotores, sem itinerário.

Antes mesmo de ser uma obrigatoriedade, já o Município da Covilhã se destacava pelo facto de ter implementado novas metodologias de recolha separativa e valorização. Nomeadamente na valorização dos resíduos têxteis, implementado no ano 2014 e através do qual já foram valorizadas 510 toneladas de resíduos



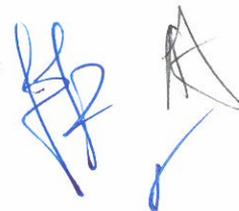
têxteis, evitando a deposição em aterro de 450 toneladas e a emissão de 18.653 toneladas de CO₂.

No caso dos óleos alimentares usados, foram recolhidos e encaminhados para valorização através de biocombustível, cerca de 35.000 litros. Nos resíduos verdes com proveniência nas podas e outras atividades de tratamento dos espaços verdes, foram encaminhados para produção de energia em Central de Biomassa cerca de 2.000 toneladas.

A recolha especial a pedido dos promotores, consiste na aplicação de uma metodologia poluidor-pagador, similar à metodologia PAYT - “Pay-As-You-Throw”. Ou seja, os produtores de resíduos contratam diretamente com o prestador de serviços uma recolha dedicada em função do volume de resíduos produzidos. Este sistema está em prática há vários anos no Município da Covilhã e apresenta-se como uma medida mais proporcional e direta ao tipo de atividade e até à sazonalidade.

Na preparação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) as metas e objetivos traçados pelo Município, estão em linha com os parâmetros definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo sido, a par com o Município de Fornos de Algodres, os únicos que mereceram aprovação e destaque no compromisso assumido entre a Resiestrela e a Associação de Municípios da Cova da Beira.

Estas metas foram especialmente importantes na definição da estratégia da recolha dos biorresíduos, onde a candidatura apresentada pela ADC – Águas da Covilhã, EM, para a sua recolha, foi aprovada com distinção, tendo obtido melhor notação no conjunto das operações submetidas à CIMBSE.



Na sequência da aprovação desta candidatura em janeiro de 2024 irá iniciar-se a instalação de um biocompostor para tratamento na origem, bem como a implementação de itinerários de recolha de proximidade em sete locais, como projeto piloto. Apontando assim para a recolha seletiva de aproximadamente 200 toneladas em 2024. Este projeto prevê a distribuição de 2.600 contentores domésticos, bem como a distribuição para utilização, de sacos bio compostáveis, que potenciam o conforto da utilização e manuseamento destes resíduos.

O Município da Covilhã está no bom caminho para o cumprimento dos objetivos definidos no PERSU 2030, tal como já reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Em relação ao saneamento, resíduos líquidos, no concelho da Covilhã a entidade em baixa são as Águas da Covilhã e a entidade em Alta são as Águas da Serra, empresa à qual o executivo do PSD em 2005, concessionou as águas residuais em alta, por um período de 30 anos (2005-2035), numa postura do “orgulhosamente sós”, em detrimento de um sistema multimunicipal onde estão todos os municípios vizinhos.

Um negócio apresentado em 2005 como vantajoso para o município, veio a revelar-se ruinoso para os covilhanenses.

Se tomarmos como exemplo o ano de 2023, as Águas da Covilhã (AdC) pagam às Águas da Serra 1,28€/m³ de águas residuais enquanto que por exemplo o município do Fundão paga às Águas do Tejo 0.56€/m³, menos metade do valor praticado no concelho da Covilhã. Apesar da redução do preço da tarifa da água e da suspensão dos aumentos nos últimos 10 anos, a tarifa de saneamento



continua a ter um peso decisivo no montante global da fatura da água aplicada aos covilhanenses.

Face à clara responsabilidade da gestão do PSD com o apoio do CDS nesta opção de concessão do saneamento em alta às Águas da Serra, não se percebe a desresponsabilização que existe na oposição da direita relativa a esta matéria.

O grupo parlamentar do partido socialista compreende que esta matéria é complexa, e que necessita de ser tratada com responsabilidade, na procura da melhor solução para o nosso futuro coletivo. Temos consciência que desde 2013 se assistiu a uma inversão clara da trajetória tarifária ascendente, a suspensão dos aumentos apesar dos aumentos generalizados de matérias primas, dos valores de inflação ou dos custos de deposição em aterro, representam uma clara redução da fatura da água. Recordamos aqui que o Município da Covilhã passou do sexto município mais caro do país em 2014 para o 24º em 2021. Estamos satisfeitos, não! Mas reconhecemos o esforço feito por todos nesta conquista.

Dai que apelamos ao Sr. Presidente e ao seu executivo que como disse “a bem ou mal” nos traga uma solução para a tarifa do saneamento.

Covilhã, 22 de dezembro de 2023



Covilhã, 22 de dezembro de 2023

RECOMENDAÇÃO

O Plano de Revitalização da Serra da Estrela, na sua parte relativa ao Concelho da Covilhã, não mereceu deste órgão qualquer conhecimento prévio sobre as propostas apresentadas pelo executivo camarário.

Em virtude da ausência de informação e transparência, visa-se salvaguardar planos e promessas que se arrastam há mais de uma década, de interesse fundamental para a Serra da Estrela e para o concelho da Covilhã, tais como:

1. A necessidade estratégica do aumento da capacidade de armazenamento de água nas Penhas da Saúde é hoje reconhecida, tanto no abastecimento às populações como no aumento da reserva instalada para apoio aos meios de combate a potenciais incêndios. É assim urgente a conclusão do projeto da nova barragem ou alteamento da existente Barragem do Viriato, à semelhança do projeto anterior que chegou a ter o visto do tribunal de contas e financiamento garantido;
2. As Penhas da Saúde é um dos principais polos de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela, completamente estrangulado por falta de ordenamento e definição de novas áreas de desenvolvimento urbano dando origem a maior oferta de alojamento e comércio, novas áreas de lazer e desporto. Recomenda-se assim a atribuição de prioridade estratégica ao Plano de Ordenamento da Penhas da Saúde assumindo a sua importância para o desenvolvimento económico do turismo na Covilhã e Serra da Estrela;
3. A estrada EN339, reconhecida como principal porta de entrada da Serra da Estrela, tem de garantir melhores condições de circulação e segurança. Recomendamos que seja assegurado o novo asfaltamento com alargamento da via e regularização das bermas, em complementaridade com a criação de uma via pedonal e ciclável em paralelo, com renovação da rede de distribuição elétrica e de telecomunicações já aqui proposta em moção aprovada por unanimidade por esta Assembleia.



Assim, sob proposta do Grupos Municipal do Partido Social Democrata, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 22 de dezembro de 2023, recomenda que a Câmara Municipal:

1. Conclua o projeto da nova barragem ou alteamento da existente Barragem do Viriato;
2. Atribua prioridade estratégica ao Plano de Ordenamento da Penhas da Saúde;
3. Pugne pela conclusão do novo asfaltamento da estrada EN339, com alargamento da via e regularização das bermas, em complementaridade com a criação de uma via pedonal e ciclável em paralelo, com renovação da rede de distribuição elétrica e de telecomunicações.

Covilhã, 22 de Dezembro de 2023

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Lino Torgal

Hugo Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

3.2 – Discussão da matéria em análise no debate temático sobre o “Plano de Revitalização do Parque Natural Serra da Estrela” realizado em 30/11/2023 e votação de propostas de deliberação

PROPOSTA

O Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) decorre da Resolução do Conselho de Ministros n.º83/2022, constituindo-se como um Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Território, com foco em diferentes domínios temáticos, identificando medidas e projetos a implementar no curto e médio prazo, que deverão promover o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e diversificação da base económica da região, combatendo a perda demográfica e tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos, preservando e valorizando o seu principal ativo patrimonial, o PNSE e todo o seu ecossistema.

O PRPNSE assume assim relevante importância e expectativa estratégica na coesão e desenvolvimento do território, onde o trabalho desenvolvido pelos municípios que integram o PNSE, CIMBSE e demais entidades envolvidas ao longo dos últimos meses é revelador de um projeto coletivo e articulado entre os diversos agentes que integram o PNSE.

A situação política nacional vivida atualmente, não pode por isso tirar relevo à importância estratégica e necessidade e execução que o PRPNSE assume para o território, reconhecida como prioritária pelo ainda Governo da República.

Assim e sendo público que a proposta do PRPNSE elaborada pelos seis municípios que integram o PNSE já foi entregue ao Governo da República, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 22 de dezembro de 2023 sob proposta do grupo municipal do Partido Socialista da Covilhã, delibera propor ao Governo Português que aprove o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela reforçando o compromisso estratégico necessário na sua execução por parte do futuro Governo, exortando ainda que todas as forças políticas com assento parlamentar se comprometam a dar corpo e ação a um programa do território da Serra da Estrela para a Serra da Estrela.

Sendo aprovada a presente deliberação deve ser dada a conhecer ao Governo Português e a todas as Bancadas Parlamentares presentes na Assembleia da República.

Proponente

Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 22 de dezembro de 2023



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e restantes membros da Mesa,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras e Srs Vereadores,

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Sras e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

Sras e Srs. Diretores de Serviços da Câmara Municipal

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

3.4 – Apreciação da Proposta de Orçamento 2024

A atividade financeira dos Municípios baseia-se nos orçamentos Municipais como documento estratégico fundamental para a gestão global da autarquia.

Este devia ser um documento exigente e cada vez com mais e maior rigor na sua elaboração, de forma a garantir uma gestão real e equilibrada na afetação dos dinheiros públicos.

No entanto, este orçamento que poderia ser um documento de concretizações não passa de um documento de meras intenções e nalguns casos reflete apenas isso, simples intenções, pois os valores inscritos no mesmo não permitem a realização dos projetos definidos como relevantes.

Mas analisemos o documento em causa:

- Registamos que o orçamento aumentou 10M€, relativamente ao orçamento inicial de 2023, para cerca de 58M€
- Algumas das propostas apresentadas, coincidem com as sugestões apresentadas pelo PSD na reunião de exercício do direito de



oposição, mas este orçamento também nos mostra que este direito apenas serve para cumprimento de calendário e de obrigação legal, pela quantidade de propostas que não estão aqui refletidas, já para não falar do timing dessas reuniões e da entrega do documento.

Se revisitarmos os documentos anteriores, sejam orçamentos, sejam as propostas apresentadas podemos encontrar muitas situações que passam de ano para ano, sem qualquer avanço quanto à sua concretização.

- Muitas rubricas são apenas e só, intenções e como tal, promessas que os covilhanenses não verão concretizadas nos próximos anos, pois são meros projetos abertos e sem qualquer dotação que permita a sua realização.

- Refere um Forte investimento em estradas, mas que não está refletido nos valores colocados no orçamento. Investimento esse, necessário e urgente para muitas estradas do concelho, mas que se deve ao desleixo na manutenção a que temos assistido nestes 10 anos de governação obrigando agora a que seja necessárias reconstruções quase totais da rede viária, com especial destaque para as estradas das freguesias limítrofes e em especial do sul do concelho.

- Destacamos, considerando positivos, a manutenção dos valores dos impostos e taxas para o ano 2024 (IMI, Derrama e TOS) e que são merecedores da nossa anuência. Mas não podemos deixar de referir com muita preocupação a Revisão do coeficiente de localização, prevista pelo Governo PS que vai levar a um aumento do IMI. Algo, aliás, a que o Governo Socialista já nos foi habituando, com malabarismos e ilusionismos de uma gestão financeira que massacra os portugueses de forma encapotada, ou seja, anuncia-se uma reposição de rendimento, compensada largamente com a introdução de coeficientes, taxas e taxinhas... cria-se uma subsidi dependência estatal quando há formas de apoio que podem ser implementadas e gostaríamos de destacar a isenção de IMT para jovens que adquiram a sua primeira habitação, medida já em vigor em muitos municípios do país.



- Verificamos por outro lado que não está previsto no orçamento de 2024 o valor do pagamento dos subsídios à exploração à empresa Águas da Covilhã e que atualmente já deve rondar os 9 milhões de euros. Isto quer dizer que vamos continuar a brincar aos números do faz de conta, ao não considerar um passivo contingente que aparece nas contas do Município como uma provisão, que aparece previsto nas contas da ADC, mas que este orçamento não prevê para cumprimento da obrigação.

Aliás refira-se a propósito que o valor referido na rubrica 05010105 é de apenas 10.000 euros, o que é claramente insuficiente para pagar ao privado a compensação pela diminuição de receita. Expliquem-nos, por favor, onde está previsto nas contas o valor desta compensação. Não nos devemos esquecer que há muito que defendemos uma redução do preço da água, mesmo que para tal tenham de existir indemnizações compensatórias por parte do Município.

- Regista-se um aumento das despesas de pessoal de 16,6%, passando de 14M€ para 16.4M€, correspondendo a cerca de 30% do orçamento total, na nossa opinião justificada pelo aumento de 152 postos de trabalho a criar. Será que o município prevê que haja 150 trabalhadores que passem à situação de reforma em 2024? Se não, o que justifica a necessidade?

Mas, como referido antes, este orçamento peca por anunciar obras que todos verificamos, pelos valores inscritos, não serão feitas no futuro próximo – mais um malabarismo que leva à ilusão de muitas obras, mas cuja taxa de execução é irrisória.

Obras que se arrastam pelos orçamentos e prolongam no tempo como a requalificação das oficinas municipais com 45.000€ no orçamento para 2024, o que nos parece manifestamente insuficiente para a remodelação que as mesmas necessitam. Como é que este executivo estima as condições de trabalho daqueles que trabalham em prol do Município?

Estradas previstas por 50.000€ são apenas intenções e que não passarão disso mesmo – como exemplo Sr. Presidente a EM512 – limite do concelho com dotação de 50.000€ para 2024? A sério?



A Avenida Montes Hermínios com dotação de 50.000€?

Valores como a reparação da pista de atletismo do complexo com um valor de 50.000€ ou a piscina municipal pelos mesmos 50.000€. Será que se pretende mesmo fazer ou que o concurso fique deserto como tantos outros já ficaram?

A remodelação da Golda aparece inscrita com 50.000€ para 2024, quando a zona de lazer de verdes tem um custo estimado de 65.000€.

A construção da GNR do Tortosendo que o Sr. Presidente já informou ter propostas, deixa-nos perante uma dúvida, atendendo a que o valor que estão a dotar é insuficiente para cabimentar a intenção de abertura do procedimento. Este equipamento aparece inscrito, pág. 81 do pdf, com o valor de 557.500€ em 2024 e 600 000€ em 2025, e o procedimento foi anunciado no Diário da República por um valor 1.800.000 euros, ou seja, violam deliberadamente as regras orçamentais.

Mas ainda temos outro exemplo de incoerência neste documento:

Na pág. 86 do pdf, a verba orçamentada para a Piscina Municipal é de 25.000€ para 2024, e 100.000€ para os anos 2025 e 2026. Consultado o procedimento, o prazo de execução da obra é de 180 dias. Mais uma violação orçamental.

- Registamos a rubrica de criação de redes de bicicletas elétricas que já tem realizado um valor de 657.000 e surgem inscritos mais 181 000 para compra de novas bicicletas e que até ao momento, o único registo desta rede que vem prevista desde 2017, são as pinturas no pavimento, mas das bicicletas que supostamente estão nos armazéns municipais, nada sabemos.

- Outra obra que se arrasta no tempo é o pavilhão Municipal. Anunciado em 2014 vê, finalmente, inscritos no orçamento 244.000 para 2024, num valor e obra de 1.500.000 para terminar em 2027.



E sem futurologismo, mas não demorará muito tempo a ouvirmos que depois, com a aprovação do Saldo da Gerência se irão reforçar rubricas... pois se isso acontecer vamos ter que perguntar se são os mesmos 9 milhões deste ano e o que é que foi feito com eles.

A verdadeira questão é que importa esclarecer aos Covilhanenses, é quais são as promessas previstas neste documento estratégico que são, de facto, as vossas reais preocupações e quais não passam de meros jogos de malabarismo político?

Como sempre foi nosso entendimento, é crucial salientar que o orçamento municipal é da responsabilidade do executivo, sendo este o encarregado da sua elaboração e execução.

Assim e pelos motivos que mencionámos atrás, o PSD não vota contra este orçamento, até porque algumas das propostas que reclamamos estão, finalmente, inscritas neste documento, mas faltam muitas outras que ao fim de 10 anos de governação socialista continuam a não ser prioridades, mesmo aquelas urgentes que só depois de serem referidas pela oposição, se alega já terem projeto e estarem na lista de realizações urgentes, como a remodelação do mercado Municipal, dos estaleiros da câmara, variante à serra da estrela entre outras.

Este não é o nosso orçamento porque se fosse seria mais de concretizações do que de intenções.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Jorge Vaz



Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2023

3.5. Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município da Covilhã.

As taxas municipais são instrumento importante a nível das finanças locais, possibilitando a arrecadação de receitas próprias e contribuindo para uma maior autonomia financeira face ao Poder Central.

No entanto, é urgente ir de encontro às necessidades da população, dos nossos covilhanenses. Vivemos situações conturbadas a nível da economia e por isso queremos adaptar e rever as taxas que são implementadas no município da Covilhã.

De forma global, verificamos que as reduções e isenções de taxas, nomeadamente no âmbito do urbanismo, podem surtir efeitos positivos na atividade da construção, sendo estas medidas um incentivo à reabilitação urbana, tendo como benefício existir um incremento de tecido empresarial do concelho para atração de novos investimentos. Estamos cientes que a redução e isenção das taxas urbanísticas é feita de forma sustentada e responsável assente num estudo económico-financeiro.

Todas estas reduções e isenções levam a uma redução de receita para a CMC que se estima em cerca de 1 milhão de euros e mais uma vez verificamos aqui que a CMC abdica das receitas “próprias” em prol das famílias, para o seu bem-estar económico, de forma a estimular a sua fixação e a atração de novos investimentos familiares, o executivo quer aumentar a atividade económica no nosso município, auxiliando sempre os covilhanenses.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão de 22 de Dezembro de 2023

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.6 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação de IMI para o ano de 2023

Vem a CMC propor a fixação das taxas de IMI a aplicar no âmbito da cobrança a decorrer no ano de 2024, nos seguintes moldes:

- a) Prédios rústicos 0.8%, Prédios urbanos 0.3%, iguais às do ano passado.
- b) Taxas elevadas ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas;
- c) Majoradas em 30% as taxas a aplicar a prédios urbanos que face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, e como tal, considerados prédios urbanos degradados;
- d) Majoradas no triplo aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono
- e) E uma redução de IMI, com base no número de dependentes, correspondendo a 30, 70 e 140 euros, com 1, 2 e 3 ou mais dependentes.

No essencial mantêm-se as taxas aplicadas no ano transato, com o aumento da redução das taxas aplicadas a prédios urbanos destinados a habitação própria

e permanente, em mais 10, 30 e 70 euros, correspondendo ao número de dependentes 1, 2 e 3 ou mais.

Em nosso entender, existem ainda lacunas nesta proposta, relativamente a outras que anteriormente já apresentámos:

Desde logo, a necessidade de reforçar a fiscalização dos serviços camarários para identificação de prédios urbanos devolutos e degradados e aos prédios rústicos em situação de abandono, sem a qual não há aplicação prática das taxas deliberadas.

Uma outra lacuna que identificamos é a inexistência de diferenciação de taxas entre freguesias urbanas, da periferia urbana e as restantes, promovendo por essa via o desenvolvimento harmonioso do concelho e contribuindo para a fixação de pessoas nas freguesias rurais.

Disse.

Os eleitos do PCP

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel



Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2023

3.6. Apreciação e deliberação sobre a proposta de fixação de IMI para o ano de 2023

A proposta aqui apresentada por parte do executivo na fixação de IMI permite-nos manter o cumprimento da promessa feita por parte do executivo em 2018, reduzir o imposto até ser atingido a taxa mínima legal, os 0,30%, que foi aprovado nesta assembleia no ano antecedente e assim se manterá para benefício de todos os covilhanenses.

Tenhamos consciência que esta proposta vai de encontro as necessidades das famílias e empresas, de forma aliviar a carga fiscal que lhes é inculida anualmente.

Numa altura em que verificamos o agravamento das condições económicas decorrentes de conflitos, aumento de inflação, aumento com taxas de juros é muito importante aliviarmos as famílias covilhanenses, promovendo-lhes este refoço fiscal.

Por estes motivos apresentados, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente na proposta de fixação da taxa de IMI 2023 aplicar no âmbito da cobrança de 2024.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão de 22 de Dezembro de 2023

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.7 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Fixação da Derrama para o ano de 2023

Vem a CMC propor a fixação da Derrama em 1% e a redução para 0,1% aos sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000€, com o fundamento de fomentar a economia local atendendo à crise económica que atualmente se verifica.

Vem ainda, implementar a isenção da derrama, aos sujeitos passivos, independentemente do volume de negócios, com sede social no Município da Covilhã, que se configure como a delimitação do âmbito subjetivo da aplicação da isenção.

Para nós, o essencial em matéria de fixação de derrama, reside na aplicação de uma taxa capaz de se constituir como uma importante receita para o Município que pode ser canalizada para o investimento no desenvolvimento da economia local, devendo ter em conta uma taxa reduzida ou mesmo uma isenção para as micro e pequenas empresas,

O facto de todas as empresas com sede social no Concelho da Covilhã, com esta proposta, ficarem isentas de derrama, faz com que o Município não arrecade um montante de 450.000€.

Recorde-se que esta taxa é aplicada depois de contabilizadas todas as receitas e todas as despesas, ou seja, é aplicada aos lucros efetivos das empresas, consistindo então numa taxa aplicada a empresas economicamente e financeiramente saudáveis, podendo constituir-se como uma importante fonte de receitas aplicada a entidades que podem para ela podem contribuir.

Vejamos a contradição existente nesta proposta:

Paga mais uma empresa da região, que tenha as suas instalações e desenvolva a sua atividade no Concelho da Covilhã, mas que tenha sede em Belmonte ou no Fundão, concelhos vizinhos, e que tenha um volume de negócios superior a 150.000€, por muito pequeno que seja o seu lucro, que uma empresa que tenha sede social no concelho, que tenha um volume de negócios de mais de 150 mil euros e tenha lucros de milhões de euros.

Disse.

Os eleitos do PCP

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão de 22 de Dezembro de 2023

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.8 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Suspensão da aplicação no ano de 2024 da Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo

Depois de muitos anos em que a Câmara Municipal arrecadou receita paga pelos utilizadores de gás, que deveria ser paga pela empresa concessionária.

Houve inclusivamente durante alguns anos, a penalização dupla aos consumidores, através da aplicação de duas taxas: uma coerciva retroativa para compensar a empresa dos valores pagos ao Município em anos anteriores pela gestão PSD e outra aplicada por esta Câmara Municipal.

Após várias intervenções e propostas do PCP sobre esta matéria, nomeadamente a proposta simples de “enquanto a Beiragás não concluir a cobrança da taxa que não recebeu, mas que pagou antecipadamente ao Município, a Câmara Municipal não deveria sobrecarregar a população com mais



taxas de ocupação do subsolo”. Em boa hora a CMC anuiu à proposta do PCP.

Mas falta ainda que em sede de legislação nacional se clarifique de uma vez por todas que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e a Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo só podem ser pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores.

Disse.

Os eleitos do PCP

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão de 22 de Dezembro de 2023

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Senhor Presidente da Câmara Municipal.
Senhoras e Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.9 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Revisão da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Covilhã

Em Junho de 2019 a Câmara e a Assembleia Municipal da Covilhã aprovaram a atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais,

Diz-nos a proposta hoje apresentada que “ao longo destes 4 anos, se verificaram necessidades de adaptação dos serviços a novos desafios e atribuições tendo entrado em funcionamento novas estruturas/serviços que importa enquadrar”.

Reconhece agora a CMC que a estrutura organizativa é o documento mais importante de qualquer organização já que o mesmo define o conjunto ordenado de responsabilidades diretamente ligado à sua estratégia.

É paradigmático que esse reconhecimento chegue agora, depois de este executivo ter mantido a mesma estrutura de 2013 a 2019, e portanto a mesma ligação estratégica, a mais de 20 anos de gestão PSD/Carlos Pinto.

Aliás, percebemos agora, aquela breve passagem de um vereador eleito pelo Movimento Acreditar Covilhã a quem foi retirada a confiança política, e que foi durante uma meia dúzia de meses, vereador com o pelouro do planeamento estratégico no executivo minoritário do Partido Socialista, sem nunca ter alterado este tal documento mais importante de qualquer organização.

De qualquer forma, mais vale tarde que nunca:

A proposta apresenta 4 departamentos municipais, direção de 1º grau, 18 Divisões, de 2º grau, 1 direção intermédia, de 3º grau e 17 subunidades orgânicas.

Atento o Regulamento da Estrutura Nuclear da CMC, observámos e perguntamos:

Em relação aos Órgãos e Comissões,

A existência do Órgão do Provedor do Município do Concelho da Covilhã

É legítimo questionar nesta Assembleia se o mesmo ainda existe, uma vez que nunca mais tivemos conhecimento da sua atividade.

Sobre a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens,

Não conseguimos identificar os recursos humanos necessários nem os existentes, ficando sem saber se estará acautelado o seu efetivo reforço para fazer face às necessidades que esta Assembleia observou aquando da apresentação do seu último relatório.

Sobre a Comissão de Coordenação e Controlo

Importa assegurar a verdadeira coordenação entre os vários Pelouros, Direções, Divisões, nomeadamente entre o Departamento de Obras e Planeamento e a Divisão de Urbanismo, por forma a evitar situações de conflito de interesses de privados com a estratégia municipal de ordenamento do território.

Quanto à Estrutura Nuclear, observa-se:

Que a organização interna dos serviços do Município da Covilhã obedece ao modelo de estrutura hierárquica, opção única que deixa de parte outros modelos de estrutura organizacional, como a funcional ou matricial ou ainda um modelo que conjugasse modelos mais horizontais, em rede, por processos, projetos ou até geográficos.

Que se encontram definidas 4 departamentos, que se constituem como unidades fixas, a saber:

- a) O Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica (DAGCJ);
- b) O Departamento de Finanças e Modernização Administrativa (DFMA);
- c) O Departamento de Obras e Planeamento (DOP);
- d) O Departamento de Educação, Cultura, Ação Social e Desporto (DECAD).

E que a grande maioria das unidades serão unidades orgânicas flexíveis, num total de 19 e um terço destas não estão integradas em Unidades Orgânicas Nucleares, nenhuma delas dedicada ao trabalho com as Freguesias.

Constata-se portanto, a existência de uma estrutura demasiadamente flexível para aquilo que são serviços permanentes, ficando a sua criação, alteração e extinção, apenas dependente de deliberação da Câmara Municipal, não passando pela Assembleia Municipal.

Quanto ao Mapa de Pessoal

Para a revisão da Estrutura Orgânica agora proposta, propõe-se de igual forma o acrescento de 151 novos postos de trabalho, correspondendo este número a 23% de aumento relativamente aos 661 postos de trabalho já ocupados.

Esperamos, a par da sustentabilidade financeira necessária que este reforço do quadro de pessoal se faça dentro do que a lei estipula e que o objetivo seja apenas o do reforço da capacidade operacional, da qualidade e eficiência dos serviços.

Disse.

Os eleitos do PCP